



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

COSMA RIBEIRO DE ALMEIDA

**AS EXPERIÊNCIAS DO FEMININO NA POLÍTICA:
PERCEPÇÕES E ATUAÇÕES DE PREFEITAS PARAIBANAS**

CAMPINA GRANDE, PB.
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A447e Almeida, Cosma Ribeiro de.

As experiências do feminino na política: percepções e atuações de prefeitas paraibanas / Cosma Ribeiro de Almeida. – Campina Grande, 2017.

206 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima".

Referências.

1. Mulher na Política. 2. Representação Política. 3. Prefeitas Paraibanas. 4. Participação feminina na Política. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.


055.2(043)

CDU


321.7-

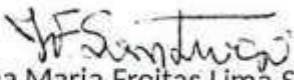
FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese intitulada *As experiências do feminino na política: percepções e atuações de prefeitas paraibanas*, sob a orientação da Prof.^a Dra. Elizabeth Christina de Andrade e Lima, apresentada em sessão pública ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, com área de concentração em Sociologia, foi apresentada em 11/09/2017, pela banca examinadora que reuniu os seguintes membros: Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima (Orientadora - PPGCS/UFCG); Profa. Dra Glória de Lourdes Freire Rabay (Membro externo - CCHLA/UFPB); Profa. Dra Alômia Abrantes da Silva (Membro externo- PPGSS/UEPB); Profa. Dra Idalina Maria Freitas Lima Santiago (Membro externo - PPGSS /UEPB); e Prof. Dr. Vanderlan Francisco da Silva (Membro interno – PPGCS/UFCG).

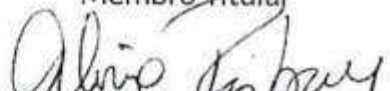

Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico

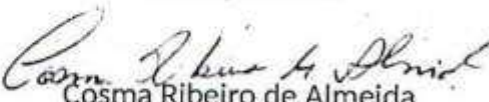

Dra. Elizabeth Christina de Andrade Lima
Orientadora e Presidente da Banca



Dr. Vanderlan Francisco da Silva
Membro Titular


Dra. Idalina Maria Freitas Lima Santiago
Membro Titular


Dra. Alômia Abrantes da Silva
Membro Titular


Dra. Glória de Lourdes Freire Rabay
Membro Titular


Cosma Ribeiro de Almeida
Aluna

com feire com o original.

Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
UFCG-SIAPE: 1116/21

*Aos meus pais, Zilma Ribeiro de Almeida
e Francisco de Almeida (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

“Hoje, antes de começar, eu me pergunto: ‘Serei verídico?’ Sei que todo o conhecimento de uma sociedade, de uma história, de uma vida, inclusive a própria, é ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução mentais [...]. Sei não apenas que a percepção de um acontecimento pode incluir a seleção do que parece principal, a ocultação ou o esquecimento do que incomoda, mas também que a lembrança pode alterar seriamente o que ela rememora. Sei que as ideias que nos são necessárias para conhecer o mundo são, ao mesmo tempo, o que nos camufla este mesmo mundo ou o desfigura. Sei também que o olhar presente retroage sempre o passado histórico ou biográfico que examina” (MORIN, 1997, p. 10).

Antes mesmo de começar as páginas desta Tese, antes mesmo de começar “a contar uma história”, serei sempre grata. Sempre grata às pessoas que contribuíram para a escrita desta memória, que contribuíram para estas lembranças, que me ajudaram a conhecer e a construir este mundo, inclusive por diversos olhares.

À vocês, meu muito obrigada. Obrigada pelo carinho, pela atenção, por compartilhar comigo momentos de angústias, de decepções, mas também de fé, alegrias e prazer:

À Deus por todas as maravilhas, pelo dom da vida, pela realização deste trabalho.

À minha mãe, Zilma Ribeiro de Almeida, meu ícone de mulher forte e de garra, obrigada pela incansável dedicação, por abrir mão de seus próprios sonhos para que os seus seis filhos realizassem os seus.

Às minhas irmãs, Maria Ribeiro de Araújo e Dagrimar Ribeiro de Araújo, pela incondicional torcida, por tornar meus dias mais coloridos.

Ao meu irmão José Ribeiro de Almeida pela disponibilidade em viajar comigo. Pelo impecável bom humor, o que tornou as viagens menos cansativas.

À minha família, pela união de todos os dias e pela presença nos espaços e nos momentos mais ricos das nossas vidas, o nosso lar. Aos meus irmãos, cunhados (as) e sobrinhos por tornar nossos dias mais felizes.

Ao meu eterno namorado, Jalteir Araújo e Nóbrega, pela paciência, cumplicidade, humildade e carinho de sempre.

À minha orientadora Elizabeth Christina de Andrade e Lima, que desde 2007 acompanha meus estudos na Pós-Graduação com muita dedicação, paciência, sabedoria e humildade. Muito obrigada por nos mostrar e nos ensinar o lado belo da Academia.

Aos professores da Banca Examinadora pela aceitação em contribuir para esta Tese, muito obrigada a: Idalina Maria, Alômia Abrantes, Glória Rabay e Vanderlan Silva.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela contribuição ao nosso conhecimento e nos instigar a refletir sobre o mundo que nos cerca.

Aos colegas do Mestrado e do Doutorado: entendemos que a amizade é uma base que mesmo na distância se torna firme. À vocês o meu abraço fraterno, em especial à Ada Késia, José Marciano, Cynthia Carolina e Elvia Nascimento.

À minha amiga Jaltanize Nóbrega (*in memória*) que já não está presente para compartilhar este momento, mas sei que está muito feliz por tudo isso. Obrigada por me ensinar através de singelos exemplos.

Às amigas Lindinês Barros, Ângela Barros, Jane Nóbrega, Fabiana Fernandes e Janailda Santos, pelas palavras de fortaleza e exemplos de superação.

Às prefeitas entrevistadas pela dedicação e respeito que tiveram ao nosso trabalho: Polyanna Yasnaia, Euda Fabiana, Edna de Monteiro, Luzinecct Costa e Rosângela Leite.

Ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais pela acolhida no Mestrado e no Doutorado. Este espaço mágico foi muito importante para minha vida pessoal e profissional. Em nome do secretário Rinaldo agradeço à todos os funcionários do Programa.

Obrigada também aos funcionários que fazem a Universidade Federal de Campina Grande.

À Capes – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior – pela concessão de bolsa de estudos. Com esta ajuda do Ministério da Educação foi possível o deslocamento, com mais facilidade, para outras cidades a fim de realizarmos nossas pesquisas e coleta de dados.

À todas as mulheres que deram suas vidas e lutaram para que hoje tivéssemos dias melhores.

À todos vocês, meu muito obrigada!

RESUMO

A tese discute as representações simbólicas da participação da mulher na política, para tanto faz um percurso teórico sobre as experiências de mulheres nas lutas femininas no Brasil e o contexto de submissão e desigualdade de direitos para a entrada delas na política formal. Entendemos que o estudo deste percurso se faz necessário para compreendermos a difícil e cultural participação das mulheres nos espaços de poder no país nas esferas municipal, estadual e nacional. Para isso, nosso objeto de análise se detém aos relatos de cinco prefeitas paraibanas sobre a política formal. São elas: Pollyana Yasnaia (PT) prefeita reeleita em 2012 na cidade de Pombal PB; Ednacé Henrique, prefeita reeleita em 2012 no município de Monteiro – PB; Euda Fabiana, prefeita reeleita em 2012 em Cuité – PB; Luzinectt Costa, prefeita reeleita em 2012 em Barra de São Miguel – PB e Rosângela Leite, prefeita eleita em 2012 em Desterro – PB. Foi necessária a realização de uma pesquisa qualitativa sobre a inserção das mulheres na política formal, em que o entendimento dos valores morais e simbólicos nas falas que coletamos foram imprescindíveis ao nosso estudo. Neste sentido, a “entrevista” foi uma técnica importante para que pudéssemos entrevistar as prefeitas e estudar as falas delas como um rico conjunto simbólico. A nossa hipótese é de que as mulheres quando no exercício do poder público continuam reproduzindo o poder histórico da prática política dos homens. Percorremos o objetivo de afirmar que mesmo alcançando determinado cargo público tais mulheres assim o conquistam pela força das relações de parentesco. Apesar disso, acreditamos que é uma vitória para as mulheres assumirem cargo público de poder político, tal como a prefeitura de uma cidade, mas também acreditamos que ao assumir reproduzem estereótipos da mulher na sociedade. Ou seja, as prefeitas assumem uma postura da imagem da mulher culturalmente arraigada nas suas práticas de diferença em relação ao homem: são mais sensíveis, tem um olhar mais clínico, têm a capacidade de fazer muitas tarefas ao mesmo tempo, são mais comedidas, são cuidadoras, e são as mães do povo. A pesquisa buscou compreender a ideia de que a presença da mulher neste espaço de poder, na Paraíba, reproduz o poder masculinizado da política, uma vez que as práticas tradicionais exercidos pelos “donos do poder” são reproduzidos por estas mulheres, a exemplo do assistencialismo social, do uso da “fé religiosa” e da imagem da “mãe pátria”, tais atributos contribuem para angariar votos e com isso perpetuar o poder de família no grupo político do município e região. Tais práticas corroboram para a reprodução de estruturas de poder político e econômico que se constituíram historicamente no Estado e agora estão reproduzidas na atualidade a partir, também, da “entrada” delas na política.

PALAVRAS – CHAVE: Mulher na política. Representação política. Prefeitas paraibanas. Participação feminina na política.

ABSTRACT

The thesis discusses the symbolic representations of women's participation in politics, to do a theoretical course on the experiences of women in the feminist struggles in Brazil and the context of submission and inequality of rights for their entry into formal politics. We understand that the study of this path is necessary to understand the difficult and cultural participation of women in the spaces of power in the country at the municipal, state and national levels. For this, our analysis makes uses of the reports from five female mayors from the State of Paraíba about formal politics. They are: Pollyana Yasnaia (PT) mayor re-elected in 2012 in the city of Pombal PB; Ednacé Henrique, mayor reelected in 2012 in the municipality of Monteiro - PB; Euda Fabiana, mayor reelected in 2012 in Cuité - PB; Luzinectt Costa, mayor reelected in 2012 in Barra de São Miguel - PB and Rosângela Leite, mayor elected in 2012 in Desterro - PB. It was necessary to carry out a quantitative - qualitative research on the insertion of women in formal politics, in which the understanding of moral and symbolic values in the speeches we collected proved essential to our study. Our hypothesis is that women in the exercise of public power continue to reproduce the masculinized power of political practice. We have concluded that when they reach such a public office, women generally conquer it by the force of kinship relations. Despite this, we believe that it is a victory for women to assume public office of political power, such as a city hall, but we also believe that when they assume such an office, they reproduce women's stereotypes in the society. That is to say, the female mayors assume a position of the image of the woman culturally rooted in their practices of difference in relation to the man: they are more sensitive, have a more clinical look, have the capacity to do many tasks at the same time, are more restrained, are caregivers, and are the mothers of the people. The research sought to understand the idea that the presence of women in this power space, in Paraíba, reproduces the masculinized power of politics, since the traditional practices exercised by the "owners of power" are reproduced by these women, such as social welfare, the use of "religious faith" and the image of the "mother country". These attributes contribute to win votes and thereby perpetuate the power of dynasties in the political group of the municipality and region. These practices contribute to the preservation of structures of political and economic power that have historically constituted themselves in the State and continue to be reproduced today, starting from the "entry" of women into politics.

KEYWORDS: Woman in politics. Political representation. Female mayors of Paraíba. Female participation in politics.

RÉSUMÉ

La thèse traite des représentations symboliques de la participation des femmes en politique, analysant les expériences des femmes dans les luttes féministes au Brésil et le contexte de la soumission et de l'inégalité des droits pour leur entrée dans la politique formelle. Nous comprenons que cette analyse est nécessaire pour comprendre la participation difficile et culturelle des femmes dans les espaces de pouvoir aux niveaux des villes, des états et du pouvoir fédéral. Pour cela, nous utilisons les rapports de cinq mairesses de l'État de la Paraíba sur la politique formelle. Ce sont : Pollyana Yasnaia (PT), mairesse réélue en 2012 dans la ville de Pombal PB; Ednacé Henrique, mairesse réélue en 2012 dans la ville de Monteiro-PB; Euda Fabiana, mairesse réélue en 2012 à Cuité - PB; Luzinectt Costa, mairesse réélue en 2012 à Barra de São Miguel - PB et Rosângela Leite, mairesse élue en 2012 à Desterro-PB. Il était nécessaire de mener une recherche quantitative - qualitative sur l'insertion des femmes dans la politique formelle, dans laquelle la compréhension des valeurs morales et symboliques dans les discours que nous avons recueillis s'est révélée essentielle à notre étude. Notre hypothèse est que les femmes dans l'exercice du pouvoir public continuent à reproduire le pouvoir masculin de la pratique politique. Nous avons conclu que lorsqu'elles obtiennent une charge électorale, les femmes la conquièrent généralement par la force des relations de parenté. Malgré cela, nous croyons que c'est une victoire pour les femmes d'obtenir de hautes charges électorales, comme une mairie, mais nous pensons également que lorsqu'elles assument de telles charges, elles reproduisent les stéréotypes féminins dans la société. C'est-à-dire que les mairesses occupent une position de l'image de la femme culturellement enracinée dans leurs pratiques de différence par rapport à l'homme: elles sont plus sensibles, ont un aspect plus clinique, ont la capacité de faire de nombreuses tâches en même temps, se comportent de façon plus mesurée, sont des soignantes et sont les mères des gens. La recherche a voulu comprendre l'idée que la présence de femmes dans cet espace de pouvoir, en Paraíba, reproduit le pouvoir masculin de la politique, puisque les pratiques traditionnelles exercées par les «propriétaires du pouvoir» sont reproduites par ces femmes, telles que la protection sociale, l'utilisation de la «foi religieuse» et l'image de la «mère patrie». Ces attributs permettent de gagner des votes et ainsi de perpétuer le pouvoir des dynasties familiales dans le groupe politique de la municipalité et de la région. Ces pratiques contribuent à la préservation des structures du pouvoir politique et économique qui se sont historiquement constituées dans l'Etat et continuent d'être reproduites aujourd'hui, à partir de l'entrée des femmes en politique.

MOTS CLÉS: femme en politique. Représentation politique. Femmes maires de Paraíba. Participation féminine en politique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	A prefeita Pollyana Yasnaia	100
Figura 2	Pollyana Yasnaia em comício no ano de 2012	102
Figura 3	Pollyanna Yasnaia, quando Secretária de Saúde, em campanha de conscientização para o câncer de mama	105
Figura 4	Pollyanna Yasnaia na campanha eleitoral de 2012	108
Figura 5	A prefeita Euda Fabiana	113
Figura 6	Euda Fabiana em Campanha Eleitoral	116
Figura 7	Euda Fabiana durante campanha eleitoral	117
Figura 8	Euda Fabiana durante Comício Eleitoral	118
Figura 9	Euda Fabiana demonstrando capacidade de gestão	119
Figura 10	A prefeita Luzinectt Costa	126
Figura 11	Luzinectt Costa em reunião com o Governo do Estado paraibano, Ricardo Coutinho	129
Figura 12	A prefeita Ednacé Henrique	132
Figura 13	Ednacé Henrique comemorando com a comunidade o dia das mães	138
Figura 14	Ednacé Henrique em ação social com os moradores de Monteiro	142
Figura 15	Ednacé Henrique representando a capacidade da mulher em ocupar um lugar até então ocupado majoritariamente por homens	143
Figura 16	A prefeita Rosângela de Fátima Leite	146
Figura 17	Rosângela Leite em ação social no município	147
Figura 18	Rosângela Leite homenageia professores de Desterro – PB	148
Figura 19	A prefeita Rosângela Leite na gestão pública	151
Figura 20	Visita do Governador Ricardo Coutinho na cidade de Barra de São Miguel	165

Figura 21	Ednacé Henrique cercada por mães e crianças durante ação social	167
Figura 22	Pollyana Yasnaia emocionada ao receber flores de eleitores	169
Figura 23	Euda Fabiana simbolizando afeto aos eleitores	170
Figura 24	Rosângela Leite em ação social	175
Figura 25	Luzinectt Costa cercada por crianças em evento na cidade de Barra de São Miguel	179

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Estatística do eleitorado por sexo	65
TABELA 2	Estatística de candidaturas – cargo/sexo – Eleições 2008	66
TABELA 3	Estatística de candidaturas – cargo/sexo – Eleições 2012	67
TABELA 4	Estatística de eleitos (as) na Paraíba – Eleições 2008	68
TABELA 5	Estatística de eleitos (as) na Paraíba – Eleições 2012	68
TABELA 6	Estatística de candidaturas para prefeitos (as) por partidos na Paraíba – Eleições 2008	69
TABELA 7	Estatística de candidaturas para prefeitos (as) por partidos na Paraíba – Eleições 2012	70
TABELA 8	Estatística de mulheres eleitas ao cargo de prefeita na Paraíba – Eleições 2008	73
TABELA 9	Estatística de mulheres eleitas ao cargo de prefeita na Paraíba – Eleições 2012	76
TABELA 10	Prefeitas reeleitas em 2012 na Paraíba	80

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGENDE	Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
CDD	Católicas pelo Direito de Decidir
CEDAW	Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher
CEMINA	Comunicação, Educação e Informação em Gênero
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CMV	Coletivo Mulher Vida
CNBL	Centro Nacional Bertha Lutz
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRIOLA	Organização da Sociedade Civil Conduzida por Mulheres Negras
DEM	Democratas
FBPF	Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FETAGS	Federações de Trabalhadores na Agricultura
GTC AESS	Grupo Transas do Corpo - Ações Educativas em Saúde e Sexualidade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFD	Instituto Feminista para a Democracia
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONG	Organização Sem Fins Lucrativos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil

PDC	Partido Democrático Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SOS CORPO	Instituto Feminista para a Democracia
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRIA SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL	30
1.1 As mulheres na história: reflexões das lutas feministas	31
1.2 Os movimentos feministas no Brasil	41
1.2.1 Novos movimentos de mulheres	56
CAPÍTULO II – A INSERÇÃO DAS MULHERES NA VIDA PÚBLICA	65
2.1 As estatísticas do feminino na política partidária	66
2.2 As estratégias de família: uma ponte para a política formal	81
CAPÍTULO III – AS PERCEPÇÕES DAS PREFEITAS SOBRE A VIDA PÚBLICA – PARTIDÁRIA	93
3.1 Da prefeita <i>coronel</i> aos vários simbolismos de prefeita	95
3.2 Trajetória das prefeitas na gestão pública: visões de mundo sobre o “mundo da política”	100
CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO DAS PREFEITAS COMO GESTORAS PÚBLICAS	155
4.1 O <i>ethos</i> na participação da política partidária	156
4.2 O discurso maternal na prática política	166
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

Refletir sobre o que pensam as mulheres no que diz respeito a sua condição social não é tarefa fácil, ainda mais quando o assunto é política. A presença das mulheres na política é um tema relativamente recente no campo acadêmico. Estudiosos no assunto (COSTA, 1998; AVELAR, 2001; BARREIRA, 1998; MIGUEL, BIROLI, 2014; PRÁ, 2011; FERREIRA, 2012; ARAÚJO, 2016; ÁLVARES, 2008; ALVES; PINTO, 2012) revelam que há uma situação de (sub) representação das mulheres no campo do poder político formal, mas por outro lado enquanto sujeitos ativos na sociedade no campo das relações de trabalho, por exemplo, as mulheres se mostram combatentes no enfrentamento das barreiras culturais e preconceitos sociais.

Nosso interesse sobre “a mulher e a política” também é recente. Meus primeiros estudos acadêmicos estiveram voltados para a análise da relação entre a mídia e a política, isto ainda na graduação no Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo na Universidade Estadual da Paraíba no ano de 2003. Ao ingressar no Mestrado, em 2007, no Programa de Pós - Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande – PB, quando ainda fazia parceria com a Universidade Federal da Paraíba, o interesse foi o de investigar a constituição das imagens midiáticas de personagens políticos que disputavam a prefeitura de Campina Grande nas Eleições em 2004. Acreditávamos que havia um conjunto de símbolos na construção midiática das figuras públicas que disputavam a campanha eleitoral, e que tal conjunto estaria relacionado à cultura da política local.

Ao finalizar esta etapa da Pós-Graduação surge o interesse de entender a inserção das mulheres nos espaços de poder, especialmente na Paraíba, tendo em vista a cultura da prática da política como predominantemente masculina. Surge como algo curioso o fato de que a partir dos anos 2000 as mulheres começam a desenhar um cenário político paraibano com a presença delas nas prefeituras, especificamente nas cidades do interior do Estado¹. Tentamos refletir sobre os motivos dessa inserção e o

¹ Para se ter uma ideia, nas eleições municipais de 2012, o Estado da Paraíba elegeu 48 mulheres, perdendo em números apenas para os estados de Minas Gerais e Bahia.

por quê delas estarem ali, e a quem acreditam representar, bem como suas opiniões sobre a mulher na política.

A crescente participação das mulheres em âmbitos de poder da sociedade, especificamente na política formal, tem chamado atenção de vários estudiosos, seja das ciências sociais e da comunicação. A “inserção” da mulher na política, mesmo que de “forma tardia”, representa um valor significativo não apenas para as mulheres, mas para toda uma conjuntura social, na qual determinados valores culturais são predominantes e dicotomizam a posição social entre homens e mulheres, principalmente quando o assunto é a disputa por espaços de poder.

Os estudos de temas relacionados a assimetria de gênero, a dominação masculina, a inserção da mulher no mundo do trabalho, a participação da mulher na política formal, entre outros espaços de poder, se revelam como temas atuais e provocantes para entendermos o papel dos agentes sociais e o lugar que ocupam histórica e culturalmente na sociedade (ARAÚJO, 2002; 2005; 2009; 2016).

Considerando as experiências das mulheres desde os anos 1970 no Brasil, é possível afirmar que muitas delas conquistaram cargos políticos, tanto em âmbito local, estadual e nacional, e tiveram o apoio de organizações sociais estruturadas pelas próprias mulheres além da participação de movimentos feministas. Depois de muitas lutas por direitos civis, por exemplo, é possível afirmar que a agenda política voltada para assuntos de interesses femininos foi ampliada e as questões específicas começaram a ser debatidas e refletidas para os interesses de milhares de mulheres (COSTA, 2008; 2016).

Após muitas lutas e conquistas, finalmente as representantes femininas tiveram a oportunidade de fazer denúncias através da tribuna parlamentar, denunciando toda e qualquer discriminação contra as mulheres. Além disso, movimentos sociais organizados por mulheres apoiavam as demandas sociais em favor da democracia brasileira, e o resultado desse esforço foi positivo, pois muitas sanções começaram a surgir a fim de penalizar àqueles que discriminassem mulheres (TABAK, 2002).

A presença das mulheres na política formal contribuiu para o surgimento de políticas públicas cuja proposta era melhorar a condição de vida de homens e mulheres, sejam políticas voltadas para a saúde, para a moradia, a educação e a inserção na

política partidária. “As organizações de mulheres de todos os tipos, bem como os movimentos feministas têm sido muito ativos como grupos de pressão” (TABAK, 2002, p. 114).

Neste sentido, a condição social da mulher ainda carrega marcas de um tradicionalismo e um conservadorismo político e social acentuado, constatado nas práticas do cotidiano como se fossem “naturais”. É inegável que as mudanças sociais nos fazem confirmar que atualmente as mulheres estão assumindo cargos ou posições sociais antes inimagináveis, como por exemplo, assumindo a chefia do lar, melhorando a escolaridade, participando de forma crescente no mercado de trabalho, assumindo cargos públicos como vereadoras, deputadas, prefeitas e Presidente da República (BATISTA, 2015; BARBOSA, 2015).

Ressalta-se que quanto à participação política, as mulheres são exemplos, não só no Brasil mas em muitas partes do mundo, porém quanto à participação na política formal a situação não é confortável. Mesmo que o percentual de eleitoras brasileiras ultrapasse os 50% do eleitorado. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, as mulheres ainda não ocupam nesta mesma proporção os cargos decisórios da política partidária. “Se a participação das mulheres na política fosse medida pela presença delas na política formal, o menor envolvimento das mulheres seria óbvio” (AVELAR, 2001, p. 88).

Muitas vezes, partindo desta comparação, alguns estudiosos (TABAK, 1983, AVELAR, 2001; BARREIRA; 2004; MIGUEL, BIROLI, 2011;) afirmam que a ausência da mulher na política formal é resultado de uma construção cultural no qual a mulher durante o processo histórico foi educada para o espaço privado e o homem para o espaço público. O que implica a difícil inserção delas no campo do poder político formal. Porém, este fator não impediu que muitas mulheres “levantassem uma bandeira de luta” contra o sistema vigente e “enfrentassem” os líderes políticos e o Estado em nome da democracia e da igualdade de direitos.

Ainda são poucos os estudos realizados sobre o papel que as mulheres desempenham nas prefeituras brasileiras, assim como os estudos sobre as percepções de mulheres líderes de governo em relação ao poder político e em relação à sua própria

condição enquanto gestora pública. É pequena a produção científica sobre o exercício das mulheres no poder formal do executivo municipal.

Apesar da discrepância entre o número de candidatas e de eleitas, é crescente o número de mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil desde o século passado. Na esfera de candidaturas legislativas o número merece um certo destaque, no entanto, na esfera do executivo municipal o que se observa é um lento crescimento: para se ter uma ideia, no ano de 1993 a Paraíba contava com 14 prefeitas; em 2000 com 17 mulheres no governo municipal; já em 2004 foram 24 mulheres eleitas para prefeitura; em 2008 elegeram-se 37 mulheres; e em 2012 o Estado elegeu 48 mulheres (TRE – PB).

A partir desta estatística é interessante problematizarmos sobre a presença das mulheres na política bem como seu protagonismo nos processos históricos da política local. Assim, um fato que nos chamou atenção é a presença delas na gestão do poder municipal, pois nunca na história da Paraíba houve tão alto percentual de mulheres eleitas e reeleitas ao cargo de prefeitas.

Diante do exposto, nosso objetivo é analisar os significados que as prefeitas paraibanas imprimem à sua ação na política formal, enquanto gestoras municipais, ou seja, como veem a prática política e qual a percepção delas sobre a mulher na política formal. Nossa hipótese é de que a percepção das prefeitas sobre a política e sobre as mulheres na política está relacionada às práticas ou rituais políticos que sinalizam para o fortalecimento do discurso e práticas concernentes às ações políticas historicamente arraigadas pelos homens no poder formal.

Concordamos com a reflexão de Lúcia Avelar (2001) quando afirma que mais do que números é preciso buscar saber das próprias mulheres que se inserem no campo político formal “o grau de interesse pela política, a disposição de votar, a base de decisão do voto (se personalista ou partidária) e o envolvimento nas campanhas eleitorais” (AVELAR, 2001, p. 88).

O campo de pesquisa para a realização da Tese está restrito às mulheres eleitas e reeleitas da Paraíba ao cargo do executivo municipal nas eleições de 2012, sendo nossa amostra as prefeitas cujos cargos públicos são de gestoras municipais exercidos nas macrorregiões da Paraíba – Mata Paraibana, Curimataú, Agreste e Cariri (IBGE, 2015). Assim, selecionamos de forma aleatória, com base na lista fornecida pelo Tribunal

Superior Eleitoral – TSE, as seguintes prefeitas: Pollyanna Yasnaia (PT), prefeita reeleita da cidade de Pombal; Luzinectt Costa (PMDB) prefeita reeleita da cidade de Barra de São Miguel; Euda Fabiana (PMDB), prefeita reeleita da cidade de Cuité; Ednacé Henrique (PSDB), prefeita reeleita da cidade de Monteiro; e Rosângela Leite (PSB) eleita no município de Desterro.

Entendemos que “o município representa um valioso espaço para o estudo da participação política da mulher e a análise de suas especificidades” (COSTA, 1998, p. 90). A participação dessas mulheres na política formal representa um campo que está cortinado de símbolos culturais e precisa ser desvendado. Pretendemos buscar contribuições para se entender a inserção da mulher na política local, especialmente de gestora municipal. A presença da mulher nas estruturas de poder formal nos possibilita identificar possíveis mudanças sociais, bem como transformações em perceber a inserção delas na política local e suas visões de mundo sobre a política.

Ao pensar sobre o comportamento político das mulheres ou sua inserção no campo de poder é imprescindível compreender as diferenças culturais que envolvem os papéis sociais designados à homens e mulheres, a canalização de suas práticas e vivências. Além disso, entender a cultura da política local a qual estas mulheres estão inseridas e envolvidas se faz necessário.

Para tanto, no sentido de compreendermos as percepções das prefeitas sobre a mulher na política, organizamos três fases de estudo: na primeira foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a participação delas na política formal e também não formal no Brasil, ou seja, as formas de organização das mulheres que não se relacionam à política partidária, mas sim através de movimentos sociais cujos objetivos estão voltados para os direitos civis das mulheres; a segunda etapa diz respeito ao levantamento de dados estatísticos sobre a presença da mulher na política através dos endereços eletrônicos do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e Supremo Tribunal Eleitoral Brasileiro, sobre as candidaturas de mulheres na Paraíba e o número de eleitas, bem como as estatísticas de votação; e a terceira fase está relacionada a uma das fases mais difíceis da coleta de dados empíricos, a realização das entrevistas com as prefeitas paraibanas. A dificuldade aqui citada diz respeito à dificuldade de acesso que tivemos com as gestoras municipais. Não foi fácil conseguir, a partir de suas agendas, entrevistas com as prefeitas, um espaço de tempo para entrevistá-las. Foram diversas as

“desculpas” fornecidas, diversos e-mails e telefonemas para tornar possível o tão esperado encontro, como também bastante delicado a conquista e confiança para que elas (as prefeitas) pudessem narrar as suas atividades como gestoras, bem como as suas percepções sobre a política e a disputa das mulheres por espaço de poder.

Percurso metodológico

Nosso percurso metodológico teve início com uma abordagem quanti-qualitativa. Das 48 prefeitas paraibanas, eleitas em 2012, selecionamos cinco para entrevistá-las. O estudo foi desenvolvido a partir do tipo de pesquisa descritivo, exploratório e analítico. Pois, nosso foco estaria em observar, descrever e analisar os elementos importantes ao tema específico da investigação. Segundo Antônio Carlos Gil (2002, p. 42) “pesquisa descritiva é aquela que analisa um fato, ou fenômeno da sociedade”. Assim, as variáveis de relevância neste estudo, como candidatura, sexo, faixa etária e ocupação social também foram relevantes na análise deste fenômeno da mulher na política. De fato, nossa investigação não se resume à uma operacionalização das variáveis, pois não podemos reduzir o estudo sobre a participação das mulheres na política à um processo quantitativo, mas sim de modo qualitativo.

Para realização da nossa coleta de dados dos materiais empíricos nos dirigimos até as cidades administradas por estas mulheres. A coleta de informações foi realizada com cinco prefeitas, dentre elas quatro eleitas em 2008 e respectivamente reeleitas em 2012: Yasnaia Pollyanna (PT), da cidade de Pombal; Lucinect Costa (PSB), de Barra de São Miguel; Euda Fabiana (PMDB), do município de Cuité e Edna Henrique (PSDB) de Monteiro. Apenas uma prefeita entrevistada, foi uma das eleitas em 2012, Rosângela Leite (PSB) da cidade de Desterro.

Para a realização das entrevistas utilizamos de um questionário semi-estruturado, que permitiu a flexibilização de perguntas dependendo da resposta da entrevistada. O tipo de questionário permitiu o diálogo entre entrevistadora e entrevistada, na perspectiva de que a depoente pudesse responder espontaneamente as perguntas sem perder o foco da pesquisa.

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de estudo *análise de discurso*, que nos permite compreender os sentidos presentes em um texto ou discurso. Concordamos que a construção linguística está diretamente relacionada com o contexto social e político do sujeito que o constrói. Sendo a linguagem, expressa de forma escrita ou oral, dotada de conteúdos ideológicos (PÊCHEUX, 1993).

Após muitas conversas através de contatos via telefonemas e endereço eletrônico das respectivas prefeituras, no primeiro semestre de 2015, com as assessorias das Prefeitas, conseguimos realizar nossa primeira entrevista: a pesquisa empírica teve início no dia 09 de setembro daquele ano, momento em que entrevistamos a prefeita da cidade de Pombal, Pollyanna Yasnaia (PT). A Prefeita se dispôs a responder várias questões sobre a sua inserção na política. A conversa aconteceu no Gabinete da Prefeitura.

Ao chegar ao Gabinete da Prefeita, antes de iniciarmos a entrevista a pesquisadora se depara com um “desabafo”. A prefeita relatou indignação em relação aos preconceitos que as mulheres sofrem, além disso afirmou que a educação no Brasil não foi a mesma para homens e mulheres. Percebendo seu interesse de falar sobre a condição social da mulher, solicitei que ficasse à vontade, pois era visível o desejo de falar antes mesmo que iniciasse a entrevista propriamente dita.

O relato da prefeita revelou indignação com a conduta patriarcal de muitos homens e mulheres da cidade de Pombal. Para a prefeita a população ainda se mostra “machista”, isto se revela na recusa de muitas mulheres e homens que ainda não votam em uma mulher candidata, disseminando, conseqüentemente, vários estereótipos de que apenas o homem é capaz de governar ou estar na política.

No dia 01 de outubro de 2015 conversamos pessoalmente com a prefeita de Cuité, Euda Fabiana (PMDB), que de forma simpática demonstrou interesse em responder todas as questões o que possibilitou a entrevista como uma longa conversa, em que relatou sobre sua atividade política, os desafios enfrentados, dentre eles o preconceito de ser mulher e também esposa de ex-prefeito da cidade. Ao lembrar dos momentos de campanha eleitoral demonstrou -se triste pela forma como os adversários conduziram o discurso de campanha, pois ao se relacionar à ela como candidata era repetitiva a lembrança de que ela era esposa de político e pertencia à família política da

região. Uma tentativa de fazer entender de que ela, Euda Fabiana não tinha “identidade” própria, pois dependia da família para estar na política.

Outra informante foi a prefeita de Barra de São Miguel, Luzinectt Costa (PSB). Conversamos com ela no dia 16 de outubro de 2015. A gestora pública discorreu sobre sua atuação na Prefeitura e revelou o prazer que tinha em gerir a Cidade. Segundo a prefeita, ela não teve problemas na condição de ser mulher política, apesar dos preconceitos dos adversários homens. Para ela a cidade a “abraçou”, além disso entende que a política é um espaço de aprendizado e oportunidade para projeções de ajuda ao outro. Se auto identifica como administradora e não como uma política. Ou seja, para ela, ser política é ser administradora, é gerir e colocar “as coisas para funcionar”.

Agendamos nossa conversa com a prefeita Ednacé Henrique (PSDB), da cidade de Monteiro, em 16 de novembro de 2015. Com clareza também demonstrou satisfação em fazer parte da política paraibana, e se considera uma importante gestora da região do cariri do Estado. A prefeita diz que “ama mulher”, isto é, que admira o que a mulher é capaz de fazer, admira a posição social que a mulher vem conquistando nos últimos anos. Acredita que “a mulher é mais inteligente e sensível para os assuntos sociais e políticos”.

Em 14 de junho de 2016 conseguimos conversar com a prefeita eleita em 2012 na cidade de Desterro, Rosângela Leite. De família política tradicional no Estado e no Município, Rosângela Leite nos falou sobre a tentativa de “acabar” com a oligarquia de poder que existe na Cidade cujos membros são da sua própria família. Sua fala se limitou aos projetos políticos, não se mostrando muito aberta para falar da condição da mulher na política, nem sobre a sua atuação na política municipal enquanto mulher. Ressaltou que a vez da mulher está chegando agora, este agora é o “tempo certo”, para ela “não podemos ultrapassar as épocas”. A fala da prefeita externou um certo tradicionalismo que vê a mulher na política no “tempo correto” como se o direito de “inserir-se” na política estivesse relacionado a um certo “consentimento”.

As entrevistas foram gravadas por meio de um gravador digital, momento em que utilizamos um questionário semi - estruturado com questões voltadas para temas como: a condição da mulher na política formal; as percepções das prefeitas sobre a posição social que ocupam nos municípios onde são gestoras; as dificuldades ou não

nos momentos em que se candidataram; bem como as dificuldades ou não enquanto gestoras municipais. As conversas tiveram duração mínima de quarenta minutos e máxima de duas horas.

Buscamos, enfim, dar conta da trajetória política das prefeitas e suas experiências políticas. Porém, nosso principal foco foram as falas das prefeitas com o objetivo de entendermos os significados que elas dão à prática política formal e à atuação política enquanto gestoras municipais na Paraíba. Pretendemos entender como percebem a política formal e que significados atribuem a tal prática. Neste sentido, identificamos como vivenciam o cotidiano da política e o que as motivam para a inserção no poder político local, especificamente, no executivo municipal.

Ao longo das entrevistas foi perceptível um certo “temor” que algumas entrevistadas demonstraram em revelar determinadas informações sobre relações pessoais e o motivo das escolhas partidárias e eleitorais. Mas, no geral, as prefeitas manifestaram a satisfação de estarem falando sobre si mesmas e dos projetos políticos que acreditavam e defendiam. Todas elas demonstraram boa vontade em prolongar a conversa de forma espontânea falando sobre as ações políticas que realizaram em suas respectivas cidades, tais como: obras diversas e realização de programas de governo. Algumas delas, mesmo depois das entrevistas, permaneceram em contato com a pesquisadora, por meio de plataformas digitais e via telefone celular, o que permitiu, sempre que necessário, entrar em contato para adquirir informações complementares.

Convém salientar que nos momentos de realização das entrevistas existiam realmente as expectativas criadas pela pesquisadora: que a entrevistada entendesse o objetivo da entrevista, que tudo acontecesse como uma conversa e que as falas ou narrativas fossem espontâneas. E para minha alegria as entrevistas aconteceram com muita tranquilidade, no qual as prefeitas faziam questão de afirmar que não estavam ali como líderes mas como uma pessoa “normal”, “igual aos outros”. O que diminuiu a distância entre a pesquisadora e a informante, facilitando assim a continuidade de perguntas e falas mais “espontâneas”.

Todas as prefeitas entrevistadas demonstraram satisfação ao falar delas mesmas e ao narrar sobre os projetos de governo municipal. Por talvez, acreditarem serem ouvidas, isso era sinônimo de credibilidade. Através das entrevistas pude escutar e

receber as experiências destas mulheres que aos poucos foram se sentindo especiais, como se tais narrativas fossem servir de uma espécie de vitrine na construção de suas próprias imagens públicas.

Muitas vezes saímos ansiosas das entrevistas com as prefeitas, imaginando se tínhamos coletado as informações certas e suficientes para suprir os objetivos da Tese. Mas, depois acreditei que não era impossível transportar para o papel a riqueza e a intensidade das entrevistas. De forma ética minha pretensão foi de não fugir das narrativas e transpô-las, com a maior objetividade possível, para o texto escrito.

As mulheres políticas que ouvimos se definiram, a partir de uma construção de uma “singularidade do feminino”, como amigas, como valentes, como irmãs, gostariam de ser lembradas pelo afeto e não pelo cargo que ocupam, pois segundo uma delas: “o afeto fica para sempre e o cargo político não”. A partir da participação das mulheres na política partidária é possível perceber que uma nova cultura se desenha na sociedade, independente dos motivos de estarem participando da política. Há vários motivos que a fazem ocupar o cargo público, desde a relação de parentesco em que um parente deseja que o substitua na política até a vontade de fazer algo pela coletividade, principalmente nas cidades onde nasceram e que passaram a governar. O que há no conjunto destas falas é uma combinação de sentimentos, história pessoal, relações interpessoais, vida privada, que contribuem para a identidade destas mulheres enquanto prefeitas e para as percepções que têm em relação à sua presença na política formal.

Por fim, defendemos que “o pesquisador é parte fundamental da pesquisa. Ele deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa” (CHIZZOTTI, 2009, p. 82). Concomitantemente, o pesquisador mantém sua conduta de observador crítico da realidade, entendendo os costumes e os acontecimentos que canalizam as práticas dos sujeitos. E quanto aos dados a serem coletados é importante frisar que,

(...) Não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações: são ‘fenômenos’ que não se restringem às percepções sensíveis, mas se manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. É preciso ultrapassar sua aparência imediata para descobrir sua essência (CHIZZOTTI, 2009, p. 84).

Como ainda afirma Chizzotti (2009, p. 83) “as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos”. Ou seja, a fala do outro é importante para confirmar ou não teorias, e/ ou construir outras. As respostas das prefeitas contribuíram para a construção de uma mescla de argumentos sobre a mulher na política. As inferências sobre suas experiências pessoais e políticas nos permitiram entender que tais depoimentos fundamentam uma determinada cultura da política local.

Neste contexto, nosso percurso metodológico teve como abordagem o caráter qualitativo. A abordagem qualitativa

parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2009, p. 79).

Luiz Gonzaga de Mello (1987) enfatiza que o trabalho de investigação nas ciências humanas é possível graças ao método científico adotado na pesquisa, tendo em vista que a possibilidade de constituir um objeto de análise a partir da realidade coletiva é um grande desafio para o investigador, que deve entender o contexto cultural desta coletividade.

Concordamos, sobremaneira com Luiz Gonzaga de Mello (1987, p. 13) quando defende a ideia de que “a ciência é um prolongamento do senso comum”. Ou seja, sem os dados empíricos seria impossível para o pesquisador social produzir ciência, contribuir para a cientificidade do trabalho acadêmico. De modo que os dados analisados não são verdades absolutas, mas suas análises são relativas ao método e à teoria pertinente sob o ponto de vista de cada pesquisador.

A ciência a que nos propomos na Tese é, como afirma (GOODE; HATT *apud* MELLO, 1987), um método de abordagem do mundo empírico, suscetível de ser experimentado. A percepção das prefeitas sobre a participação delas na política é um “todo empírico” que tivemos a pretensão de investigar. Este objeto de estudo é constituído, portanto, a partir de uma realidade que nos propomos estudar: a realidade

das prefeitas paraibanas. “O objeto da ciência é todo o mundo empírico, isto é o mundo que está ao alcance dos sentidos, passível, portanto, de ser experimentado” (MELLO, 1987, p. 16).

Neste mesmo pensamento de investigação seguimos uma linha de raciocínio weberiano (Max Weber) quando entendemos que o sentido dos fenômenos é muito importante para analisarmos os acontecimentos sociais, ou seja, compreendê-los através de seus significados para entendermos a dinâmica de determinada sociedade, o sentido da ação humana.

“(…) Os fatos sociais não são suscetíveis de quantificação, já que cada um deles tem um sentido próprio, diferente dos demais, e isso torna necessário que cada caso concreto seja compreendido em sua singularidade” (DILTHEY *apud* GOLDENBERG, 2013, p. 18). Buscamos a compreensão interpretativa das experiências das mulheres no exercício do cargo de prefeita dentro do contexto em que foram vivenciadas. Pois, “na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a quantidade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória” (GOLDENBERG, 2013, p. 14).

Estrutura da Tese

No início desta Tese acreditamos ser interessante apresentar, brevemente, a história de luta das mulheres no Brasil, a fim de realizar uma reflexão sobre o movimento feminista e a ideologia presente nestas lutas. Além disso, pretendemos enfatizar as mulheres que ficaram historicamente conhecidas por suas batalhas e os diversos motivos que a fizeram ir “à luta”. A partir do primeiro capítulo, intitulado: *Breve história social das mulheres no Brasil*, nossa intenção é refletir sobre a postura de mulheres brasileiras que lutaram por um mundo social democrático e igualitário. Entender como esta luta começou e como a presença delas em âmbitos de poder foi acontecendo é de suma importância para entendermos a importância de estudarmos as mulheres políticas e as percepções delas no mundo do poder formal. Porém, não é nossa intenção fixar categorias para homens e mulheres e defendê-las como únicas e acabadas.

Mas, a partir de uma reflexão, entender que a cultura para ambos foram historicamente distintos e que por tal motivo os acontecimentos sociais também se nos apresentam diferentes.

No segundo capítulo intitulado *A inserção das mulheres na vida pública* pretendemos mostrar quanti - qualitativamente as candidaturas brasileiras e paraibanas ao cargo de prefeitas e, conseqüentemente, o número de eleitas, especificamente nas campanhas eleitorais de 2008 e 2012. Neste contexto, percebemos estatisticamente através de dados do Supremo Tribunal Eleitoral, que o número de candidaturas masculinas e femininas, bem como de eleitos e eleitas são discrepantes: o masculino predomina sobre o feminino tanto nas candidaturas como nos resultados. Informamos também sobre a adesão partidária dessas mulheres candidatas, e qual deles há um maior número de eleitas. Consideramos estes dados pertinentes ao nosso estudo para verificarmos o crescimento do número de eleitas e os grupos partidários os quais pertencem as mulheres. No entanto, entendemos que tais dados não cobrem todos os determinantes tampouco, toda a complexidade da problemática em Tese. Verificamos diante dos dados que nas eleições de 2008, por exemplo, foram eleitas 34 mulheres, já nas eleições 2012 foram eleitas 48, sendo que 16 foram reeleitas ao cargo de prefeitas. A maior parte das mulheres eleitas concentra-se no interior do Estado da Paraíba, especificamente nas cidades economicamente mais pobres. No entanto, os maiores partidos foram aqueles que mais elegeram mulheres, tais como o PMDB e o PSDB.

O capítulo terceiro nomeado *As percepções das prefeitas sobre a vida pública partidária* tem como principal objetivo trazer a compreensão das falas das prefeitas sobre suas percepções em relação à presença da mulher na política, bem como delas mesmas. A partir destas falas foi possível entender o que pensam as prefeitas sobre sua atuação enquanto gestoras públicas, fazendo com que cada uma delas fosse lembrada por uma característica peculiar a partir das suas próprias narrativas: Pollyana Yasnaia - “a mulher tem um olhar mais clínico”; Euda Fabiana - “mulher de garra”; Luzinectt Costa - “eu sou a prefeita, eu sou o médico, eu sou o padre”; Ednacé Henrique - “estar na política é coisa divina”; Rosângela Leite - “eles acham que mulher é para ficar em casa e não no gabinete”.

No quarto e último capítulo *A atuação das prefeitas como gestoras públicas* pretendemos mostrar que a presença do feminino na política exige alguns rituais que são

imprescindíveis à cultura das sociabilidades da mulher na sociedade. Para tanto, existe uma cultura da prática política feminina na Paraíba que se revela em rituais cujos valores estão relacionados ao espaço doméstico, à inserção do mundo privado ao espaço público, ao uso do sentimento na política e à condição maternal como valor símbolo da mulher na sociedade.

Por fim, apresentamos os principais resultados do nosso estudo, esperando que tais reflexões incentivem a realização de outras pesquisas e trabalhos sobre este tema tão importante.

CAPÍTULO I – BREVE HISTÓRIA SOCIAL DAS MULHERES NO BRASIL

As mulheres desempenharam importantes papéis na sociedade brasileira e influenciaram significativamente no desenvolvimento coletivo e institucional do país através dos inúmeros movimentos sociais os quais organizaram. Participaram de forma efetiva para a evolução social de homens e mulheres e contribuíram de forma decisiva para a expansão social, política e econômica do Brasil (PAIVA, 2011).

A participação delas na construção da história do país desmente muitas assertivas de que a mulher não tem interesse pela política, não participa de movimentos sociais. “Na realidade, como já foi constatado tantas vezes, trata-se de revelar a ‘visibilidade dessa presença’” (TABAK, 2002, p. 39).

Infelizmente a historiografia oficial não revela, em sua totalidade, esta importância, ao contrário, permite entender que os papéis sociais das mulheres são “naturais”, cuja “natureza feminina” seria aquela em que vamos nos debruçar agora: as mulheres nasceram para o “cuidar”, serem fieis aos companheiros e criarem os seus filhos, sendo o espaço doméstico o reduto que a ela pertence e que lhe é natural (HAHNER, 2000).

Na contramão de tal visão, acreditamos que é importante mostrar, refletir e discutir sobre a participação das mulheres enquanto sujeitos ativos e de direitos, enquanto cidadãs, enquanto sujeitos de sua própria história. O valor da participação feminina, de forma não institucionalizada, muitas vezes considerada secundária, reflete, na prática, a consciência e o papel ativo dos contingentes femininos, permitindo entender que elas compreenderam a origem, as causas e as soluções dos problemas que as norteavam (TABAK, 2002).

Como afirma Luís Felipe Miguel (2012, p. 17) a teoria sobre o feminismo ajudou no debate sobre a “dominação masculina”, bem como refletir sobre o universo da política e questionar categorias consideradas centrais nestes estudos, “tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia”. Acreditamos que não é possível discutir a presença das mulheres na

política formal ignorando a teoria sobre o movimento feminista no Brasil. Tal pensamento, como ressalta Miguel (2012), envolve e parte de uma questão de gênero², mas diante da complexidade do tema vai muito mais além. Os valores morais e culturais são primordiais e orientam o pensamento que nos leva a entender a mulher no universo da política.

Embora haja um pensamento de que hoje o movimento feminista esteja ultrapassado porque as mulheres já tem acesso ao mercado de trabalho, à política, à educação, aos direitos políticos, muitas evidências quanti - qualitativas demonstram a continuidade da dominação masculina, principalmente em âmbitos de poder da sociedade.

Em cada uma destas esferas – educação, política, lar e trabalho, foram obtidos avanços, decerto, mas permanecem em ação mecanismos que produzem desigualdades que sempre operam para a desvantagem das mulheres. Formas mais complexas de dominação exigem ferramentas mais sofisticadas para entendê-las; nesse processo, o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social (MIGUEL, 2012, p. 17).

Sem pretensão de demonstrar subjetividades feministas, pretendemos sim conduzir a reflexão que se projeta a partir da presença das mulheres na política formal e informal, e de que forma houve esta inserção e como foi mostrada e conduzida.

1.1 AS MULHERES NA HISTÓRIA: REFLEXÕES DAS LUTAS FEMININAS

Desde o século XVIII há registros históricos de lutas de mulheres em várias partes do mundo, especificamente no Brasil. No artigo “Participação feminina no debate público brasileiro” (2013) as autoras Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco destacam vários nomes que tiveram participação relevante em momentos de batalhas no

² Para estudos sobre gênero consultar (SCOTT, 1996; 2013; BUTLER, 2008; COELHO, 2009).

País, a exemplo da Revolução Pernambucana de 1817, que teve Bárbara Alencar³, a primeira mulher presa no Brasil por reivindicar direitos igualitários. Defendeu a independência e as ideias republicanas, participando de forma ativa do movimento que proclamou a República na cidade do Crato, interior do Ceará, lugar este em que foi morar após o casamento. Depois da Proclamação, Bárbara Alencar ao ser presa, foi transferida para as cidades de Fortaleza, Recife e Salvador, “onde foi encarcerada ao lado de um de seus filhos, o padre Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar. Libertada em 1820, ainda se envolveu na epopeia da Confederação do Equador, em 1824. Faleceu no Piauí, em 1832” (PRADO; FRANCO, 2013, p. 196).

Ainda neste contexto, durante a Independência do Brasil, Maria Quitéria de Medeiros se vestiu de soldado para lutar na batalha pela independência em relação a Portugal. Maria Quitéria nasceu em 1792, em Cachoeiro, interior da Bahia, foi criada em ambiente rústico, de uma pequena propriedade rural, aprendeu a montar e manobrar armas de fogo. Segundo Prado e Franco (2013, p. 196), ela

Não sabia, entretanto, ler ou escrever, mas ouviu histórias sobre a opressão de Portugal (representada na Bahia pela figura do general Madeira e seus soldados) que fizeram, de acordo com o que se escreveu a seu respeito, seu coração ‘arder de amor à pátria’. Ao escutar as palavras de um defensor da independência, que recrutava soldados do interior da Bahia, pernoitara na casa de seu pai, Maria Quitéria teria decidido lutar como soldado. Dirigiu-se, então, à casa da irmã mais nova, casada, Teresa, que a apoiou em sua opção. Maria Quitéria cortou os cabelos, vestiu as roupas do cunhado e ingressou como homem no Regimento da Artilharia onde permaneceu até ser descoberta, semanas depois. Foi transferida para o Batalhão dos Periquitos e chegou a participar de algumas batalhas. Em 2 de julho de 1823, entrou na cidade de Salvador, acompanhando as tropas vitoriosas. Em agosto, foi recebida, no Rio de Janeiro, pelo imperador, que lhe ofereceu a Condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro em um soldo de alferes de linha (PRADO; FRANCO, 2013, p. 196).

Além de Bárbara Alencar e Maria Quitéria, também merece destaque Antônia Alves Feitosa, conhecida como Jovita. Ela nasceu em 1848, na cidade de Brejo Seco, no

³ A biografia de Bárbara Alencar “foi elaborada por Inês Sabino, que a chamou de ‘Stael brasileira’. (...) Aos 57 anos de idade engajou-se com o irmão e os três filhos na revolução de 1817” (PRADO; FRANCO, 2013, p. 196).

interior do Ceará, mudando-se posteriormente para o interior do Piauí. Jovita aprendeu a ler, a escrever e a manejar armas, tendo como profissão a de costureira.

Na época da guerra do Paraguai, seu irmão se alistou como soldado voluntário, momento em que Jovita também decidiu se alistar, disfarçada de homem: Cortou os cabelos, vestiu calça e camisa masculina e colocou um chapéu de couro. Em julho de 1865, apresentou-se como “voluntário da pátria”, mas teve seu disfarce rapidamente descoberto. Mesmo assim, foi aceita como recruta e partiu para o Rio de Janeiro com os demais voluntários do Piauí. Durante a viagem, o navio que os transportava atracou em portos da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Em todos eles, Jovita foi saudada pela população local e bem recebida, inclusive por autoridades. Ao aportar no Rio de Janeiro, ganhou novas homenagens por seu destemor e foi cumprimentada, juntamente com outros oficiais do Piauí, pelo imperador D. Pedro II. Contudo, seu alistamento foi considerado ilegal. Seu batalhão partiu para a guerra, mas ela ficou no Rio de Janeiro, impedida de seguir para o Paraguai. Morreu pouco tempo depois (PRADO; FRANCO, 2013, p. 200).

Outra personalidade feminina foi Hipólita Jacinta Teixeira de Mello, mulher rica e filha de portugueses, que durante a Conjuração Mineira denunciava as injustiças e os traidores através de cartas e avisos secretos. Liderava reuniões sigilosas e lutava contra a exploração dos menos favorecidos (TELLES, 1986 apud COSTA, 2015). Como exemplo de suas mensagens secretas tem-se um bilhete escrito por ela e enviado ao padre Toledo, cuja mensagem dizia o seguinte:

Dou-vos parte, com certeza, de que se acham presos, no Rio de Janeiro, Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Tiradentes, para que vos sirva ou se ponham em cautela; e quem não é capaz para as coisas, não se meta nelas; e mais vale morrer com honra que viver com desonra." Quando percebeu que o movimento fracassava, tentou alertar ao coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, aconselhando-o para "montar uma reação, a partir de lá do Serro (TELLES, 1986 apud COSTA, 2015, p. 3).

A participação das mulheres na luta pela independência no Brasil foi ampla, porém pouco revelada ou pesquisada, como afirma Carla Cristina Garcia (2015). De acordo com a autora as dificuldades que as mulheres encontravam não impediram o

pouco progresso. Ao lutar pela igualdade de gênero, a participação feminina contribuiu para o processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Foram muitas as mulheres que protagonizaram na luta pela independência do Brasil. Isto nos mostra que antes mesmo da luta pelo sufrágio universal, muitas mulheres já tinham um grande percurso de batalhas. Muitas mulheres tiveram interesse pela conjuntura política do País, tiveram esclarecimentos na troca de ideias e vontade de manifestação, além de interesse pelas questões públicas. Tais mulheres decidiram lutar por melhores condições de vida, melhores condições de educação, de saúde, entre tantas outras reivindicações. Trabalharam contra a escravidão, contra a opressão feminina, mostrando que eram a favor de transformações da sociedade. E mais do que isso, que poderiam, enquanto sujeitos sociais, participarem de forma ativa na sociedade, independentemente de condição de classe, de sexo, de gênero ou etnia.

A história nos revela que os costumes naquela época deixavam clara a presença do homem como “dono da casa” e “chefe de família”. Este homem dominador tinha muitos escravos, os quais comandavam, além da esposa os filhos. A mulher era vista como submissa, era passiva, tinha muitos filhos, e vivia a maior parte do tempo no próprio lar, único âmbito de onde tinha voz ativa para comandar os assuntos “de casa”.

Porém, nem todas as mulheres de elite eram confinadas ao reduto doméstico, a exemplo das viúvas dos fazendeiros, que sozinhas cuidavam da própria fazenda e dos próprios negócios, além disso comandavam escravos e escravas. Além das viúvas ricas, havia também as mulheres liberais e negras que saíam durante o dia para comercializar, e durante à noite procuravam companheiros, sejam amantes ou não.

Naquela época, no Brasil, a educação das mulheres era incipiente em relação à educação dos homens, pois, acreditava-se que as mulheres ao saberem ler e escrever, poderiam se utilizar da escrita e da leitura para fazerem um “mau uso”, colocando o espaço doméstico “em perigo”. Para tanto, lhes eram permitidas apenas tarefas simples como aprender as orações, a coser e a costurar, atividades próprias para quem deveria se dedicar a uma vida doméstica, para serem futuras mães e esposas exemplares. “A ideia de educação escolar para meninas foi-se somando lentamente à ideia mais antiga de educação doméstica, embora a escolaridade que lhes destinavam não fosse idêntica à dos meninos” (HAHNER, 2003, p. 57). Ora, as meninas ricas, não só aprenderam a

oração, a coser e costurar, mas aprenderam outras línguas e a tocar piano, isto ajudaria nas relações sociais, como “mulheres encantadoras” e de “boa companhia”.

Naquele período, as mulheres de elite não tinham o direito de escolher seus parceiros. Os seus pais quem os escolhiam de acordo com a expectativa de ascensão social do futuro cônjuge. As meninas, ainda muito jovens, eram “usadas” para expandir as riquezas dos seus próprios pais, sendo o casamento um contrato social que serviria para celebrar contratos entre as famílias ricas. Devido às convenções sociais, as meninas não tinham liberdade de escolher seus parceiros, casando-se, comumente, com homens mais velhos cuja disparidade de idade era muito grande.

Porém, haviam exceções no século XIX, a exemplo também da feminista Nísia Floresta Brasileira Augusta que lutou contra a submissão feminina, questionando as condições econômicas e sociais, que já apontavam altos níveis de desigualdade de classes sociais (CASTRO, ALBERTON, EGGERT, 2010; CASTRO, 2010; HAHNER, 1981). Sobre as batalhas e conquistas de Nísia Floresta veremos nas próximas páginas.

A partir da segunda metade do século XIX o Brasil mostrava-se mais próspero, sendo este um momento em que as cidades cresciam, a produção aumentava e uma complexidade social e econômica começava a surgir. Os avanços sociais brasileiros tinham uma considerável influência europeia. Além disso, a densidade demográfica começava a crescer, observando-se alto nível de êxodo rural. Muitos fazendeiros deixavam o campo pela vida na cidade.

As cidades do Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se centros comerciais, financeiros e administrativos, com grandes atividades de exportação de café, além de importação e distribuição também de outros produtos, emergiu como “centro das primeiras manifestações de protesto contra a subordinação feminina, lideradas pelas mulheres de classe média e alta” (HAHNER, 2003, p. 73).

No final do século XIX havia um crescimento da presença de mulheres no magistério, mesmo com salários inferiores aos dos homens. De fato, as mulheres na educação aponta uma ferramenta importante nas transformações sociais, pois ajudou significativamente na ampliação da alfabetização de mulheres, além de disseminar novas ideias, cogitar a igualdade de direitos, questionar valores e papéis sociais femininos hegemônicos. As primeiras professoras foram feministas e lutaram a favor da

emancipação das mulheres no Brasil, utilizando os meios impressos como veículo para a disseminação de suas ideias. As feministas incentivavam as mulheres a lerem jornais a fim de conhecerem os direitos então garantidos e cogitar a lutar por outros.

Ainda no século XIX algumas mulheres lançaram seus próprios jornais como forma de protesto e reivindicações pelos direitos feministas. No Brasil, a ideia de transmitir as reivindicações feministas através dos periódicos se constitui como a primeira manifestação feita pelas mulheres, principal veículo de divulgação naquela época (COSTA, 2013).

O “Jornal das Senhoras”, idealizado no Rio de Janeiro em 1852, era editado pela argentina Joana Paula Manso de Noronha⁴, que colaborou com o jornal brasileiro e publicou várias obras. O objetivo do periódico era contribuir para “o melhoramento social e para a emancipação feminina”, além de conscientizar sobre a importância das mulheres apresentadas, não como submissas, mas como indivíduos que merecem respeito e valor moral, além de igualdade de direitos. Em matérias do referido Jornal, por exemplo, o casamento era apresentado como o “fim das mulheres”, como algo que acabava com todas as esperanças de realização delas (HAHNER, 2003).

As autoras temiam revelar a autoria nas matérias publicadas, o medo da exclusão social e a subordinação imposta fazia com que muitas delas não assumissem o que escreviam.

(...) Muitas colaboradoras, para permitirem que suas matérias fossem publicadas, exigiam a promessa do anonimato. (...) Mesmo a autora da seção de moda mostrava-se muito temerosa de um possível ridículo e, admitindo carecer da coragem da editora, exigia que seu anonimato fosse mantido. Ao longo de quatro anos verificaram-se mudanças: algumas mulheres passaram a se identificar por meio de suas iniciais e os homens que, porventura, colaborassem, com o jornal, em geral assinavam os nomes completos, assumindo a autoria (HAHNER, 2003, p. 88).

O Jornal era uma forma de esclarecer que enquanto grande parte das mulheres permanecesse na ignorância não se teria avanços na luta por igualdade e direitos democráticos. Para tanto, a primeira conquista seria a educação, pois voto e participação

⁴ Joana Paula Manso de Noronha nasceu na Argentina mas chegou ao Brasil em 1819. Escreveu para vários jornais do Rio de Janeiro. IN: SCHUMACHER; VITAL (2000).

política não teria importância esperada para as mulheres caso as mesmas não tivessem conhecimento sobre o assunto. A preocupação residia na busca de uma consciência feminina diante do quadro em que se encontravam as mulheres brasileiras como submissas, dependentes financeiramente e sem escolaridade. Para se ter uma ideia no final do século XIX, aproximadamente, a totalidade das mulheres no Brasil eram analfabetas (GOTLIB, 2000).

Em 1873 a professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz funda o Jornal o “Sexo Feminino”, momento em que também defende a educação e a emancipação feminina. “O número de 7 de abril de 1875, editado já no Rio de Janeiro, é dedicado à defesa do sufrágio. Coerente com sua condição de mulher consciente e politizada, toma partido dos abolicionistas, defendendo suas ideias em seu jornal” (ALVES, 1980, p. 90).

A escritora além de dedicar o Jornal à educação, à instrução e à emancipação, desejava disseminar a informação dos direitos civis das mulheres, buscava despertar suas condições enquanto sujeitos sociais, suas necessidades e potencialidades. O referido jornal sobreviveu aproximadamente três anos. A escritora teve que suspender a publicação devido à uma epidemia de febre amarela, o que não a impediu depois de nove anos lançar os jornais “Primavera” (1880), seguido da “Voz da Verdade” (1885), ambos sem muito êxito na procura de leitores.

Francisca Diniz volta em 1890 com o jornal o “Sexo feminino”, e este obteve mais sucesso que os anteriormente lançados por ela, “atingindo uma circulação de 2.400 exemplares” (HAHNER, 2003, p. 98). Naquele ano, era positivo o número de mulheres que escreviam e editavam os jornais sobre os direitos de mulheres. Somado a isto, o crescimento do número de mulheres alfabetizadas proporcionava um grande público para este tipo de jornal. Porém, ainda um público limitado, pois eram mulheres das classes média e alta da sociedade. “A proporção de alfabetizadas entre o total da população feminina no Rio de Janeiro elevou-se de 29,3%, em 1872, para 43,8% em 1890, ao mesmo tempo em que a população da capital quase dobrava” (HAHNER, 2003, p. 99).

Além destes jornais de importante contribuição para expressar direitos e deveres sociais das mulheres e formar a imagem no social sobre modelos de feminilidade na sociedade de então, vale ressaltar que em 1862 surgiu “O Belo Sexo”, no Rio de

Janeiro. Um conjunto de mulheres se reunia toda semana para discutir o que seria publicado no periódico. Muitas não desejavam assinar os próprios nomes nos textos, apesar da editora, Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar, insistir no contrário (HAHNER, 2003).

Nos séculos XIX e XX, as feministas brasileiras lutavam para melhorar a posição das mulheres na sociedade, propondo novas discussões sobre seus direitos, ou como muitos afirmavam os direitos do sexo feminino. Tais mulheres defendiam a “emancipação da mulher”, um conceito que teria seu significado definido já no século XIX e seria evocado pelo século XX adentro. Entretanto, movimentos organizados pelos direitos da mulher somente surgiram no Brasil no início do século XX” (HAHNER, 2003, p. 26).

Em 1975 é criado, por ex - presas políticas, o Jornal *Brasil Mulher*, na cidade de Londrina no Estado do Paraná. A ideia do Periódico estava ligada ao Movimento Feminino pela Anistia. Este era um movimento que surgiu naquele mesmo ano liderado por Terezinha Zerbini, cujo objetivo era “articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla, geral e irrestrita. O MFA foi a primeira estruturação pública e oficial de questionamento da ditadura militar” (COSTA, 2013, p. 18). Ainda neste mesmo ano surgia outro periódico, o *Brasil Mulher*, estes dois jornais se constituíram como as principais ferramentas de divulgação dos ideais feministas naquele período.

No Brasil, bem como nos Estados Unidos, o movimento em busca dos direitos da mulher coincidia com o movimento sufragista, nisto o interessante é que a luta em várias partes do mundo partiam de mulheres mais instruídas e que pertenciam a uma classe social elevada.

Como visto em páginas anteriores, as mulheres viam na educação uma ferramenta de suma importância para a emancipação feminina e para melhores condições sociais, porém não desejam apenas respeito e educação. “Elas queriam o desenvolvimento integral de todas as potencialidades femininas, dentro e fora de casa” (HAHNER, 2003, p. 115). Muitas das mulheres advogavam a favor do direito ao voto, por exemplo, mas as tentativas eram negadas.

No final do século XIX, especificamente em 1889, o Brasil se depara com transformações imprescindíveis para a época, tais como o aumento da densidade demográfica, o desenvolvimento das cidades, os centros urbanos em constante crescimento, a expansão do comércio, o que contribuiu para novas estruturas políticas e econômicas do País, o que marca o fim do Império e o surgimento da República. Tem – se, como exemplo, as mulheres formadas no Curso de Bacharelado em Direito tinham dificuldades de exercer a profissão. Mirtes de Campos foi a primeira mulher a ingressar no Curso e exerceu sua atividade no tribunal do Rio de Janeiro condicionada a análises de vários juristas e conseqüentemente ser apoiada pelo juiz (HAHNER, 2003). O que nos revela a gritante dificuldade das mulheres em inserir-se, por direito, nos vários campos da sociedade, inclusive no de exercer a própria profissão.

No século XX a educação brasileira experimenta transformações no sentido da inclusão de gênero, observando-se um aumento significativo das mulheres alfabetizadas (HAHNER, 2003). A Lei, naquele momento, com a cumplicidade das famílias, determinava que a educação das meninas fosse diferente em relação à educação dada aos meninos: para as mulheres determinavam-se os ensinamentos domésticos, para os homens, os ensinamentos da vida pública, intelectual. As meninas da elite tinham aulas em casa ou em escolas particulares, sendo geralmente as aulas ministradas por religiosas ou professoras estrangeiras. “As crianças da elite geralmente eram educadas em casa. As ‘melhores famílias’ empregavam tutores particulares ou internavam suas filhas em escolas de freiras, especialmente as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula” (HAHNER, 2003, p. 79).

O Brasil, na década de 1920, por exemplo, já se caracterizava pelo período de mudança, de transformação social e econômica, o que fez surgir também vários movimentos de contestação ao sistema vigente.

A ebulição da época reflete-se nas repetidas explosões de revoltas militares e de greves operárias. Mesmo no interior das classes dominantes encontram-se sinais de esgotamento da “política dos governadores”. Foi este o contexto histórico no qual se formou o movimento sufragista. Surge, portanto, quando alguns grupos sociais, representados pelo operariado, os jovens oficiais, os intelectuais, começam a reivindicar uma maior participação nos centros de poder e de decisão política (ALVES, 1980, p. 16).

O sufragismo surge, assim, no seio da elite, que segundo Alves (1980), não se esforçou em procurar outras mulheres de outras classes sociais, mas apenas seus aliados. Se limitando às mulheres de elite, ficando na restrição da tentativa de conscientizar as mulheres de um modo geral sobre os seus direitos. Tais limitações, de acordo com o autor, devem-se a dois fatores importantes: primeiro seria o político e depois o ideológico.

A nível político, as mulheres estariam “presas” a um poder, a um contexto oligárquico, cujas dependências sociais e financeiras a incapacitariam para ampliar suas reivindicações.

A incapacidade de ampliação e de comunicação do movimento surgiria assim do próprio conteúdo de suas reivindicações. Enquanto outras categorias sociais questionavam as bases do sistema político, o movimento sufragista brasileiro, buscando afirmar seu caráter de movimento apolítico, baseava sua argumentação nas colocações amplas do discurso liberal, focalizando os direitos humanos e atuando sem exercer uma crítica com relação a realidade concreta em que existia (ALVES, 1980, p. 17).

Além de terem sido influenciadas pelos países que já haviam experimentado a revolução burguesa e encontravam-se naquele momento em desenvolvimento industrial, as mulheres de elite tinham objetivos que não se coadunavam com a evolução do processo histórico, pois a atitude pouco crítica em relação aos movimentos em que atuavam eram muito mais influenciados pelo poder hegemônico, uma vez que faziam parte de um grupo do centro de poder (ALVES, 1980).

A nível ideológico as mulheres estariam em seu grau de subordinação e inferioridade social, política, econômica e cultural. “Sua indiferença para com sua própria situação indicava até que ponto ela permanecia subjugada, incapaz de se projetar para fora da esfera reduzida de ação” (ALVES, 1980, p. 17). Neste caso, a mulher interiorizava a sua própria opressão social, “aceitando” a restrição do espaço doméstico e recusando, muitas vezes, a manifestação política e ao ato de votar.

O movimento sufragista brasileiro talvez tenha ficado tímido em detrimento da força do patriarcado, por isso não teve muito “sucesso” ao não penetrar de forma mais profunda no seio da sociedade, “mantendo intacta a imagem da mulher de sua missão primordialmente feminina de mãe e dona de casa, e revelando-se incapaz de criticar as

relações econômicas e ideológicas que fundavam a inferiorização” (ALVES, 1980, p. 18).

Como um movimento liberal vindo da burguesia, o movimento sufragista teve restrições políticas, ficando na discussão do voto e da mudança na legislação civil e trabalhista, “mantinha-se intacto o funcionamento do sistema, em suas relações de classe e sexo. Por isso, teria sido tolerado, sem a repressão sofrida na mesma época por outros movimentos de postura mais radical” (ALVES, 1980, p. 19).

É interessante, neste contexto, registrar que as sufragistas não tinham em seu foco de debate o papel doméstico exercido e limitado tão somente pelas mulheres. O debate girava em torno do fator jurídico em relação ao voto feminino e no papel social da mulher.

1.2. OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL

Vera Soares (1994, p. 01) afirma que “feminismo é a ação política das mulheres. Engloba teoria, prática, ética e toma as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo.” Assim, o feminismo está presente nas ações coletivas, individuais, reconhecendo que existe um poder presente no sistema social que canaliza as ações convencionais dos sujeitos.

No início do século XX ganha visibilidade no Brasil aquela que passará a ser classificada como a precursora dos ideais feministas, Nísia Floresta, como dito páginas atrás. Através das mais variadas atividades, particularmente de escritora, buscou defender os direitos das mulheres e suas capacidades, inclusive através da tradução e publicação da obra de Mary Wollstonecraft “A vindication of the rights of women”, traduzida em “Os direitos das mulheres e a injustiça dos homens”, no ano de 1832. “Enfrentando muitos preconceitos por defender os direitos políticos e civis das mulheres, promoveu também no Rio, em 1842, conferências sobre a Abolição e a República” (ALVES, 1980, p. 87).

Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida como Nísia Floresta, nasceu em um sítio chamado Floresta, em Papari no Estado do Rio Grande do Norte. Hoje tal cidade tem o nome de Nísia Floresta em sua homenagem. Filha de um português e uma brasileira, a escritora casou aos 13 anos de idade com um famoso fazendeiro da região. Descontente, retorna para a casa dos pais, momento em que a família vive algumas turbulências financeiras e passam a residir na cidade do Recife, Pernambuco. Nesta mudança para o Estado pernambucano, Nísia Floresta casa-se com Manuel Augusto Faria Rocha, estudante de Direito da Faculdade de Olinda, mas fica viúva aos 24 anos de idade (ALVES, 1980).

Tempos depois, como professora, passou a comandar o *Colégio Augusto*, no Rio de Janeiro, no período de 1838 à 1856. O colégio, que tinha o nome *Augusto* em homenagem ao esposo, se diferenciava dos outros pela ideologia defendida pela escritora. Sendo o ensino nesta Escola considerado avançado para as meninas, ou seja, um campo intelectual que a época não permitia. A exemplo do ensino do Latim, da geografia e a reflexão social que naquela época eram proibidas às meninas e que portanto na *Escola Augusto* eram ensinados e permitidos. Seu modelo pedagógico causava polêmica e não era bem visto por muitas pessoas (CAMPOI, 2011). Em 1856, Nísia Floresta viaja para a Europa, dominando o francês e o italiano, a brasileira conheceu pensadores famosos⁵, os quais se tornaram amigos e compartilharam ideias importantes no campo intelectual até hoje discutidas. Considerada a pioneira das lutas feministas no Brasil marcou sua época por

defender uma educação mais ampla e uma postura justa e respeitosa para as mulheres, assim como a liberdade religiosa e a abolição da escravatura. Publicou um livro de preceitos morais e conselhos para meninas em 1843, uma coleção de artigos sobre educação feminina em 1835, assim como escreveu para vários jornais (HAHNER, 2003, p. 58).

A maior contribuição de Nísia Floresta foi através da luta pela educação da mulher, fazendo denúncias sobre a condição de submissão feminina ao poder masculino, argumentando que a ausência de escolaridade da mulher era um fator que beneficiava os homens.

⁵ A exemplo de Augusto Comte e Stuart Hall (CAMPOI, 2011).

Em 1922 a feminista Bertha Maria Julia Lutz (1894 – 1976)⁶, mais conhecida como Berta Lutz, influenciada pelos ideais de Nísia Floresta, funda no País a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF*, cujo objetivo foi lutar pela participação das mulheres na política, pelo protagonismo delas na sociedade. Acreditava que através do acesso a educação, as mulheres poderiam projetar-se na sociedade com direitos e deveres antes nunca vistos no social, tais como: independência financeira, ruptura com o confinamento ao espaço doméstico, acesso à formação profissionalizante.

O mercado de trabalho, o direito à educação, o direito ao ensino superior, cursos profissionalizantes, foram algumas das conquistas das mulheres depois de muitas lutas pela igualdade de direitos. Bertha Lutz reivindicava a igualdade de direitos para homens e mulheres, a mesma remuneração e direitos iguais para ambos na atividade laboral. Naquela época, em 1918, graduou-se em Ciências Naturais na Sorbone, e em 1933 em Direito na cidade do Rio de Janeiro, além disso foi durante 40 anos funcionária pública do Museu Nacional, “liderou a luta pelo voto feminino e exerceu, ela própria, o direito de ser votada. No Parlamento propôs inúmeras mudanças na legislação brasileira” (SOUSA; SOBRINHO; LOPES, 2005, p. 316).

A luta pela participação das mulheres nos espaços de poder continuaram no País: Alzira Soriano foi eleita a primeira mulher prefeita do Brasil, em 1928, assumindo o governo municipal na cidade de Lajes, no Estado do Rio Grande do Norte; Celina Guimarães a primeira mulher a ter o direito ao voto no País, ainda em 1928, na cidade de Mossoró no mesmo Estado; o Rio Grande do Norte ainda elege a primeira deputada do Brasil, em 1934, Maria do Céu Fernandes de Araújo, eleita na época com 24 anos de idade, pelo Partido Popular (PP), na cidade de Currais Novos (AVELAR, 2001).

Na Assembleia Constituinte, de 1933, foram eleitos 214 deputados e uma deputada, Carlota Pereira de Queirós – pelo Estado paulistano. Nos demais Estados brasileiros, nove mulheres foram eleitas deputadas estaduais. Berta Lutz assumiu o cargo político na Constituinte após sair da suplência, e em outros Estados brasileiros

⁶ “ Bertha Maria Julia Lutz (1894-1976) conclui o curso superior de Ciências Naturais na Universidade de Paris (Sorbonne) em 1918, e nesse mesmo ano começa a trabalhar auxiliando o pai, o microbiologista Adolpho Lutz, no Instituto Oswaldo Cruz (Manguinhos). Já no ano seguinte ingressa como secretária no Museu Nacional, cargo conquistado via concurso público, mas desde logo desponta em atividades científicas de cunho naturalista. Ao mesmo tempo em que ingressava na vida profissional, iniciava sua militância, fundando a Liga pela Emancipação Feminina em 1919, tornada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), em 1922” (SOUSA; SOBRINHO; LOPES, 2005, p. 1).

nove mulheres haviam sido eleitas deputadas estaduais, dentre estas mulheres, algumas eram integrantes da *Associação Parahybana pelo Progresso Feminino*, foram elas: Quintina Ribeiro (SE), Antonieta de Barros (SC), primeira deputada negra, Lili Lages (AL), Maria Teresa Nogueira e Maria Teresa Camargo (SP), Rosa Castro (MA), Zuleide Bogéa (MA) (SHUMAHAR, 2003, p. 36 *apud* RABAY; CARVALHO, 2010, p. 15).

Em 1936 Bertha Lutz assumiu o cargo de Deputada Federal até 1937, quando devido à ditadura do governo Getúlio Vargas, o Congresso foi fechado (*idem*).

Candidata nas eleições de 1934 pelo Partido Autonomista do Distrito Federal, representando a “Liga Eleitoral Independente” fundada pela FBPF, Bertha consegue apenas a suplência, mas assume o cargo substituindo o Deputado Cândido Pessoa, que viera a falecer. Antes de ingressar na Câmara, Bertha participara da Comissão Preparatória do Anteprojeto da Constituição (promulgada em 1934), reunida em Petrópolis em 1932. Muitas de suas proposições, que estão compiladas na obra *13 Princípios Básicos de Direito Constitucional*, editada pelo Departamento de Estudos Jurídicos da FBPF, foram aceitas pela Constituinte e incorporadas à legislação brasileira. As sugestões, muitas das quais já vinham sendo discutidas nos congressos feministas anteriores, defendiam os direitos políticos e jurídicos das mulheres em geral, dando especial atenção às questões relativas ao trabalho, à educação, à maternidade e à infância (SOUSA; SOBRINHO; LOPES, 2005, p. 316).

Após o Golpe Militar com Getúlio Vargas no poder político, as eleições previstas para acontecer em 1937 foram canceladas. As mulheres de camadas pobres assumiam também o protagonismo da luta feminista, tendo em vista que o poder militar afastava as outras líderes e mulheres economicamente melhores (RABAY; CARVALHO, 2010).

Com a saída de Getúlio Vargas do poder em 1945 acontecem as eleições de 1946, em que dentre os 47 candidatos 18 mulheres se candidataram, porém nenhuma foi eleita. Dentre estas candidaturas duas paraibanas: Neusa Vinagre de Andrade, do Partido Democrático Cristão (PDC) e Luzia Ramalho Clerot, do Partido Comunista do Brasil (PCB) (RABAY; CARVALHO, 2010).

Após a ditadura de Vargas, a eleição da primeira legislatura estadual aconteceu em 19 de janeiro de 1947. Nessa eleição teve destaque como a única mulher a concorrer em um universo de 149 candidatos, a paraibana Maria Augusta de Oliveira (PCB).

(RABAY; CARVALHO, 2010) De acordo com as autoras, as eleições de 1950, 1954, 1958 e 1962, houve uma pequena presença de mulheres no País e nenhuma no Estado paraibano.

Nesse período, apenas seis mandatos para a Câmara Federal foram conquistados por três mulheres: Ivete Vargas representando São Paulo, pelo PTB, nos quatro pleitos; Nita Costa, também do PDT, em 1954, representando a Bahia; e a também baiana Neco Novais, da Aliança Trabalhista, em 1962, eleita junto com Ivete, entre nove candidatas (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 16).

Ivete Vargas era neta de Getúlio Vargas e foi eleita pela primeira vez aos 22 anos de idade, no ano de 1950, sendo reeleita em 1954, 1958, 1962 e 1966. Mas o governo militar cassou sua candidatura em 1969, e mesmo assim conseguiu se reeleger mais uma vez em 1982 (COSTA, 1998, p. 101, *apud* RABAY; CARVALHO, 2010, p.30).

É possível afirmar que foram muitas as conquistas das feministas, a exemplo de Bertha Lutz que influenciou em vários segmentos da sociedade, seja social, jurídico, político. Destacam-se a criação do *Estatuto da Mulher*, o *Departamento Nacional de Trabalho Feminino, Maternidade, Infância e Lar*, ambos relacionados a emendas inseridas na Constituição de 1934, direcionadas especificamente às mulheres. Existia um discurso de que era “preferência às mulheres habilitadas para a orientação e fiscalização dos serviços referentes ao trabalho feminino, ao lar, à maternidade e infância (art. 121 da Constituição Federal)” (SOUSA; SOBRINHO; LOPES, 2005, p. 318).

Em 1949 ideias simples de negação à submissão feminina e relativas à proposta de “desnaturalização” do que é ser mulher já se expressavam através de feministas como Simone de Beauvoir quando afirmava que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980). Tal afirmação reflete o fato de que as construções culturais designam comportamentos para homens e mulheres, diferenciando-os fisicamente, psicologicamente, emocionalmente, entre outros, sendo o ser “mulher” uma construção cultural e não um acontecimento natural.

Após o fim da II Guerra Mundial e com o processo de redemocratização no Brasil o clima foi de “renovação” política, o que permitiu o restabelecimento das liberdades, e favoreceu o surgimento de novos grupos de mulheres, fortalecendo aqueles que já existiam. Vários grupos de mulheres se uniram aos movimentos existentes no País, fortalecendo o movimento feminista (TABAK, 2002).

Em 1945 surge no Brasil o *Comitê de Mulheres pró-Democracia*, na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo era estimular a participação efetiva das mulheres na democracia brasileira e a conquista pela igualdade nos setores como política, mercado de trabalho, cultura, entre outros. “Mas, foi a luta das donas de casa contra a carestia de vida (...) que conseguiu atrair milhares de mulheres e conduziu à criação de um número considerável de associações e uniões femininas” (TABAK, 2002, p. 47).

Dentre os grupos que surgiram e tiveram destaque pela força, pela credibilidade, estão: a *Associação das Donas de Casa contra a Carestia*, que, junto aos órgãos públicos, buscou defender os interesses das mães de famílias; o *Instituto Feminino do Serviço Construtivo* (1946), que tinha como líder a feminista Alice Tibiriçá, que fundou posteriormente a *Federação das Mulheres do Brasil*; a *União Feminina do Distrito Federal* em 1946, que combatia também os elevados preços dos produtos básicos e lutava pela paz mundial, isto no Rio de Janeiro, quando era a capital do Brasil. Esta experiência espalhou-se em vários Estados brasileiros como Minas Gerais, Goiás, Bahia, Sergipe, São Paulo (TABAK, 2002).

É importante registrar e refletir sobre o desempenho daquelas mulheres que combateram a desigualdade e lutaram por uma vida mais igualitária; há registros de que feministas faziam visitas aos bairros populares, para conscientizar donas de casa, as que trabalhavam nas feiras livres, dentre outros segmentos (TABAK, 2002).

Esta participação das mulheres nos movimentos sociais reforça a ideia de que a mulher também participa politicamente do cotidiano da sociedade, o que contraria a ideia de que “a mulher não gosta de política”. Ora, relevar a importância da participação das mulheres nos movimentos sociais e entendê-la como “não participação política” é subestimar a importância destes movimentos na condição de sujeito político. Além disso, é deixar de lado o nível de conscientização da mulher e suas capacidades de lutas e conquistas (TABAK, 2002).

Neste ínterim, a participação não institucionalizada é um reflexo de uma sociedade cujo poder institucional do Estado é predominantemente exercido por homens. O acesso à informação, aos direitos básicos que foram negados às mulheres reflete a assimetria de gênero na sociedade brasileira. As mulheres contribuíram para a redemocratização do Brasil através de suas lutas por um país melhor. Vale salientar que após o período ditatorial muitas mulheres ficaram sem seus esposos, filhos, assumindo assim a chefia da casa e tomando ao mesmo tempo o poder de decisão no espaço público e privado, o que influenciou nas novas demandas de mulheres no Brasil.

O movimento feminista ressurgiu na década 1960 diante do contexto de contestações que vários países estavam passando naquela época, “a exemplo do movimento estudantil na França, das lutas pacifistas contra a guerra do Vietnã nos Estados Unidos e do movimento hippie internacional”. Nesse momento, movimento feminista rompe “com os limites do conceito de *político*, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais” (COSTA, 2013, p. 02). O fervor cultural da década de 1960, tais como os novos comportamentos sexuais, afetivos e participação na luta armada entraram em conflito com o padrão tradicional feminino.

Com o impacto de modernidade social e a emergência de novos comportamentos, o mundo privado sofreu influência, “novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal”. O movimento feminista cresceu através de uma relação com as camadas populares, organizações de bairros, sendo um movimento de várias classes, seja classe média, seja classe baixa (SARTI, 2004, p. 37).

Tal movimento no Brasil também enfrentou instituições religiosas quando discutia a temática voltada para o comportamento de mulheres, como o aborto, a sexualidade, a família. Estas questões continuaram no ambiente privado, sem eco para o espaço público. Segundo Sarti (2004) os movimentos sociais no País tiveram como característica a sua relação direta com o Estado, pois se organizavam em bases locais, cristalizando em seus discursos e lutas as batalhas do cotidiano da periferia, tais como: o saneamento básico, as condições de vida, a desestrutura familiar.

Pinto e Oliveira (*apud* SARTI, 2004) sublinham que os movimentos de bairros foram de suma importância para projetar as mulheres no espaço público e tirá-las do confinamento doméstico. Estes movimentos foram responsáveis pelo surgimento de um novo sujeito que questionava a condição feminina e a identidade de gênero, ou seja, as mulheres passavam a questionar suas relações e condições sociais.

Os grupos feministas, tendo a origem social de suas militantes nas camadas médias e intelectualizadas, em sua perspectiva de transformar a sociedade como um todo, atuaram articulados às demandas femininas das organizações de bairro, tornando-as próprias do movimento geral das mulheres brasileiras. O feminismo foi se expandindo dentro desse quadro geral de mobilizações diferenciadas (SARTI, 2004, p. 40).

As problemáticas femininas ganharam espaço e inclusive politicamente, uma vez que muitos grupos se declararam feministas levando a bandeira de luta democrática e de melhores políticas públicas, refletindo concomitantemente sobre o lugar da mulher na sociedade.

Os movimentos feministas influenciaram em dois pontos importantes: no surgimento de novos estudos acadêmicos, fazendo surgir novas ideias e grupos de estudos específicos sobre mulheres e gênero; bem como na projeção de necessidades de políticas públicas, concentrando a discussão do mercado de trabalho, da saúde feminina, da redistribuição de poder entre os sexos. O movimento feminista no Brasil foi consolidado a partir de 1980.

Somado a estas conquistas, no segmento governamental conselhos sobre a condição feminina foram criados nos níveis municipal, estadual e federal. Ganhando espaço o tema da violência contra a mulher, esta passou a ser tratada em delegacias específicas. Tal conjuntura fez com que o tema “mulher” fosse tratado na Constituição Federal de 1988, significando uma vitória não só para as mulheres, mas para a sociedade de um modo geral (SARTI, 2004).

No Brasil o Movimento Feminista teve início em 1970, momento em que sofreu a influência dos movimentos feministas e outros movimentos que aconteciam, principalmente, nos Estados Unidos e na Europa⁷. Mas, foi em 1980 que o Movimento

⁷ A Organização das Nações Unidas declarou em 1975 como o ano Internacional da Mulher, o que favoreceu a discussão sobre a condição da mulher na sociedade, tal decisão certamente teve influência dos movimentos feministas norte-americano e europeu.

se consolidou na sociedade brasileira. Neste momento, surgia a segunda onda⁸ do feminismo na América Latina, autoritarismo e repressão somado a uma falsa democracia era o contexto daquela época. Considera-se que o movimento feminista dos anos 1970 é caracterizado como um movimento complexo que envolvia a luta contra a opressão feminina e a luta pela redemocratização do Brasil, neste sentido o Estado era o principal inimigo (COSTA, 2013).

A participação feminina durante o processo de transição do regime autoritário é intensa. “As mulheres encabeçaram os protestos contra a violação dos direitos humanos por parte do regime; as mulheres pobres e da classe operária buscaram soluções criativas para as necessidades comunitárias como resposta ao total descuido governamental em relação aos serviços básicos urbanos e sociais; as mulheres operárias engrossaram as filas do novo movimento sindical brasileiro; as mulheres rurais lutaram pelos seus direitos à terra, aos quais eram continuamente usurpados pelas empresas agroexportadoras, as mulheres afro-brasileiras se uniram ao Movimento Negro Unificado e ajudaram a forjar outras expressões organizadas de um crescente movimento de consciência negra, anti-racista; as lésbicas brasileiras se uniram aos homens homossexuais para iniciar uma luta contra a homofobia; as mulheres jovens e as estudantes universitárias formaram parte dos movimentos estudantis militantes; algumas tomaram as armas contra o regime militar, outras trabalharam em partidos de oposição legalmente conhecidos” (ÁLVAREZ, 1994, p. 227 *apud* COSTA, 2013, p. 18, grifo do autor).

À luz da teoria sobre os movimentos sociais feministas é inegável que tais movimentos tenham influenciado uma geração de mulheres, no seu modo de pensar, de se comportar, suas formas de refletir sobre temas como a sexualidade, o aborto, a gravidez indesejada ou fora do casamento, a pílula anticoncepcional, o trabalho desigual, os diferentes acessos a determinados lugares, entre outros. Inclusive, influenciou socialmente e politicamente instituições públicas, impactando o espaço

⁸ O movimento feminista se consolidou como político, intelectual e filosófico. A teoria divide o movimento em três correntes ou ondas do feminismo: a primeira onda ocorre em meados do final do século XIX e entra pelo XX, em que os interesses do movimento era a igualdade jurídica e política entre os sexos. Entre as reivindicações estavam: o direito ao divórcio, à propriedade de bens, à educação. Já a segunda onda do movimento feminista, que compreende o período entre 1960 e 1980, continuava com estas lutas mas ampliou o debate para novas reivindicações, tais como: sexualidade, família, mercado de trabalho. A terceira onda do feminismo, reconhecida a partir de 1990, busca “corrigir” as lacunas da segunda onda, em que as feministas resistem às ideologias construídas sobre a essencialidade da feminilidade. Para aprofundar os estudos ver: (ALVES; PITANGUY, 1991; GARCIA, 2011).

social no qual mulheres atuavam como sujeitos ativos, fazendo ampliar gradualmente suas atuações públicas (SARTI, 2004).

A discussão sobre a condição da mulher na sociedade ainda era conflituosa, principalmente por ter como objetivo pensar o poder masculino e as relações entre homens e mulheres. Esta discussão surge como uma transgressão, tendo em vista que ela “desequilibrava” um padrão social ao refletir sobre os lugares designados para homens e mulheres na sociedade.

A década de 1980 marcou um momento importante para a vida das mulheres, com a reconstrução das instâncias democráticas, da reorganização partidária, de eleições, reelaboração da Constituição do Brasil, entre outros (SOARES, 1995). Assim, o movimento feminista tornou-se mais complexo em relação às ideologias e às organizações, como argumenta Soares (1995, p. 44):

O feminismo se diversificou criando novas formas de organização e instituindo práticas como os coletivos voltados para ações relacionadas ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e ao combate à violência. Surgiram serviços e grupos de formação/educação, muitos dos quais permanecem até os dias de hoje. O feminismo buscou também manter duas estratégias de atuação a partir de 1982: continuar independente do Estado e atuar nas instâncias governamentais. Preservou canais autônomos de articulação, não só temáticos mas gerais, por meio dos encontros nacionais feministas, com participação de um grande número de mulheres.

A partir daí, as feministas articularam e centraram suas atividades de forma mais concreta e especializada, o que fez gerar mudanças na legislação brasileira, como a implantação de políticas públicas para as mulheres, mais protestos organizados e sistematizados, e um significativo interesse por parte das mulheres.

Os anos 1980 trouxeram novos parâmetros para as mulheres, a década anterior havia preparado uma ordem social, política e econômica que fez com que o foco a partir da década seguinte fosse a participação partidária formal. Os partidos começaram a inserir as demandas de mulheres e programas voltados para o feminino nas suas plataformas eleitorais, criando inclusive Departamentos Femininos dentro das estruturas dos partidos políticos. A exemplo do Partido Democrático Social – PDS, que criou um

Comitê Feminino. Em 1983, é criado o *Conselho Estadual da Condição Feminina*, voltado para a realização de políticas para as mulheres.

O *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, também criado em 1985, através da articulação entre as feministas e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), conduziu a articulação de mulheres na política formal. Muitos eventos foram realizados no Brasil, tendo como consequência a sistematização de propostas regionais em um encontro nacional com a presença e participação de mais de duas mil mulheres unidas pela legislação igualitária e justa, dentre elas estavam as mulheres brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, artistas, camponesas, todas unidas (COSTA, 2013).

Através de uma ação direta de convencimento dos parlamentares, que ficou identificada na imprensa como o *lobby do batom*, o movimento feminista conseguiu aprovar em torno de 80% de suas demandas, se constituindo no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou. A novidade desse processo foi a atuação conjunta da chamada “bancada feminina”. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e dos seus distintos matizes políticos, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, garantindo assim a aprovação das demandas do movimento (COSTA, 2013, p. 07).

Esta presença das mulheres na Constituinte é diferente da participação exercida pelo voto, pois são formas diferentes de conquista, enquanto a primeira é exercida pela pressão do movimento social, a segunda é tida como uma lenta luta de conquista pela representação social feminina.

Na visão de COSTA (2013, p. 05):

(...) O movimento social de resistência ao regime militar seguiu ampliando-se, novos movimentos de liberação se uniram às feministas para proclamar seus direitos específicos dentro da luta geral, como por exemplo, os dos negros e homossexuais. Muitos grupos populares de mulheres vinculadas às associações de moradores e aos clubes de mães começaram a enfocar temas ligados a especificidades de gênero, tais como creches e trabalho doméstico. O movimento feminista se proliferou através de novos grupos em todas as grandes cidades brasileiras e assume novas bandeiras como os direitos reprodutivos, o combate à violência contra a mulher, e a sexualidade. O feminismo chegou até a televisão revolucionando os programas femininos, nos quais agora, junto às tradicionais informações sobre culinária, moda,

educação de filhos etc. apareciam temas até então impensáveis como sexualidade, orgasmo feminino, anticoncepção e violência doméstica.

Os anos 1990 mostraram que os espaços femininos se expandiram nos âmbitos de poder, mesmo com resistência por parte do poder autoritário e dominante masculino. Neste momento, mesclam-se e se confundem na sociedade o movimento de mulheres e o movimento feminista, a partir do número crescente de mulheres e participantes como: mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, trabalhadoras. Neste período, muitos feminismos são construídos: “as mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas” (SOARES, 1995, p. 46).

As feministas brasileiras, a partir de 1990, começam a participar de fóruns políticos internacionais, conferências mundiais, encontros nacionais reconhecidos mundialmente. Além disso, discussões como as ações afirmativas, a Lei de Cotas⁹, a presença no legislativo e o aborto são alguns dos temas que, embora antigos, ganharam impulso após a redemocratização do Brasil, com uma maior participação de mulheres e com discursos mais sistematizados.

No início dos anos 1990 se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a autoidentificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. (...) O crescimento do feminismo popular teve como consequência fundamental para o movimento amplo de mulheres a diluição das barreiras e resistências ideológicas para com o feminismo. Essa diversidade que assumiu o feminismo brasileiro esteve muito presente nos preparativos do movimento para sua intervenção na Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995, em Beijing, na China, ao incorporar amplos setores do movimento de mulheres (COSTA, 2013, p. 08).

A Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Beijing possibilitou dinâmicas positivas para as mulheres: permitiu que fossem ampliados os espaços de

⁹ Autores como (DELGADO, 1996; GODINHO, 1996; MIGUEL, 2000; PITANGUY, 2002; MOREIRA, 2009; ROCHA, 2009; COSTA, 2011; MOEHLECKE, 2016) afirmam que a política de Lei de Cotas não é a garantia para uma maior inserção da mulher na política partidária.

atuação para elas, bem como que suas identidades feministas fossem reconhecidas, tais como o movimento negro, o lésbico, o indígena, o popular, demonstrando com isso a multiculturalidade do feminismo. Além disso, possibilitou a “absorção relativamente rápida de certos elementos (os mais digeríveis) do discurso e agendas feministas por parte das instituições culturais dominantes, das organizações paralelas da sociedade civil, da sociedade política e do Estado” (ALVAREZ, 2001, *apud* COSTA, 2013, p. 09); permitiu também a profissionalização de determinados setores do movimento feminista, tal como as ONGs¹⁰; houve além destes, um crescimento nas articulações entre as mulheres de vários espaços políticos formais; permitiu também influenciar na crescente pauta de discussões sobre a mulher no cenário nacional e internacional, influenciando nas definições das ações políticas para as mulheres (ALVAREZ, 2001 *apud* COSTA, 2013).

O movimento feminista enquanto movimento social, como afirma Ana Alice Alcântara Costa (2013, p. 01), nunca esteve tão dinâmico como está atualmente. “Talvez tenha mudado de cara, já não ‘queima sutiã’, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonando suas lutas, se acomodando com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizando”. Assim, o feminismo brasileiro vem mudando e não é mais o mesmo movimento quando comparado aos dos anos 1970, 1980 e 1990, por exemplo.

A autora Ana Alice (2013) ainda aponta que o movimento feminista é na sua essência um movimento moderno, porque surgiu no contexto das ideias iluministas, pois as mulheres estariam buscando a liberdade, a universalização da razão. Além de surgir também no auge da Revolução Francesa e Americana em busca dos direitos sociais e políticos. Naquele momento era a chamada *primeira onda do feminismo*, que mobilizou centenas de mulheres de muitos países europeus, norte-americanos, e também da América Latina, tendo o ápice na luta pelo sufrágio universal (COSTA, 2013).

¹⁰ As Organizações Sem Fins Lucrativos mais conhecidas no Brasil (ONGS): AGENDE - Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento; CDD-BR - Católicas pelo Direito de Decidir; CEMINA - Comunicação, Educação e Informação em Gênero; CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria; CMV - Coletivo Mulher Vida; CNBL - Centro Nacional Bertha Lutz; CRIOLA - Organização da sociedade civil conduzida por mulheres negras; CUNHÃ - Coletivo Feminista; FALA PRETA! - Organização de Mulheres Negras GTC-AESS - Grupo Transas do Corpo - Ações Educativas em Saúde e Sexualidade; SOF - Sempre Viva Organização Feminista; SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia.

O movimento feminista, talvez, tenha redefinido os significados do poder político e da forma de entender como e por que se faz a política. A força do movimento reside no fato de entender o poder político e de questionar suas formas. Assim, o movimento ao trazer para o espaço público e privado tais questionamentos da política e do poder traz também a necessidade de questionar as condutas de homens e mulheres, as necessidades de novas práticas, novas maneiras de ser e fazer. Além disso, ao refletir sobre os sistemas políticos e culturais a partir dos costumes designados à homens e mulheres, o movimento feminista revela a sua autonomia¹¹ e organização em relação a outros movimentos (COSTA, 2013).

A partir dos anos 2000 o feminismo brasileiro tem mais aproximação com os poderes públicos, a consciência feminina percebe que é necessária uma ação conjunta e muito bem articulada para possibilitar o compromisso dos candidatos e dos políticos para com as mulheres e as exigências sociais feitas por elas. Em 2002 com a realização do II Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, e com a realização de dezenas de Conferências Estaduais realizadas em várias partes do Brasil, mais de cinco mil mulheres estiveram na militância, debatendo a necessidade de construir a *Plataforma Política Feminista* cujo objetivo era a garantia de superação das desigualdades sociais, de gênero, de raça e etnia.

A Plataforma Política Feminista foi entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República, aos governos dos estados, aos dirigentes partidários, deputados e senadores, além de amplamente divulgada através da imprensa. (...) e passou a ser também o parâmetro norteador das lutas feministas (COSTA, 2013, p. 11).

Paralelo a este momento da Plataforma Política Feminista, estava sendo desenvolvido um processo que monitora a ratificação do Protocolo Facultativo da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW. Esse processo era coordenado pelas ONGs feministas AGENDE e CLADEM/Brasil. O Protocolo Facultativo foi aceito pela Organização das Nações

¹¹ “A questão da autonomia foi um eixo conflitante e definidor do feminismo nos anos 1970. Uma autonomia em termos organizativos e ideológicos perante aos partidos políticos e outras organizações. Nesse momento de autoritarismo militar, a discussão sobre a autonomia em relação ao Estado, ‘o inimigo comum’, não era sequer colocada. A defesa da autonomia como um princípio organizativo do feminismo não implicava uma prática defensiva ou isolacionista que impedisse a articulação com outros movimentos sociais que compartilhassem identidades, apenas a definição de um espaço autônomo para articulação, troca, reflexão, definição de estratégias (COSTA, 2013, p. 06)”.

Unidas no ano de 1999, “e aberto à adoção para todos os países que já fossem parte da Convenção, entrou em vigor internacionalmente em dezembro de 2000”. O Brasil é parte da Convenção desde 1984. Assinou o Protocolo em 13 de março de 2001, e o ratificou em 28 de junho de 2002 (AGENDE, 2003^a, *apud* COSTA, 2013, p. 20).

Compromissos foram assumidos entre o governo federal e a Organização das Nações Unidas – ONU a favor de políticas públicas para as mulheres. O Comitê CEDAW sugere ao governo uma série de recomendações como a sub – representação das mulheres na política, a violência contra as mulheres, a visão estereotipada das mulheres, a exploração sexual e o tráfico de mulheres, as grandes taxas de analfabetismo feminino e a mortalidade materna (AGENDE, 2003c *apud* COSTA, 2013, p. 12).

Em 2003, pode – se considerar que houve um grande avanço para o movimento feminista com a criação da *Secretaria Especial de Políticas para Mulheres*, no governo de Luís Inácio Lula da Silva. E a partir disso houve a realização da *I Conferência Nacional de Políticas Públicas para Mulheres*, em 2004, cujo propósito era projetar ideias para fundamentar o Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

A atuação da Secretaria de Políticas para Mulheres é

guiada pelo compromisso de combater as desigualdades de gênero, tem enfrentado o desafio de promover o fortalecimento e a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão de forma ampla, com base no entendimento de que a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão tem diversas causas. Portanto, as mudanças devem ser promovidas em variadas esferas sociais: culturais, educacionais, legislativas e institucionais. Além disso, a SPM não atua de forma isolada, mas em articulação com outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para tentar reverter o quadro de sub-representação, em especial para assegurar o cumprimento da legislação referente às cotas de candidaturas para mulheres (BRASIL, POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013).

A Secretaria de Políticas para as Mulheres atua visando vários propósitos para fortalecer a participação de mulheres nos espaços de poder e decisão política, tais como: instigar a formação de lideranças femininas; criar parcerias em campanhas eleitorais para expandir a participação das mulheres na política partidária; instigar a participação de mulheres nas eleições políticas; vigiar a aplicabilidade da lei referente aos direitos

das mulheres nas eleições; acompanhar os trâmites de projetos voltados para o tema mulher no Congresso Nacional; possibilitar competência às mulheres, capacitando-as quanto ao tema da democracia e de gênero; e além disso, tornar acessível às mulheres as informações e os dados advindos de estudos sobre gênero. Os Estados brasileiros, bem como os Municípios, o Legislativo Federal, a Bancada Feminina do Congresso Nacional, o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais, e os Movimentos Sociais estão todos nesta parceria (BRASIL, POLÍTICAS PARA AS MULHERES, 2013).

1.2.1. Novos movimentos de mulheres

Guacira Oliveira, integrante do Colegiado de gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)¹² e da Coletiva Dinamizadora da Universidade Livre Feminista¹³, argumenta que os novos movimentos de mulheres e feministas oferecem uma experiência emancipatória e libertadora. As mulheres que deles participam procuram um lugar de sujeito político e ativo na sociedade. Procuram, de fato, constituir vínculos e ajudar outras mulheres a enfrentar e combater angústias e inseguranças da

¹² CFEMEA é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1989, cuja sede é em Brasília – DF. Endereço eletrônico: <http://www.cfemea.org.br>.

¹³ “É um projeto feminista, construído de forma coletiva e colaborativa, cujo objetivo é congrega, catalisar e fomentar ações educativas, culturais, artísticas; de produção de conhecimento e compartilhamento de saberes acadêmicos, populares e ancestrais, numa perspectiva contracultural feminista, antirracista e anticapitalista. Pretende promover a reflexão e a troca de ideias, vivências e experiências entre mulheres de diferentes identidades e campos de atuação (político, artístico, cultural, acadêmico, comunitário), assim como com outros grupos e indivíduos. Em um processo contínuo de autoformação, a Universidade Livre Feminista busca estimular a formulação de análises e métodos que fortaleçam a ação política, individual ou coletiva, das mulheres em toda a sua diversidade. (...) Tendo se iniciado como um espaço virtual, hoje a Universidade Livre também se faz presencial e está aberta a mulheres e homens de todo o país. Hoje cerca de 3.000 pessoas estão inscritas na nossa rede e quase 5.000 acessam diariamente o portal de notícias”. Na nossa plataforma virtual há artigos, cartilhas, livros e vídeos (alguns produzidos pelas próprias participantes). Recorrendo às novas tecnologias da informação e da comunicação, promove fóruns virtuais de debate e oferece cursos *online*. Tudo isso construído no marco do pensamento político feminista, das práticas, lutas políticas, e movimentação social das mulheres por um mundo melhor. Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://feminismo.org.br/proposta>.

condição feminina, em que muitas vezes a regra é a subordinação à estrutura de poder masculina, seja na política, na ciência, na sexualidade, no corpo, na mente.

A ordem vigente é para muitas delas insuportável, e transformá-la não é fácil. Por isso que o motivo que une as mulheres é forte e fraco ao mesmo tempo. Mas, mesmo assim, as deixam seguras de si mesmas na tentativa de mudar tal realidade. A pauta dos movimentos de mulheres e feministas é buscar viver melhor e democraticamente, serem reconhecidas pelo que fazem, e serem capazes de também construir realidades (OLIVEIRA, CFEMEA).

Um dos princípios que defendem é a liberdade, é ser livre. Neste caso, tentam superar a fragilidade. Por isso que as militantes tem um “jeito ativista de ser”. Momento em que é necessário refletirmos sobre isso nas mais diversas dimensões que o social possa proporcionar, pois as vozes que se perdem no eco da nação são negligenciadas pelo modo de lutar, agir e fazer política (OLIVEIRA, CFEMEA).

O CFEMEA tem como objetivo a resistência e a luta pelos direitos das mulheres, bem como o fortalecimento dos novos movimentos feministas e a busca da garantia do direito democrático e igualitário. Para as integrantes o movimento tem uma relevância peculiar, tendo em vista a crise política que vive o Brasil e o contexto agravado com muitos obstáculos econômicos, institucionais.

Nina Madsen e Guacira Oliveira, ambas integrantes do movimento, afirmam que uma das estratégias mais importantes do movimento de mulheres e feministas do qual o CFEMEA faz parte, é enfrentar a política do Estado a fim de garantir direitos para as mulheres. Vejamos como afirmam:

Tratamos de enfrentar as estruturas patrimonialistas, patriarcais e racistas que sustentam o Estado brasileiro e o sistema político que lhe corresponde. Investimos no fortalecimento da ação do movimento para exigir direitos iguais na lei e na vida e construir uma sociedade justa e igualitária, defensora dos direitos, da autonomia e da liberdade de todas e de cada uma das mulheres (MADSEN; OLIVEIRA, CFEMEA, 2014).

Desta forma, há uma tentativa de construir espaços para a sociedade civil e reivindicar a representação das mulheres nos espaços de poder e de decisão. As formas institucionais de negar os direitos sociais são combatidos, tais como: o fundamentalismo

religioso, a violência institucional, a apropriação do poder público, a apropriação de recursos. Entretanto, os últimos anos de crises políticas no País interferiram no diálogo com os movimentos sociais e apresentou novos desafios para as futuras décadas.

As integrantes do movimento acreditam que o contexto político atual ameaça várias conquistas feministas naquilo que se relaciona à direitos e políticas públicas para as mulheres. Neste caso, a resistência torna-se maior devido aos retrocessos que o poder patriarcal e conservador persistiam impor na sociedade.

As respostas às manifestações têm despertado nossa preocupação: observamos atentas e alertas o processo de criminalização dos movimentos sociais e das ativistas políticos. Temos acompanhado e acolhido muitas de nossas companheiras no enfrentamento a esses processos e entendemos que o momento nos exige a construção de novas estratégias para a sustentabilidade do ativismo. Por tudo isso, decidimos pelo reposicionamento de nossa atuação, de modo a intensificar o diálogo com as mulheres e com a sociedade de maneira geral, investindo na construção de um novo repertório de ações e estratégias (MADSEN; OLIVEIRA, CFEMEA, 2014).

O movimento aposta na Consolidação da Universidade Livre Feminista¹⁴ e na investida da dimensão política entre as ativistas. Tal consolidação deve ser constituída pela colaboração de mulheres de diversas identidades e campos de atuação, a fim de reflexão e troca de ideias, cujas experiências são imprescindíveis para as práticas transformadoras das mulheres.

A Universidade Livre tem como seus objetivos (i) gerar e impulsionar os processos de produção de conhecimento, aprendizagem e formação livres; (ii) facilitar a conexão entre pessoas, promovendo o intercâmbio de experiências e a sua expressão em diversas linguagens; (iii) fortalecer e colaborar para expandir a criação libertária artística, cultural e política das mulheres que estão na luta por transformação; e (iv) ampliar processos de construção política dos movimentos de mulheres e feministas; de seus pensamentos e de suas lutas (MADSEN; OLIVEIRA, CFEMEA, 2014).

¹⁴ A Universidade tem como propósito “a formação política - por meio de cursos online, de jornadas de formação na ação e de conferências livres - e a comunicação política - por meio de um portal eletrônico dinâmico e catalizador de encontros e diálogos - são estratégias centrais para a Universidade Livre, que também assume o compromisso com a construção de novos processos e novas formas de organização feminista” (MADSEN; OLIVEIRA, CFEMEA, 2014).

O movimento busca, entretanto, novas formas de atuação frente ao poder público, ao mesmo tempo procura fortalecer novas interlocutoras para as jornadas de luta e comitativas feministas. Articulam, deste modo, metodologias de monitoramento do Parlamento e do Governo Federal a fim de acompanhar e exigir políticas públicas. “Nosso compromisso com o fortalecimento e a sustentabilidade do movimento feminista é o que nos conduz neste movimento de renovação e na abertura deste novo ciclo. Queremos seguir junto com cada uma de vocês, lutando por mais igualdade e justiça social” (MADSEN; OLIVEIRA, CFEMEA, 2014).

As ativistas pretendem não apenas mapear práticas e organizações para o cuidado com as mulheres, mas pretendem desenvolver ações educativas e realizar encontros construtores da formação crítica e ativa feminina, a fim de acolher e aproveitar as vivências das mulheres para um permanente aprendizado.

Outro movimento organizado por mulheres no Brasil, e que cresce a cada ano, é a Marcha das Margaridas, que desde o ano de 2000 busca um projeto de vida para mulheres tendo como objetivo a justiça, a autonomia, a igualdade e a liberdade. Aproximadamente 100 mil mulheres participam do Movimento, reunidas buscam serem ouvidas e respeitadas. Na Marcha das Margaridas encontram-se trabalhadoras rurais, indígenas, quilombolas, para serem ouvidas pelo governo federal e dialogar sobre a situação social, civil e jurídica que envolve as mulheres brasileiras, principalmente as mulheres do campo. É considerada a maior mobilização de mulheres da América Latina.

O Movimento tem este nome em homenagem à Margarida Maria Alves, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande – PB. Foi assassinada em 1983 por latifundiários da região: o motivo se deve ao fato de que lutava pelo fim da violência no campo e por melhores condições trabalhistas. A violência praticada contra Margarida Alves e a ideologia de luta que abraçava é lembrada até hoje: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

Dentre as demais reivindicações também estão: a garantia à terra para mulheres trabalhadoras rurais, valorização da agroecologia, uma educação de qualidade que insira as mulheres como sujeitos sociais ativos, o fim da violência contra as mulheres, melhores condições de saúde, o respeito à liberdade de decisão do corpo, participação política. Outras entidades de movimentos de mulheres também reivindicam neste

mesmo sentido e estão em parceria com a Marcha das Margaridas: Marcha Mundial das Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), Movimento Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, União Brasileira de Mulheres (CFEMEA, 2016).

O Movimento é uma prática estratégica organizada das mulheres do campo, que fazem parte do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres. É inegável a importância e a projeção social que traz o movimento para conscientizar a sociedade.

Na tentativa de diálogo e negociação com o governo sobre as pautas reivindicativas que carrega, a Marcha das Margaridas revela o poder de pressão e denúncia que adquiriu nos últimos anos. As primeiras marchas foram realizadas respectivamente em 2000, 2003 e 2007, a pauta estava voltada na luta contra a fome, pobreza e a violência contra as mulheres. Em 2011 a pauta voltada para a justiça e democracia, sociedade sustentável, teve como um diferencial o diálogo com a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff. Porém, as reivindicações ainda seguem, à espera de resposta. Conquistas alcançadas nestas marchas revelam que as mulheres conseguiram: titulação da terra em nome do homem e da mulher e Projeto de Saúde Reprodutiva da Mulher.

Vale salientar que a Marcha das Margaridas é coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs), pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), além de várias organizações de mulheres.

Em 2015 a Marcha das Margaridas se reuniu em Brasília para reivindicar os direitos civis das mulheres, na 5ª edição o Movimento demonstra a necessidade de uma luta que ainda está começando, embora várias conquistas tenham sido alcançadas. O debate sobre a realidade, as necessidades sociais das mulheres, das comunidades rurais, a reflexão sobre os problemas que as angustiam, organizam a Marcha e traduzem a pauta para propor mudanças significativas e dignas para as mulheres.

O Congresso Nacional Brasileiro lançou no dia oito de março de 2016 a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, as feministas acreditam que esta decisão seria um ponto positivo em direção às políticas públicas

específicas. As feministas afirmam que existe uma concentração do poder ao invés de uma democratização, aproximadamente todos os projetos que deveriam ser discutidos em favor das mulheres implicaram em retrocessos aos direitos delas. “Raros foram os momentos em que pudemos celebrar, por exemplo, a aprovação da Lei contra o Femicídio e a PEC das domésticas”¹⁵.

Recentemente as lutas das mulheres que estiveram inseridas nos movimentos avançaram em outro sentido: ao respeito à sexualidade, ao corpo, ao direito de decisão. Os direitos sexuais e reprodutivos, a liberdade sexual, a autodeterminação reprodutiva das mulheres, a legalização do aborto, esteve em pauta. Os confrontos foram intensos nesta reivindicação, pois concomitantemente o Congresso Nacional se encontrava desde 2015 em intensa crise política juntamente com a Presidência da República, o que esteve em cheque também outras pautas como: a maioria penal, o ajuste fiscal, a reforma política.

As lutas feministas ainda reivindicam o sistema político brasileiro tido como oligárquico, cujo poder está sob controle de grupos que comandam o financiamento de campanhas eleitorais no país. A exclusão das mulheres como também de outras minorias, se é que podemos chamar assim, como negros, homoafetivos, índios, é uma realidade ainda existente nesta lacuna da representação política brasileira. E neste sentido os movimentos feministas buscam os interesses dessa coletividade e votam a favor da reforma do sistema político. Para isso, as mulheres reivindicam a paridade política entre homens e mulheres e pedem a democratização do poder.

Na luta pela Reforma do Sistema Político, a Articulação de Mulheres Brasileiras (assim como outras instâncias nacionais dos movimentos de mulheres e feminista) faz parte da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político e integra duas grandes iniciativas dos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil que abraçaram a demanda feminista por paridade: a Coalização pela reforma Política Democrática e Eleições Limpas e a Campanha Nacional pelo Plebiscito Popular da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político (CFEMEA, 2014).

A paridade que as feministas se interessam é a conquista da igualdade de gênero, da diversidade, da justiça, que beneficie a todos com a democratização do poder. É

¹⁵ Guacira Cesar de Oliveira, integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://www.cfemea.org.br>.

inegável o crescimento de vários movimentos de mulheres e feministas na sociedade nos últimos anos, os movimentos não estão apenas na tentativa de dialogar com o governo, mas estão presentes nas comunidades, nas escolas, nas organizações locais, nas redes sociais, tentando mobilizar a sociedade contra a ofensiva conservadora do Brasil. O movimento espera da Frente Parlamentar em defesa dos Direitos Humanos das Mulheres que assegurem as políticas públicas reivindicadas em suas pautas.

Como observa a socióloga e também estudiosa sobre o assunto gênero, Guacira Cesar de Oliveira, integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria:

Esperamos da Frente Parlamentar que aprove o projeto de lei do Estatuto das Famílias (...) reconhecendo e assegurando proteção às famílias em sua diversidade. Esperamos da Frente Parlamentar uma proposta de descriminalização do aborto para responder à demanda da participação social expressa na Sugestão de Legislação Participativa nº15/2015 respeitando os nossos direitos sexuais e reprodutivos (OLIVEIRA, 2016, p. 02).

As feministas sabem que diante das pautas que reivindicam há muitas incertezas, por acreditarem que o Brasil além de passar por uma gritante crise política, ainda se depara com grupos políticos conservadores, patriarcais, machistas, preconceituosos e intolerantes.

A distância entre protestar e construir (debater, convergir, somar forças em prol de, viabilizar politicamente alternativas) é enorme e o tempo para percorrê-la, certamente, não é pequeno, implicando riscos. (...) Estamos diante de uma crise política profunda, que afeta, desestabiliza e coloca em riscos algumas forças políticas forjadas nestes 30 anos de democracia. Elas perderam adesão, se retraíram, não têm convicção sobre o rumo a seguir (OLIVEIRA, 2016, p. 06).

Para as integrantes dos movimentos a luta vem sendo positiva, pois ao longo dos anos, novas forças e novas alianças com outras ferramentas de apoio, tais como as coletividades, as comunidades virtuais, as novas formas de se organizarem, melhor articulação nos protestos, nos levam a crer que houve certamente transformações no modo de fazer política por parte da sociedade civil.

Outro movimento de mulheres é o Cunhã Coletivo Feminista, fundada em 1990 na Paraíba. É uma organização social sem fins lucrativos cujo objetivo é promover a

igualdade de gênero, em que os referenciais principais são: os direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a democracia. O movimento Cunchã Coletivo acredita que através de ações fortes e unidas das mulheres o combate ao patriarcado é possível, bem como ao racismo, ao capitalismo e à lesbofobia. O Movimento visa, portanto, “a igualdade de gênero e raça, a ampliação da democracia e a transformação social, através de estratégias de formação, incidência política, produção do conhecimento e comunicação” (CUNHÃ, 2017).

Além disso, é importante destacar que o Cunchã atua com grupos de mulheres jovens e adultas de baixa renda, desenvolvendo ações com organizações feministas e de mulheres no Brasil e região latino – americana; além disso, atua também com “parlamentares (as) gestores (as) públicos (as), profissionais de saúde, educação, segurança pública, entre outras áreas” (CUNHÃ, 2017).

É pauta do Movimento discutir, refletir e alcançar:

os direitos sexuais e direitos reprodutivos, as políticas públicas para as mulheres, o enfrentamento à desigualdades de raça e de gênero, democratização do poder, reforma do sistema político brasileiro, seguridade, proteção social e do trabalho das mulheres, autonomia econômica das mulheres, entre outras questões (CUNHÃ, 2017).

A mudança de consciência durante o processo histórico contribuiu para novas conquistas sociais de homens e de mulheres, mas não foi suficiente para mudar grande parte da realidade brasileira. Para se ter uma ideia a inserção da maioria das mulheres na política partidária não se dá pela via dos movimentos sociais, mas por outros modos de atuação e de relações sociais, tais como: a troca de favores, o continuísmo do poder local e as relações de parentesco.

No próximo capítulo apresentamos e analisamos os dados estatísticos do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e do Supremo Tribunal Eleitoral os quais foram imprescindíveis para o levantamento do número de homens e mulheres eleitos prefeitos no Brasil e na Paraíba. Os documentos mostram um pequeno avanço da inserção das mulheres na política e que os maiores partidos políticos são justamente aqueles que elegem o maior número de mulheres. Além disso, veremos como os discursos das prefeitas dimensionam um lugar símbolo “típicos” da entrada das mulheres na política, tal como a relação de parentesco que as colocam na condição de prefeitas dos

municípios do interior do Estado da Paraíba. Os discursos revelam uma conjuntura complexa que diz muito sobre a “entrada” delas na política e o lugar que ocupam socialmente na esfera pública.

CAPÍTULO II – A INSERÇÃO DAS MULHERES NA VIDA PÚBLICA

Apesar das mudanças sucedidas nas últimas décadas em relação aos papéis sociais femininos, ainda persistem os obstáculos à presença da mulher na política. Culturalmente as mulheres encontram-se fora dos espaços de decisão política. Algumas autoras (AVELAR, 2001; PINHEIRO 2007; BRUSCHINI, 2002; JARDIM PINTO, 2009, 2012; JUCOVSKY, 2000; PINSKY, PEDRO, 2013; VAZ, 2008) concordam com a reflexão de que a dicotomia entre as circunstâncias da vida pública e privada, a divisão sexual do trabalho e a desigualdade na estrutura da representação política, faz perseverar as diferenças e as dificuldades de participação feminina nos cenários de poder.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) as mulheres somam 52,1% do eleitorado brasileiro¹⁶. No entanto, a sub-representação do feminino na política formal revela um problema de cunho democrático de acesso ao poder político partidário. Não é à toa que a discussão ganha cada vez mais dimensão nos canais populares e também formais da sociedade: movimentos de mulheres, de jovens, movimento negro, movimentos de gênero, discutem cada vez mais o tema democracia e igualdade nas esferas públicas, questionando os motivos da sub-representação feminina.

É importante verificarmos os dados revelados pelo TSE das eleições dos anos 2008 e 2012 no Brasil e na Paraíba, os quais demonstram uma crescente participação das mulheres na política para o cargo de Prefeito (a), mas ao mesmo tempo se observa um crescimento muito lento desta participação.

¹⁶ Informações retiradas do endereço eletrônico: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-eleitorado>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

2.1 AS ESTATÍSTICAS DO FEMININO NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

Abaixo indicamos a estatística do eleitorado brasileiro no período correspondente às eleições 2008 e 2012, respectivamente. O maior número de eleitores são mulheres, que por sua vez, na grande maioria, vota em candidatos e não em candidatas. Não tem como afirmar exatamente os motivos que levam as mulheres votarem mais em homens que mesmo nas candidaturas femininas, mas pesquisadores como Avelar (2001) e Costa (1998), afirmam que isto acontece em decorrência da representação política presente no Brasil, ou seja, a dominante representação masculina.

Tabela 1 – Estatística do Eleitorado por Sexo

Abrangência	Sexo	Qt	%
Brasil	Feminino	67.484.608	51,723
2008	Masculino	62.826.325	48,153
	Não informado	161.143	0,124
2012	Feminino	72.877.463	51,909
	Masculino	67.382.594	47,995
	Não informado	134.046	0,095

Fonte: Dados do TSE, 2016.

Em 2008 o eleitorado feminino somava 67.484.608 eleitoras, o que correspondia à 51,7% do eleitorado brasileiro, ao passo que os leitores masculinos representava um número de 62.826.325 eleitores, correspondente à 48,1% do eleitorado do país. Com

aproximadamente cinco milhões de votos a mais, as mulheres poderiam talvez decidir uma eleição. Observa-se que estatisticamente o eleitorado feminino é maior quando comparado ao eleitorado masculino.

Em 2012 o eleitorado feminino aumenta um pouco somando 72.877.463 de eleitoras, o que corresponde à 51,9%; por outro lado o eleitorado masculino também aumenta lentamente somando 67.382.594 de eleitores, significando 47,9% do número de eleitores homens.

A seguir veremos a tabela sobre a estatística de candidaturas femininas e masculinas relacionadas às eleições 2008 no Brasil:

Tabela 2 – Estatística de Candidaturas – Cargo/Sexo – Eleições 2008

Abrangência	Cargo	Sexo	Qtde
Brasil	Prefeito	Feminino	1.745
		Masculino	13.931
	Subtotal		15.676
Brasil	Vice-prefeito (a)	Masculino	13.209
		Feminino	2.484
	Subtotal		15.693

Fonte: Dados do TSE, 2016.

Em 2008 podemos observar que o número de homens disputando as eleições ao cargo de gestor municipal é muito superior à quantidade de mulheres, são 1745 candidaturas femininas contra 13.931 candidaturas masculinas. Da mesma forma

acontece ao cargo de vice prefeito, em que a quantidade de candidatos masculinos alcança uma estatística de 13.209, superando o número de candidatas que alcança apenas 2.484.

Abaixo indicamos a estatística de candidaturas femininas e masculinas relacionadas às eleições 2012 no Brasil:

Tabela 3 – Estatística de Candidaturas – Cargo/Sexo – Eleições 2012

Abrangência	Cargo	Sexo	Qtde
Brasil	Prefeito	Feminino	2.080
		Masculino	13.710
	Subtotal		15.790
Brasil	Vice-prefeito (a)	Feminino	2.841
		Masculino	13.359
	Subtotal		16.200

Fonte: Dados do TSE, 2016.

Em 2012, embora o número de mulheres tenha crescido lentamente nas candidaturas para prefeitas totalizando 2.080, a quantidade de homens disputando o poder municipal ainda encontra-se muito superior somando em 13.710, sendo seis vezes maior que o número de candidaturas femininas para ocupar o mesmo cargo. Da mesma forma acontece com as candidaturas de vice – prefeitos (as): foram 2.841 candidaturas de mulheres contra 13.359 candidaturas de homens. Podemos verificar que ao

compararmos o número de mulheres e homens disputando cargos na política é discrepante a diferença de participação por sexo.

A seguir, veremos a estatística de eleitos (as) na Paraíba nas eleições 2008:

Tabela 4 – Estatística de eleitos (as) na Paraíba - Eleições 2008

Cargo	Sexo	Qtde Candidaturas	Eleitos (as)
Prefeito (a)	Feminino	94	34
	Masculino	466	188
Subtotal		560	222

Fonte: Dados do TSE, 2016.

A tabela 4 mostra que nas eleições 2008 candidataram-se 94 mulheres para o cargo de prefeitas, sendo 34 eleitas naquele ano. Foram 466 candidaturas masculinas cujos eleitos somaram 188 prefeitos. As estatísticas mostram a discrepância entre o número de homens e mulheres disputando o poder político local e consequentemente o número de eleitos quando comparado ao número de candidaturas.

Abaixo, a estatística de eleitos (as) na Paraíba nas eleições 2012:

Tabela 5 – Estatística de eleitos (as) na Paraíba - Eleições 2012

Cargo	Sexo	Qtde Candidaturas	Eleitos (as)

Prefeito (a)	Feminino	116	48
	Masculino	435	173
Subtotal		551	221

Fonte: Dados do TSE, 2016.

Diante das informações obtidas pelo TSE, observa-se que o número de mulheres ocupando o cargo de prefeitas aumentou entre as eleições de 2008 e 2012. Convém acrescentar que desde os anos 2000 este percentual vem crescendo mesmo que timidamente. O número de eleitas aumentou ao passo que o número de eleitos diminuiu quase que de forma insignificante. Enquanto que em 2008 os eleitos somavam 188, em 2012 este número baixou para 173. Em 2008 o percentual de eleitas foi de 34, já em 2012 este número subiu para 48 mulheres assumindo o cargo de prefeitas.

É importante registrar que das 34 mulheres eleitas em 2008 foram reeleitas 16 delas em 2012, e a maior parte venceu as eleições no partido do PMDB, como podemos observar nas Tabelas abaixo relacionadas às campanhas eleitorais de 2008 e 2012.

A seguir indicamos o número de candidaturas por partidos no Estado da Paraíba nas eleições 2008:

Tabela 6 – Estatística de Candidaturas para Prefeitos (as) por Partidos na Paraíba - Eleições 2008

Partido	QtMasc	QtFem	QtTot
DEM	60	20	80
PC do B	7	0	7
PCB	3	0	3
PCO	0	1	1
PDT	19	4	23
PHS	4	1	5
PMDB	91	27	118
PMN	2	0	2
PP	17	3	20
PPS	11	4	15

PR	28	2	30
PRB	8	0	8
PRP	5	0	5
PSB	37	4	41
PSC	2	1	3
PSDB	71	17	88
PSDC	3	0	3
PSL	4	1	5
PSOL	8	0	8
PT	32	2	34
PT do B	1	0	1
PTB	49	9	58
PTC	0	1	1
PTN	5	1	6
PV	4	0	4
Total	471	98	569

Fonte: Dados do TSE, 2016.

As estatísticas nos mostram que os partidos políticos que apresentaram o maior número de candidatas ao cargo de prefeitas foram: O PMDB com 27 candidaturas, o DEM com 20 e o PSDB com 17 candidatas. Estes partidos também foram os mesmos com o maior número de candidatos.

A seguir, indicamos o número de candidaturas por partidos no Estado da Paraíba nas eleições 2012:

Tabela 7 – Estatística de Candidaturas para Prefeitos (as) por Partidos na Paraíba - Eleições 2012

Partido	QtMasc	QtFem	QtTot
DEM	36	13	49
PC do B	6	0	6
PCO	0	1	0

PDT	9	1	10
PHS	4	1	5
PMDB	78	25	103
PMN	7	0	7
PP	9	3	12
PPL	1	0	1
PPS	7	5	12
PR	21	9	30
PRB	10	0	10
PRP	2	0	2
PRTB	4	0	4
PSB	66	19	85
PSC	13	4	17
PSD	39	9	48
PSDB	46	10	56
PSDC	2	1	3
PSL	4	3	7
PSOL	8	0	8
PSTU	1	0	1
PT	24	4	28
PT do B	5	3	8
PTB	25	4	29
PTC	1	0	1
PTN	4	1	5
PV	3	0	3
Total	435	116	550

Fonte: Dados do TSE, 2016.

A tabela 7 revela que o partido político que mais candidatou mulheres ao cargo do executivo municipal foi o PMDB com 25 candidaturas femininas, seguido do PSB com 19 mulheres, depois o DEM com 13 candidatas e o PSDB com 10 mulheres.

Partidos políticos são estruturas especializadas de recrutamento e seleção de lideranças, talvez a mais importante entre as voltadas para essa função. Neles é que se realiza a primeira triagem a postos públicos e onde se dá o primeiro voto a um possível candidato (AVELAR, 1989, p. 37).

Segundo as prefeitas entrevistadas o partido político os quais fazem parte “não é tão importante quanto a ação que elas mesmas desejam realizar”. Mesmo que o partido seja como um instrumento no jogo do poder político, nas falas da maioria das prefeitas não é mencionado o partido ou a coligação partidária como um trunfo, ao contrário, o que mais importa para elas é serem aceitas pelo povo e executar as ações sociais que à elas foram confiadas.

Nas eleições de 2008 e 2012 no Estado paraibano verifica-se que a maioria das mulheres se elegeu pelos maiores partidos e os mais conservadores: PMDB e PSDB. O que também mostra que a disputa eleitoral que as envolvia aconteceu entre os grandes partidos, ou seja, entre os grandes jogos do poder.

As prefeitas entrevistadas não tiveram outra experiência política partidária além de gestoras municipais. Das cinco que ouvimos quatro já são casadas quando concorrem pela primeira vez o cargo público, e todas elas têm laços de parentesco com políticos do município os quais são prefeitas: duas são esposas de ex-prefeito; uma é esposa de deputado federal; uma cunhada de ex-prefeito, e a outra é filha de ex-prefeito.

Já as atividades profissionais das prefeitas estão assim discriminadas: duas não revelaram a profissão; uma é médica veterinária; outra é advogada; e uma professora primária. Ao serem indagadas sobre as razões que as levaram a optar pela política formal, as falas ficaram divididas: uma parte afirma que foi o “desejo de servir à comunidade”, e a outra afirma ter “entrado” na política através de uma “vontade familiar”, ou do pai ou esposo, em uma tentativa de fazer a família permanecer ou continuar no poder local.

Em relação à participação das mulheres na política todas elas consideram de suma importância a presença do feminino nos âmbitos de poder da sociedade. Duas prefeitas afirmaram que poderia melhorar esta presença, pois ainda é tímida a vontade e a participação social das mulheres, precisa, de fato, buscar e conhecer seus direitos civis. Outras duas gestoras municipais afirmaram ser importante a atuação da mulher na política mas a sociedade ainda reproduz muitos problemas e preconceitos contra as mulheres no poder. E apenas uma afirmou que a mulher “entrou na política no momento certo”, pois “não precisa a mulher avançar mais do que deveria”. Ora, ambas as falas nos mostram resquícios de uma sociedade conservadora e tradicional: a reprodução dos preconceitos e a afirmação de que “as mulheres não deveriam avançar mais”, revelam a incorporação da tradição do lugar da mulher na sociedade.

Um aspecto destacado por todas as prefeitas entrevistadas é que as mulheres têm mais sensibilidade para os problemas sociais, e que por isso acreditam ter mais organização e senso de responsabilidade para tratar de determinados assuntos ou problemas da sociedade. No entanto, ainda se verifica traços do tradicionalismo das posições sociais de homens e mulheres. Como afirma Carol Gilligan (*apud* BIROLI, 2014, p. 50) esses são alguns dos valores que caracterizam a visão das mulheres quando estão na política formal, seria “a linguagem do discurso moral das mulheres”.

Abaixo a tabela com informações sobre as mulheres eleitas nas eleições de 2008 no estado da Paraíba.

Tabela 8 – Estatística de Mulheres eleitas ao cargo de Prefeita na Paraíba - Eleições 2008

Município	Prefeitas	Partido	Qt
Alagoinha	Alcione Maracajá de Moraes Beltrão	PHS	4.146
Araruna	Wilma Targino Maranhão	PMDB	5.417
Areia de Baraúnas	Vanderlita Guedes Pereira	PSDB	913
Bananeiras	Marta Eleonora Aragao Ramalho	DEM	5.749
Barra de São	Luzinectt Texeira Lopes	PMDB	2.513

Miguel			
Bonito de Santa Fé	Alderi de Oliveira Caju	PMDB	2.896
Conceição	Vani Leite Braga de Figueiredo	PMDB	5.063
Cuité	Euda Fabiana de Farias Palmeira Venâncio	PMDB	6.235
Cuité de Mamanguape	Isaurina dos Santos Meireles Filha	PMDB	2.155
Damião	Maria Eleonora Soares	PMDB	1.920
Emas	Fernanda Maria Marinho de Medeiros Loureiro	PSDB	1.276
Guarabira	Maria de Fátima de Aquino Paulino	PMDB	15.341
Itabaiana	Euridice Moreira da Silva	PTB	8.424
Jacaraú	Maria Cristina da Silva	PTB	3.368
Lagoa de Dentro	Sueli Madruga Freire	PMDB	2.522
Mato Grosso	Katsonara Soares de Andrade Monteiro	DEM	1.452
Monteiro	Ednacé Alves Silvestre Henrique	PSDB	9.315
Nova Olinda	Maria Galdino Irma	DEM	1.981
Parari	Solange Aires Caluete Guimaraes	DEM	1.111
Pedras de Fogo	Maria Clarice Ribeiro Borba	PMDB	9.058
Piancó	Flávia Serra Galdino	PP	5.664
Pilar	Virginia Maria Peixoto Velloso Borges	PP	4.252
Pombal	Yasnaya Pollyanna Dantas Werton	PT	10.010
Riachão do Poço	Maria Auxiliadora Dias do Rego	DEM	2.110
Rio Tinto	Magna Celi Fernandes Gerbasi	PMDB	9.752
Salgadinho	Debora Cristiane Farias Morais	PSDB	1.182
Santana de Mangueira	Tânia Mangueira Nitão Inácio	PTB	1.810
Santarém	Lucrecia Adriana de Andrade Barbosa Dantas	PMDB	1.071
São Domingos de Pombal	Adeilza Soares Freires	PMDB	1.517
São José do Brejo do Cruz	Aldineide Saraiva de Oliveira	PMDB	762
São José dos Ramos	Maria Aparecida Rodrigues de Amorim	DEM	1.812
São Miguel de Taipu	Marcilene Sales da Costa	PT	1.968
Sobrado	Celia Maria de Oliveira Melo	PSDB	2.881
Uiraúna	Glória Geane de Oliveira Fernandes	PSDB	4.517
Zabelê	Iris de Ceu de Sousa Henrique	DEM	888

Fonte: Dados do TSE, 2016.

Dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE mostram que em 2008 foram eleitas no Brasil 505 prefeitas. Na região nordeste, a participação das mulheres continua sendo a maior quando comparada com as demais regiões do país, apresentando um total de 230 mulheres eleitas para prefeitura. Na Paraíba esse número foi de 34 prefeitas, numa concorrência de 94 mulheres que concorreram ao cargo. O que mostra que o número do feminino na política ainda é muito baixo, tendo em vista que concorreram 466 homens e venceram 189 para o mesmo cargo político no estado paraibano.

Os dados ainda revelam que os municípios paraibanos governados por mulheres tiveram o PMDB na liderança, foram 14 mulheres eleitas pelo partido. As cidades interioranas como Araruna, Barra de São Miguel, Bonito de Santa Fé, Conceição, Cuité de Mamanguape, Damião, Guarabira, São José do Brejo do Cruz, Lagoa de Dentro, Pedras de Fogo, Rio Tinto, Santarém e São Domingos de Pombal, elegeram candidatas PMDbistas.

Já o PSDB elegeu 41 prefeitos na Paraíba, 35 foram homens e seis mulheres, dentre elas as cidades que tiveram mulheres vitoriosas no executivo municipal foram: Areia de Baraúnas, Emas, Salgadinho, Uiraúna, Sobrado e Nova Olinda. Já o Partido dos Trabalhadores elegeu seis prefeitos, sendo quatro homens e duas mulheres. As cidades cujas mulheres foram eleitas prefeitas foram: São Miguel de Taipú e Pombal. Além destes, os outros partidos como o PHS, DEM, PTB e PP elegeram respectivamente mulheres nas cidades de: Alagoinha; Bananeiras, São José dos Ramos, Mato Grosso, Parari, Riachão do Bacamarte, Zabelê; Itabaiana, Jacaraú, Santana de Mangueira; Piancó e Pilar.

Abaixo a tabela com informações sobre as mulheres eleitas nas eleições de 2012 no Estado da Paraíba.

Tabela 9 – Estatística de Mulheres eleitas ao cargo de Prefeita na Paraíba - Eleições 2012

Município	Candidato	Partido	Qt Votos
-----------	-----------	---------	----------

			Válidos
Alagoinha	Alcione Maracajá de Moraes Beltrão	PHS	5.034
Araruna	Wilma Targino Maranhão	PMDB	4.453
Areia de Baraúnas	Vanderlita Guedes Pereira	PSDB	819
Barra de São Miguel	Luzinectt Teixeira Lopes	PMDB	3.013
Boa Ventura	Maria Leonice Lopes Vital	PSDC	1.259
Borborema	Maria Paula Gomes Pereira	PSL	1.881
Brejo do Cruz	Ana Maria Dutra da Silva	PR	4.362
Cajazeiras	Francisca Denise Albuquerque de Oliveira	PSB	17.884
Caldas Brandão	Neuma Rodrigues de Moura Soares	PMDB	1.889
Conde	Tatiana Lundgren Correa de Oliveira	PT do B	5.744
Cuité	Euda Fabiana de Farias Palmeira Venâncio	PMDB	7.124
Cuité de Mamanguape	Isaurina Santos Meireles de Brito	PMDB	2.901
Desterro	Rosângela de Fátima Leite	PSB	2.821
Igaracy	Deusaleide Jeronimo Leite	PSB	2.287
Jericó	Claudeeide de Oliveira Melo	DEM	2.852
Joca Claudino	Lucrecia Adriana de Andrade Barbosa Dantas	PMDB	1.585
Juarez Távora	Maria Ana Farias dos Santos	PSD	3.468
Juazeirinho	Carleusa Castro Marques de Oliveira Paulino	PTB	5.114
Livramento	Carmelita Estevão Ventura Sousa	PR	2.398
Logradouro	Celia Maria de Queiroz Carvalho	PMDB	1.912
Mãe d'água	Margarida Maria Fragoso Soares	PPS	1.577
Massaranduba	Joana Darc Queiroga Mendonca Coutinho	PSC	4.482
Matinhas	Maria de Fátima Silva	PMDB	1.820
Monteiro	Ednacé Alves Silvestre Henrique	PSDB	9.260
Mulungu	Joana Darc Rodrigues Bandeira Ferraz	PSB	3.655
Nova Olinda	Maria do Carmo Silva	PSDB	2.149
Ouro Velho	Natalia Carneiro Nunes de Lira	PSD	849
Patos	Francisca Gomes Araujo Motta	PMDB	28.407
Pilar	Virginia Maria Peixoto Velloso Borges	PP	3.945
Pilões	Adriana Aparecida Souza de Andrade	PT do B	3.106
Poço de José de Moura	Aurileide Egidio de Moura	DEM	1.727
Pombal	Yasnaia Pollyanna Werton Dutra	PT	9.859
Puxinanã	Lucia de Fátima Aires Miranda	PSB	3.522
Rio tinto	Severina Ferreira Alves	PMDB	7.218
Salgadinho	Debora Cristiane Farias Moraes	PSDB	1.383
Santana de Mangueira	Tânia Mangueira Nitao Inácio	PTB	2.245
Santo André	Silvana Fernandes Marinho de Araujo	PT do B	1.269
São José do Bonfim	Rosalba Gomes da Nobrega	PMDB	1.747

São José do Sabugi	Iracema Nelis de Araujo Dantas	PSDB	1.588
São Sebastião de Lagoa de Roça	Maria do Socorro Cardoso	PMDB	3.488
São Vicente do Seridó	Maria Graciete do Nascimento Dantas	DEM	3.268
Serra da Raiz	Adailma Fernandes da Silva	DEM	1.132
Zabelê	Iris de Céu de Sousa Henrique	DEM	917

Fonte: Dados do TSE, 2016.

Nas eleições 2012 foram eleitas 48 mulheres ao cargo de prefeitas dentre as 116 que se candidataram. Os eleitos masculinos somam 173 em um universo de 435 candidaturas. A maioria das prefeitas pertence ao PMDB. As prefeitas eleitas em 2008 e reeleitas em 2012 foram as seguintes: Euda Fabiana (PMDB) Ednacé Henriques (PSDB), Lucinect Teixeira Lopes (PSB), Yasnaia Pollyanna (PT), Wilma Maranhão (PMDB), Alcione Maracajá (PHS), Lucrecia Adriana (PMDB), Isaurinha Santos (PMDB), Débora Cristiane (PSDB), Iris do Céu (DEM), Vanderlita Guedes (PSDB), Tânia Mangureira (PTB), Iracema Nelis (PSDB), Alderi de Oliveira Caju (PMDB), Virginia Maria Peixoto (PP), Maria do Carmo Silva (PSDB).

Nas eleições 2012, o percentual das prefeitas reeleitas na Paraíba são as seguintes: Pombal, elege Pollyanna Yasnaia Dantas Werton, pelo Partido dos Trabalhadores, que por sua vez foi reeleita em 2012; Outra cidade que também reelegeu uma mulher foi Cuité, Euda Fabiana eleita em 2008 pelo PMDB e foi reeleita em 2012 com aproximadamente 58% dos votos; Wilma Maranhão (PMDB) também se elegeu em 2008 e foi reeleita em Araruna pelo mesmo partido; Alcione Maracajá (PHS) também se reelege em 2012 na cidade de Alagoinha com 65,18% dos votos; Virgínia Maria Peixoto Velloso Borges foi eleita pelo PP, Partido Progressista, com 60,97% do total de votos em 2008, sendo reeleita em 2012 com 54,09% dos votos; Bonito de Santa Fé elegeu Alderi de Oliveira Caju se reelegeu com 55,57% do total de votos; Cuité de Mamanguape passou a ser governada por Isaurina dos Santos Meireles Filha (PMDB), eleita com 2.155 votos, 50,66%, sendo reeleita em de 2012 com 58,6% dos votos.

Os dados nos mostram que as prefeitas reeleitas nas eleições de 2012 não mudaram de partidos: venceram a campanha eleitoral em 2008 e se reelegeram com a

mesma filiação partidária. Durante as entrevistas as prefeitas demonstraram a satisfação de pertencerem aos respectivos partidos as quais se filiaram, falaram da importância do projeto político e do representante político do partido como exemplos de prática política a ser seguida.

É menos frequente a mudança de partidos entre as mulheres. “Na medida em que sempre estão com o partido do governo ou com seu aliado, acompanhando todas as transformações ocorridas no governo” a variação é menos frequente (COSTA, 1998, p. 182).

No Brasil as eleições municipais revelam um lento avanço da presença feminina, os dados do Supremo Tribunal Eleitoral – TSE mostram que nos últimos anos houve um progresso da participação das mulheres nos espaços de poder político formal. No ano de 2008 foram eleitas no País 505 prefeitas, e o Nordeste atingiu o maior percentual de todas as regiões brasileiras somando 230 mulheres, sendo 34 no estado da Paraíba. Apesar das estatísticas mostrarem o crescimento paulatino de mulheres eleitas, este número quando comparado ao de homens eleitos torna-se irrisória. Neste mesmo ano foram eleitos 189 prefeitos.

Já as eleições municipais de 2012, segundo os dados do Supremo Tribunal Eleitoral – TSE, mostram que 656 mulheres foram eleitas prefeitas, sendo 48 no Estado da Paraíba. O número de homens eleitos para o mesmo cargo é de 4.852, sendo 173 na Paraíba. Diante deste quadro, 12.937 homens lançaram candidatura ao cargo de prefeito e 1.998 disputaram o mesmo cargo no país. Na Paraíba 430 homens disputaram a prefeitura e 114 mulheres disputaram também o executivo municipal.

As estatísticas nos mostram que há uma grande diferença entre o número de candidaturas e de eleitos masculinos e femininos, tanto na esfera nacional como na esfera estadual. Apesar do avanço que houve no número de gestoras femininas, é muito reduzida a presença das mulheres tendo em vista o número de candidaturas tanto de homens quanto de mulheres.

Nas eleições de 2008 no Brasil, o PMDB foi o partido que mais elegeu prefeitos, como dito páginas atrás, seguido do PSDB e do PT. Na Paraíba, partidos como o PMDB, PSDB, PT, DEM, PTB, PHS e PP são os partidos que elegeram as mulheres para o executivo municipal naquela eleição. Nas eleições de 2012, no Estado paraibano,

ainda liderou o PMDB como partido que mais elegeu prefeitas, seguido novamente do PSDB, PSB, DEM, e PT do B.(Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba)

Podemos observar no quadro abaixo as mulheres que foram eleitas ao cargo de prefeita em 2008 e respectivamente reeleitas em 2012 na Paraíba.

Tabela 10: Prefeitas reeleitas em 2012 na Paraíba

Cidade	Prefeitas reeleitas	Partido
Alagoinhas	Alcione Maracajá de Moraes Beltrão	PHS
Araruna	Wilma Maranhão	PMDB
Barra de são Miguel	Luzinectt Costa	PSB
Cuité	Euda Fabiana de Farias Palmeira Venâncio	PMDB
Cuité de Mamanguape	Isaurina dos Santos Meireles Filha	PMDB
Monteiro	Ednacé Henrique	PSDB
Pilar	Virgina Maria Peixoto Veloso Borges	PSDB
Pombal	Pollyana Yasnaia Dutra	PT
Salgadinho	Débora Cristine	DEM
Santana de Mangueira	Tânia Mangueira Nitao Inácio	PPL
Zabelê	Iris do Céu Fernandes	DEM
Santarém	Lucrécia Adriana de Andrade Barbosa	PMDB
São João do Sabugi	Iracema Nélis de Araújo Dantas	PSDB
Areias de Baraúnas	Vanderlita Guedes Pereira	PSDB
Nova Olinda	Maria do Carmo Silva	PSDB
Bonito de Santa Fé	Alderri de Oliveira Caju	PMDB

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE-PB

Os municípios cujas prefeitas foram entrevistadas para nossa análise são: a cidade de Pombal, um dos municípios mais antigos do Estado da Paraíba, com 32.117 mil habitantes, fica localizada na região da Mata Paraibana distante há 387 Km da capital João Pessoa; a cidade de Cuité fica localizada na microrregião do Curimataú Ocidental, com uma população de 19.950 habitantes, distante da capital do estado 225 Km; o município de Barra de São Miguel, está na microrregião do cariri fazendo fronteira com o Estado pernambucano, distante de João Pessoa 412 Km; a cidade de Monteiro fica na região do cariri, distante há 303 Km da capital do Estado, a cidade já foi governada por duas mulheres; e Desterro, que está na mesorregião da Mata Paraibana aproximadamente 300 km distante da capital paraibana, João Pessoa.

2.2 AS ESTRATÉGIAS DE FAMÍLIA: UMA PONTE PARA A POLÍTICA FORMAL

Segundo o pesquisador Ricardo Costa Oliveira (2016, p. 14) as mulheres cumprem um papel muito importante na reprodução da família. A constituição dos papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres colocam estas no cenário dos sentimentos, das emoções. “As estratégias familiares e de classe passam em boa parte pelas ações sociais e políticas das mulheres das grandes famílias, em suas próprias políticas estratégicas, sejam elas muito antigas ou relativamente recentes”.

Neste sentido é pertinente observar a partir das palavras das próprias prefeitas a exemplo “na política cheguei e casei” como uma confirmação de laços familiares, de alianças de poder familiar sendo organizados no interior da política partidária. Embora a prefeita afirme que o marido não teve influência na sua campanha eleitoral, confirma ao mesmo tempo a ideia de que muitas mulheres ainda dependem de seus companheiros para participarem da política partidária: “a mulher na política, a maioria, não tem experiência, a maioria a experiência é do marido”.

O papel social e político das mulheres nas relações e conexões sociais entre os emergentes e as velhas estruturas de poder são dimensões centrais. As mulheres representam formas tradicionais de sociabilidades e de pertencimentos às antigas redes sociais e políticas (COSTA, 2016, p. 17).

Fica evidente, principalmente em cidades interioranas da Paraíba, o nepotismo como uma prática comum, cuja relação social e política estão baseadas na prática do clientelismo. O atraso econômico dessas cidades também é um fator que contribui para tal patronato. Neste contexto, as prefeitas exercem um papel importante na projeção delas mesmas, mas também, no nome da família a qual pertencem, seja carregando o sobrenome do esposo, do pai, de um irmão ou de um tio. A exemplo desta assertiva, podemos observar na fala da prefeita Rosângela Leite (PSB):

Meu pai já foi prefeito, o irmão do meu pai já foi prefeito duas vezes, meu tio foi prefeito quatro vezes, meu irmão é vereador no sexto mandato vai para o sétimo. Nós somos tradicionalmente políticos. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16).

A fala “minha família é tradicionalmente política” nos mostra o jogo de herança como uma transferência de um capital político. Como muitos membros da família já são ou foram políticos é “normal” que ela (a mulher) também exerça um cargo público. Tal herança acontece de uma forma complexa, pois envolve não apenas interesses de família mas de partidos políticos, assim como influência de coligações partidárias:

A influência nesse contexto pode ser vista como transferência de créditos, na medida em que o desejo do mandante opera a partir da tentativa de persuasão. Nesse caso, pode-se falar de prestígio ou capacidade de instituir uma herança simbólica baseada na confiança (BARREIRA, 2008, p. 119).

As palavras da prefeita Rosângela Leite (PSB) são significativas neste sentido:

Meu irmão é um incentivador, meu marido também. (...) Essa preocupação (do povo) é uma preocupação nossa (minha e do meu irmão) por que nós fomos quase trinta anos oposição aos meus dois tios, então nós tínhamos já essa ideia de um dia chegar onde nós estamos, sendo que fosse ele (o irmão), **mas surgiu o meu nome** e sem problema nenhum ele foi um dos incentivadores e hoje eu estou aqui. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

Ora, a fala deixa implícito que o nome dela (da prefeita) foi escolhido para o jogo político partidário da cidade, a prefeita não nega que pretende voltar a exercer a

profissão que exercia antes de “entrar” na política e “passar” o cargo para o seu irmão que a incentivou e é o vice-prefeito dela. Sobre essa questão Ricardo Costa Oliveira (2016, p. 16) afirma que:

O protagonismo das mulheres e suas redes sociais e políticas também podem ser analisados ao lado do protagonismo dos homens, que suas habilidades e “méritos” específicos galgaram relevantes posições sociais e políticas.

A realidade que cerca a vida pública das prefeitas está calcada em estruturas de família, de jogos de parentesco, que contribuem para uma realidade social e política também para elas. Este fenômeno de inserir a mulher na política através do interesse familiar é um modo de controlar a liderança do poder executivo municipal, numa tentativa de passar este controle de gestão pública de geração para geração.

As elites fazem as mudanças, buscando entre as maiorias dominadas os elementos para fazer a substituição de seus membros, permitindo assim a circulação entre os grupos. De tempos em tempos alguém da classe governada ascende à classe governante e passa a agir de acordo com a nova classe. Para os governados há uma aparente ascensão, que na verdade, serve apenas para manter o *status quo* (BERNARDI, 2015, p. 25 *apud* BERNARDI, 2016, p. 343).

As mulheres que participam da política no executivo municipal não rompem com as velhas estruturas patriarcais, mas as reforçam com o “novo papel” que assumem na gestão pública. As possibilidades que aparecem para estas mulheres são mínimas, o que as impedem, muitas vezes, de terem uma gestão com autonomia que atendam realmente as necessidades da população local.

Diante de tal realidade é possível compreender que a maior parte das prefeitas paraibanas foi eleita através de laços políticos familiares, ou seja, do jogo político que envolve a sucessão de poder dos parentes. Sabemos que os homens, da mesma forma que as mulheres, também têm uma grande inserção na política através dos laços e interesses familiares. Mas o que chama atenção é o fato de que as mulheres quando comparadas aos homens tem um menor acesso à política formal e sofrem uma série de conflitos para chegarem aos âmbitos de poder da sociedade. E quando chega a “facilidade”, muitas vezes, é pela via do parentesco, tais como o uso do “nome da

família”, a sucessão do pai ou do esposo que não pode mais se candidatar. Assim, sob este aspecto, o núcleo familiar continua sendo muito importante na cultura política local, pois

a família continua constituindo o núcleo básico da nossa cultura. (...) As emoções, as atitudes e as crenças enraizadas na família explicam a coerência do nosso sistema cultural, constituem um verdadeiro elemento social. Parece, pois, necessário que a sociedade as mantenham vivas, por que disso depende a vida e morte da civilização na sua forma atual (HORKHEIMER, 1994, p. 179 *apud* COSTA, 1998, p. 155).

Neste sentido, a família é vista como um elemento fundamental para fazer permanecer também determinados rituais políticos, inclusive o uso do sobrenome como um forte signo nas disputas eleitorais.

No Nordeste, pelo menos, entre as classes dominantes (...) a família “moderna” guarda fortes características da família patriarcal dominante durante os períodos colonial e imperial, não só quanto à sua organização mas também no que se refere à manutenção de uma estrutura de poder baseada no domínio quase absoluto do pai. Essa família, organizada com base no grupo doméstico, incorporando a seu núcleo central, membros originários de outras relações sociais que não são estabelecidas pelos laços de consanguinidade, tem por objetivo, além da função socializadora, o controle político da sociedade (COSTA, 1998, p. 157).

No Nordeste brasileiro, e também na Paraíba, a família tem um papel relevante na concretização do poder político tradicional, sendo esta uma das características de fazer política principalmente nas cidades do interior. A transmissão da “herança política” é uma afirmação da permanência de grupos oligárquicos ou continuísmo daqueles que estão no poder político. Como afirma Irllys Barreira (2008, p. 100) é o fato de fazer um sucessor a fim de garantir a longevidade da herança política familiar, considerado “uma espécie de ação patrimonial”.

A transferência de herança simboliza aquilo que está cristalizado na cultura, uma cessão de patrimônio de família sendo repassada para futuras gerações, como afirma Glória Rabay (2012, p. 64):

Considerando a herança como o processo de transmissão de um patrimônio de uma geração à outra, ou de uma pessoa a outra, não

necessariamente em virtude de morte do proprietário e nem apenas composta de bens materiais, as práticas de transmissão de herança podem dizer muito a respeito da cultura e da forma como o poder é distribuído na sociedade (RABAY, 2012, p. 64).

Neste caso, o que estaria em jogo não seria uma herança material, mas uma herança símbolo, o capital simbólico do poder político local (no município). Capital simbólico é o “crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles reconhecem” (BOURDIEU, 2011, p. 187).

De qualquer modo, tal herança não deixa de ser uma conquista para as mulheres: primeiro por que conquistaram o capital simbólico para poder gerir a prefeitura da cidade; depois porque no Brasil, do século XX, a herança política pertencia apenas aos filhos, ou seja, os homens é quem herdavam este patrimônio familiar. E hoje, sendo as mulheres pensadas como herdeiras do grupo político é um fenômeno que merece reflexão como uma nova prática da ação política.

Euda Fabiana ao afirmar que “começou a gostar da política porque via seu pai atuando” mostra o mecanismo de identificação com o político e a partir do momento que o pai a convida para ser candidata em sua vaga, ela passa também a ser herdeira política da família. As conversas com o pai sobre gestão pública a ajudou a gostar do campo que jamais imaginava participar, possibilitando o continuísmo do projeto político do grupo familiar e não o seu próprio enquanto candidata ou prefeita do município. Aquele (a) que foi designado para continuar o poder familiar é “símbolo da perpetuação da linhagem, coloca aquele que o recebe em herança como depositário do projeto familiar” (OFFROY, 2004, p. 123 *apud* RABAY, 2012, p. 73).

Em 1995 Euda Fabiana casou-se com o vice – prefeito na época, Oswaldo Venâncio dos Santos Filho. Naquele momento ela era estudante em Campina Grande – PB, onde cursava Serviço Social mas não chegou a concluir o Curso. Na trajetória de vida continuou na cidade de Cuité. Com o histórico de parentes na política, ficou “mais fácil” de se inserir no campo do poder. Chegando a afirmar que a política é muito importante por que muda a si mesma e a vida das pessoas, é um espaço que traz muitas realizações pessoais e sociais.

Sobre os motivos de sua inserção na política não hesita em dizer que foi por causa do pai e depois do esposo que também cogitou a ideia dela “entrar” na política. Afirma, ainda, que passou “a gostar de fazer política”: “E gostei né! Descobri que eu podia fazer algo pelas pessoas. As pessoas começavam a lhe procurar e você se sentindo útil”. A mãe e os irmãos não gostaram da ideia, muito menos a mãe. O fato dela “inserir-se na política era uma ‘invenção’ pois teria que terminar os estudos”.

Porém, muitas vezes a herança familiar é complexa, pois pode haver concorrência entre os próprios parentes. Como é o caso de Rosângela Leite que ao lançar candidatura própria teve conflitos com o próprio tio, que foi prefeito de Desterro por vários mandatos; e outro caso é o da prefeita Luzinectt Costa que rompeu com o cunhado (irmão do esposo) para lançar candidatura própria.

Sobre a disputa no núcleo familiar Glória Rabay (2012, p. 73) enfatiza:

O projeto familiar revelado na transmissão do prenome tende a perpetuar a reprodução do próprio grupo, o que não significa que o destinatário atenda passivamente aos apelos parentais ou que eles não sejam subvertidos por outros componentes do grupo. Pois, a herança provinda da família de origem pode significar concorrência dentro do núcleo familiar nas disputas por cargos eletivos (RABAY, 2012, p. 73).

As cinco prefeitas acumularam um capital político familiar, todas elas se candidataram levando o nome forte de políticos influentes da região onde venceram. O grau de parentesco delas com os políticos da região local, e que dominaram os municípios, durante décadas são de: filha, cunhada, esposa, viúva, irmã, sobrinha.

É importante destacar que o fato das mulheres se inserirem na política e muitas vezes serem herdeiras do capital familiar, demonstra as transformações ocorridas não apenas na política e na sociedade, mas também dentro do próprio âmbito familiar, em que muitas vezes estas mulheres têm irmãos e, no entanto, são as escolhidas para herdar a política por motivos específicos de cada interesse de grupo político, família e região.

É comum o esposo, o pai ou os filhos, indicarem a inserção das mulheres no campo político como forma de estratégia para manutenção do poder ou continuação da oligarquia local, é o parentesco nas relações sociais de poder político influenciando nas indicações eleitorais. Esta estratégia não acontece apenas em âmbito local, mas sim em

todos os níveis de poder político, seja estadual ou nacional. Diante das falas das prefeitas, percebe-se que todas vieram dos laços de parentesco, e na realidade é muito mais difícil para uma mulher construir sua trajetória política sem se ancorar nos parentes políticos.

Lúcia Avelar (2001), uma das estudiosas da relação entre mulher e política, enfatiza que no Brasil a história da inserção feminina na política formal advém dentre outros fatores do poder oligárquico, em que as mulheres “entrariam” na política partidária para substituir os homens da família. Não é nosso intento generalizar a afirmativa de que as mulheres entrevistadas se inseriram na política devido aos familiares tão somente. Mas, a partir das falas das prefeitas é possível afirmar que esta relação é muito presente na vida política destas mulheres, é um peso ainda muito forte para a entrada delas neste âmbito do poder. Quanto à sua permanência na política, continuam dependendo dos parentes, porém uma vez adquirindo experiência e “confiança” no grupo político do qual faz parte, saberiam conduzir, em parte, suas próprias ações e jogos de interesses mas não na totalidade. Porém, estando na política não seriam mais as mesmas mulheres, uma vez experimentando a prática política formal transformariam suas percepções sobre a esfera pública e privada, tanto em relação à condição de “ser mulher” como de ser “mulher política”, mesmo estando “presas” às tradições da prática política local.

Glória Rabay e Maria Eulina (2010, p. 35) observa que na Paraíba muitas candidaturas de mulheres estão relacionadas à parentesco:

Com raras exceções, a maioria das mulheres (que ocuparam cargos eletivos no Estado) está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (era esposa, irmã ou filha) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizou estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a benfeitora, a professorinha, a boa esposa, entre outros, indicando que uma retórica, uma manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos.

Corroborando com as ideias defendidas por Avelar (1987 *apud* RABAY: CARVALHO, 2010, p. 36): “Poderíamos afirmar que a poderosa família política resolve todos os impedimentos estruturais e individuais, uma vez que libera, convida, inicia e apoia a mulher na vida pública e na política partidária”.

Uma pesquisa realizada na Bahia por Ana Alice Costa (1998) sublinha a inserção das mulheres na política também pela via do parentesco. Ana Alice estuda o caso das mulheres políticas na Bahia entre 1982 à 1992, e destaca que das 127 vereadoras eleitas 120 destas mulheres tinham parentes na política e 50 delas tinham diretamente relacionado à sua candidatura a um pai, um irmão ou esposo político.

Diante dos dados estatísticos a pesquisadora Ana Alice Costa (1998) não concorda com a ideia de que tais mulheres alcançaram uma verdadeira conquista feminina, uma autonomia política. Acredita que a inserção delas na política pela via do parentesco seria uma subordinação a mais, cuja conduta das mulheres políticas estaria dependente de quem as “colocou” no poder. A autora afirma que seria a ausência do “homem apto” para concorrer às eleições que faz com que a mulher seja convocada em lugar dele, ficando o mérito feminino ausente.

No entanto, vale salientar que ao entrarem na política, mesmo com a força de grupos de poder locais, de parentes políticos, estas mulheres estariam construindo novas identidades culturais. Neste caso, o campo político está passando por lentas mudanças, mas na essência a sua prática política está preocupada com a força dos grupos políticos e fortalecimento desta corporação (COSTA, 1998).

Outra via de acesso da mulher à esfera da política partidária é por meio dos movimentos sociais ou o capital político adquirido pelo reconhecimento por meio de ações sociais, são vias que também ajudam a mulher a ter projeção no universo da política. É o caso, por exemplo, “de artistas, de profissionais dos meios de comunicação de massa, de líderes de movimentos sociais e profissionais no campo da assistência social, que fazem (intencionalmente ou não) uma política informal, que atendam a necessidades concretas” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 38).

As mulheres que entraram na política através de ações sociais têm uma relação com a comunidade traduzida em admiração, confiança, popularidade, carisma, simpatia e competência como seu maior trunfo. Tais atributos constituem o capital político das mulheres, em que são poucas aquelas que conseguem romper com a cultura tradicional e desempenhar um cargo público independente (RABAY; CARVALHO, 2010).

A via da própria militância política, requer, portanto, a liberação dos obstáculos inerentes ao papel tradicional, tanto no âmbito privado (a

liberação dos encargos domésticos e familiares), quanto no âmbito público (o enfrentamento, neutralização ou reversão de preconceitos sexistas). Em suma, requer um fato extraordinário e heróico: que o poder pessoal se sobreponha ao poder patriarcal para que uma mulher ganhe (em verdade, construa) um capital político (os votos e os diversos apoios), a fim de investir e conquistar espaço em um partido, bem como indicações, representações, mandatos e cargos políticos. Isso sem considerar a questão do poder econômico fortemente patriarcal, que ao financiar as campanhas, restringe as possibilidades de independência de qualquer candidato (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 39).

A inserção na militância política é uma quebra de obstáculos por parte das mulheres, tanto no âmbito doméstico ou familiar quando “comprovam” que o lugar das mulheres não é apenas o lar, o privado quando enfrentam o poder tradicional e conservador dos grupos políticos existentes.

A exemplo de Pollyanna Yasnaia, que “entrou” na política por força simbólica muito grande em virtude da perda do marido, de uma forma trágica, que causou muita comoção no município. Mas por outro lado, também militou na política partidária, entretanto mais que a militância a figura do esposo contribuiu decisivamente para a vitória dela nas eleições. Porém, apesar de todas as barreiras enfrentadas pelas mulheres, a presença do feminino no poder significa transformações simbólicas no mundo da política (RABAY; CARVALHO, 2010).

Como já mencionado a prefeita da cidade de Desterro – PB, Rosângela de Fátima (PSB), é de uma família de tradição política na Paraíba, seu pai já foi prefeito do município várias vezes, bem como seus tios, irmãos do pai. O irmão, que o acompanha na prefeitura, já foi vereador por seis mandatos consecutivos, e no ano de 2016 tentaria o sétimo mandato. Rosângela de Fátima diz que “entrou na política” de “forma natural” por que sua família é de uma tradição política de quase trinta anos no município. Nasceu e cresceu ouvindo falar de política, mas mesmo assim nunca imaginou fazer parte dela. Pois, o que gostava mesmo era da política informal, ou seja, conviver em meio à comunidade ajudando as pessoas.

Ao afirmar “nós somos tradicionalmente políticos”, a Prefeita evidencia o grupo político familiar, mas não admite que “entrou” na política por influência da família, mas por que seu nome foi citado várias vezes pelo partido do qual faz parte, o PSB: “Nós

somos tradicionalmente políticos, então eu já tenho essa vivência na política”. Rosângela de Fátima assumiu a vice prefeitura em 2004 e 2008, naquela época o prefeito era o seu próprio tio. Mas lembra que não fazia parte de seus planos “entrar” na política formal:

Não estava dentro do projeto de vida tornar-se política. Eu gosto muito da política, me identifico muito com a política, mas gosto muito de fazer política para os outros que não sabe. **Mas ser política eu nunca tive a pretensão em ser. Nunca ter sido a representatividade da política não.** (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

Percebe-se que a institucionalização do poder feminino permanece na correspondência do mundo privado. A incorporação do poder no espaço público está para os homens, como afirma Flávia Biroli (2014, p. 52) corresponde “aos códigos e ao controle jurídico e burocratizado do Estado, com a simultânea diminuição dos âmbitos nos quais o poder informal das mulheres teria sido historicamente exercido, o doméstico e o sagrado”.

Ora, a esfera familiar é importante para estas prefeitas e para as decisões políticas, pois os laços de parentescos dão forma às relações e ações que tais mulheres passam a constituir. Nesta valorização da família e dos parentes, as mulheres prefeitas surgem como figuras vulneráveis porque aparecem como sem autonomia para a entrada na esfera pública e dependentes de astúcias do grupo de poder.

As experiências do feminino na política estão relacionadas aos significados da ação política das prefeitas paraibanas, a percepção sobre a prática política de mulheres que exercem a gestão pública. Neste caso, é importante refletir sobre a representação de mulheres na política formal como enfatiza autores como (BARREIRA, 1998; AVELAR, 2001; MIGUEL, 2003) ao estudar a presença do feminino na política.

A participação das mulheres na prática política descortina um conjunto simbólico nem sempre claro nas arenas do poder, mas de um modo complexo. As mulheres que por diversos motivos decidiram candidatar-se e conseqüentemente se reelegeram revela a imagem que constituíram desde a primeira campanha eleitoral ao cargo de prefeita ou mesmo antes disso.

As prefeitas, mesmo relacionadas a interesses de parentes ou grupos políticos para se fazerem estar no campo de poder, um fato que não negam, assumem a experiência e a confiança que adquiriram durante a gestão pública. As qualidades que afirmam ter são resultados de muitos obstáculos, sejam os preconceitos e a dificuldade de acesso à política.

Chegar à política através de movimentos sociais é algo enobrecedor, ao passo que chegar à política pelo canal familiar seria algo empobrecedor, pois se estaria entrando em um campo de poder de “forma fácil”. “(...) Por detrás da crítica a essas mulheres parece haver uma visão de que a política deva ser somente vocação, e não uma carreira que exigiria um longo processo de formação” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 192). É interessante o fato de que há mulheres que mesmo entrando na política por força familiar conseguem conquistar uma determinada independência que as fazem superar os preconceitos de gênero e ganhar prestígio no campo da política. A exemplo da prefeita Ednacé Henrique (PSDB) que temia “entrar na política”, mas que afirma que assumiu a gestão do município sozinha e que iria certamente eleger sua candidata¹⁷ em eleições posteriores, tendo em vista que não poderia mais se candidatar por que já era reeleita. A Prefeita atua no modelo clientelista prestando serviço à sociedade ao doar, por exemplo, mantimentos como feijão, carne de frango. O que contribui para sua base eleitoral como forma de fortalecer e controlar os “ânimos” sociais.

Vejamos como afirma a prefeita em relação à adoção de mantimentos que realiza na cidade:

(...) Agora há pouco (há alguns dias) eu trouxe duas toneladas de feijão de Goiás. Graças à Deus Pai Todo Poderoso que botou em minhas mãos. Ontem mesmo tava todo mundo ensacando esse feijão. Tava toda uma equipe lá iniciando para começar entregar, porque é muito feijão pra dá. Dou cinco quilos para cada família. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/17).

Assim, para cada uma das prefeitas um valor específico chama atenção. Em seus discursos sacraliza-se uma realidade que para elas é de uma vasta relevância para

¹⁷ Nas eleições municipais em 2016 Ana Lorena Farias Leite Nóbrega (PSDB), nora da prefeita Ednacé Henrique, é eleita prefeita de Monteiro com o seu apoio. Aos 29 anos de idade Ana Lorena, ex-vereadora e ex-Secretária de Saúde da cidade, venceu as eleições com 57,32% dos votos válidos. Nesta gestão Ednacé Henrique assumiria a Secretaria de Finanças. Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://www.portaltvcariri.com.br/prefeita-lorena>

continuarem na política, ou seja, a própria trajetória delas enquanto mulheres. Para elas a experiência na política começa muito difícil mas depois “vai melhorando” com o aperfeiçoamento da presença na política, das relações, dos comportamentos da ação política local.

Para cada prefeita eleita e reeleita é possível identificar nos municípios onde governam um contexto social, político, cultural e econômico diferente, embora guarde algumas semelhanças: são cidades de pequeno porte, onde predomina o comércio e a agricultura local, e grande parte da população vive da aposentadoria e programas do governo federal, como dito páginas atrás. As intrigas políticas e o acirramento dos grupos políticos locais são marcas da política paraibana, ou seja, são características comuns nas disputas eleitorais dos municípios.

Eleger-se e ser representante do povo é também para elas como um “sacrifício de valor”, ocupar um cargo público não é para qualquer um é para quem tem garra e desejo de lutar. Neste sentido, novas relações sociais, novos arranjos simbólicos são possíveis quando as mulheres participam da política formal. Mesmo que as decisões relevantes da política local, muitas vezes, não cabe à elas decidir, tais mulheres acabam assumindo de forma indireta uma fatia do poder, justamente porque passam a fazer parte dele. Talvez este seja um dos motivos pelos quais novos arranjos se redesenhem na política local paraibana, como o surgimento de mais mulheres candidatas, enquanto secretárias municipais, gestoras públicas.

Parece que as relações familiares e mesmo religiosas se sobrepõem às relações partidárias. As prefeitas atuam na vida política para dar continuidade aos trabalhos familiares e de poder, mesmo que assimilem uma presente desigualdade de gênero e tentem demonstrar independência.

No próximo capítulo veremos a percepção das prefeitas paraibanas sobre a inserção delas na política partidária. Como entendem a participação delas no âmbito público e como lidam com o espaço de poder na sociedade. Suas visões de mundo em relação a este campo projetam a dimensão dos papéis de homens e mulheres constituídos culturalmente na sociedade.

CAPÍTULO III – AS PERCEPÇÕES DAS PREFEITAS SOBRE A VIDA PÚBLICA – PARTIDÁRIA

Neste capítulo abordamos o conjunto simbólico presente na atuação das prefeitas paraibanas, e sem pretensão de limitar classificações às gestoras públicas, apontamos algumas constituições simbólicas referentes à estas mulheres que venceram as campanhas eleitorais e que falam sobre a política lembrando das relações sociais que têm com os tradicionais representantes do poder local.

As leituras sobre a presença das mulheres na política feitas por Irllys Barreira (2008, p. 48) foram muito importantes para a nossa análise, tendo em vista que a autora se debruça no campo simbólico para entender a “entrada” das mulheres na política formal. Irllys Barreira (2008) afirma que “o fenômeno da representação política transparece nos discursos e nos diferentes atos de campanha, deixando emergir sobre a natureza da política, seus domínios e sua força como espaço legitimado de ação política”. A autora acredita que a prática política formal é eivada de símbolos que significam e transparecem significados, e que por isso a própria ação política tem uma “natureza” que lhe é peculiar, e que por sua vez tem uma força simbólica que legitima os atos políticos.

O que acontece em uma campanha eleitoral ou disputa política está além das aparências do jogo que é evocado. Ressalta-se, assim, que a política em momentos eleitorais tem um contexto específico, é o “tempo da política” (PALMEIRA, 1998). Neste, cada representante político revela suas intenções e convoca os eleitores, interagindo com eles e buscando o apoio necessário para sua legitimação política.

Nos momentos de campanha eleitoral, e mesmo na atuação da gestão pública, cada candidato personifica um personagem, ou seja, se reveste de valores para constituir aos poucos tal personagem. Tanto mulheres como homens assumem um discurso que constrói aos poucos sua imagem pública, esta imagem tem o interesse de atrair o máximo de admiradores por meio de ideias típicas da cultura os quais fazem parte (GOMES, 2004; MAGALHÃES, 1998; MENDONÇA, 2002; LIMA, 2011).

Também é corriqueiro em “tempo de política” a existência de conflitos, a troca de ideias e a exploração simbólica do espaço social, que juntos compõem o cenário do poder. As diferentes personagens da política em diferentes localidades, com contextos sociais distintos nos revelam uma gama de variações simbólicas e visões de mundo sobre a política formal. As prefeitas paraibanas constituem um exemplo de mulheres que pensam a política como um conjunto rico de símbolos e linguagens próprias e que por sua vez são capazes de integrar e administrar este campo de poder.

As prefeitas se preocupam com a constituição de um discurso voltado para a especificidade feminina, revelando uma tentativa de fazer uma política de “modo específico”, “diferente”. As falas¹⁸ das prefeitas paraibanas permanecem na estrutura da diferença quando apontam o modo peculiar de ser mulher no executivo local, como por exemplo, “ser mais sensível”, ter uma “maior preocupação com a sociedade”, “colocar-se na condição do outro”.

O modo de ser e dizer na política constituem, para elas, ferramentas importantes na estratégia de continuarem no campo do poder formal, uma vez que foram reeleitas e aceitas pela população do município os quais são gestoras. Afirmamos com base na nossa análise que o sentido que as prefeitas paraibanas dão à ação política está relacionada com a continuidade de uma política masculinizada culturalmente. Pois, a prática política das mulheres encontra-se enraizada de ideologias e ordens próprias do poder dos homens.

A análise da participação da mulher na política, muitas vezes, tem como característica a exclusão e a conquista feminina nos espaços de poder. Assumindo o cargo público, geralmente as mulheres encarnam a figura de gestora democrática e transfere para a gestão pública os sentidos da dimensão privada. As encarnações da ação democrática por parte das mulheres são tidas como um ponto positivo nas suas participações partidárias, tentam mostrar com isso que podem transformar o campo da política. “Transfere-se, com efeito, uma versão, consagrada no senso comum, de ‘natureza feminina’ para o espaço de práticas sociais e políticas consideradas virtuosas em si mesmas” (BARREIRA, 2008, p. 48).

¹⁸ Ver Daphne Patai (2010) para entender a relação entre história oral, feminismo e política.

3.1 DA PREFEITA *CORONEL* AOS VÁRIOS SIMBOLISMOS DE PREFEITA

No ano de 1963 a Paraíba elegeu a primeira mulher ao cargo de prefeita, sendo a terceira do Brasil, Maria Dulce Barbosa, eleita prefeita da cidade de Queimadas. Participou de movimentos sociais entre 1930 e 1950 e foi vereadora por três mandatos consecutivos. Maria Dulce teve uma vida longa, chegando a falecer aos 96 anos de idade em 2013.

Ao contrário da história dos movimentos feministas no Brasil no qual muitas mulheres lutaram por direitos civis e políticos, como é o caso da paraibana Maria Dulce Barbosa, a participação das mulheres na política no Estado da Paraíba embora tenha crescido não advêm, em grande parte, de movimentos sociais, mas de estratégias políticas marcadas por círculos viciosos de parentesco na política local. Assunto visto páginas atrás.

Para Eva Blay (1978, p. 15): “a prefeitura representa, no atual sistema político brasileiro, a instituição capaz de expressar o poder local. Uma retrospectiva do processo político posterior à instalação da República indica que o poder local passou de uma posição hegemônica à dominada”.

A autora relata o processo político brasileiro das prefeituras, mencionando que a partir das bases locais dos grandes proprietários de terra foi possível dominar e “conquistar” a maior quantidade de eleitores. Havia, nesse sentido, a dominação do trabalhador e da produção, cujos proprietários dominavam a direção do poder local.

Contudo no próprio âmago deste processo se geram processos econômicos e políticos divergentes que finalizam por romper com a hegemonia agrária. O fortalecimento dos grupos hegemônicos baseados no trabalho urbano e industrial acaba por substituir parcialmente a oligarquia agrária – exportadora na área do poder. Este processo complexo (...) deve ser visto em suas variações conforme a região a ser considerada, pois não se deu uniformemente pelo país todo. E não deve também ser pensado como um processo concluído e que radicalmente instala o poder urbano e industrial (BLAY, 1978, p. 16).

Eva Blay (1978) questiona o “por quê” da região nordeste ser considerada uma das regiões do Brasil que mais cultiva o papel social das mulheres como donas de casa e elege o maior número de prefeitas desde 1958. Dados revelam que desde os anos de 1970, a região nordestina apresenta números crescentes de prefeitas: ainda segundo a autora, foi eleita na Paraíba, por exemplo, em 1972 uma prefeita dentre 47 candidatas, já em 1976 foram eleitas seis mulheres ao mesmo cargo dentre 52 candidatas. Outra característica que chama atenção é que o maior número de mulheres eleitas prefeitas se concentra nas cidades do interior.

(...) São as regiões de menor desenvolvimento econômico, menos urbanizadas e menos industrializadas, as que mais elevam a mulher à chefia do poder local. O confronto destes dados com a suposição de que são as grandes cidades, as zonas de maior desenvolvimento econômico, as áreas de economia industrial, aquelas que libertam a mulher de uma restrita atividade doméstica, demonstram que essas mecânicas relações causais não podem ser aceitas tão genericamente (BLAY, 1978, p. 19).

Observa-se que no Estado da Paraíba as mulheres que se elegem prefeitas estão concentradas nos menores municípios cujo poder aquisitivo da população é mínimo, e a localidade é distante dos principais centros e grandes cidades. Muitas dessas regiões onde as prefeitas governam são de difícil acesso e com uma renda municipal mínima ou quase inexistente, dependendo muitas vezes das verbas oriundas de assistência social do governo federal, como dito anteriormente.

Eva Blay (1978) em seus estudos aponta categorias relacionadas às prefeitas no Brasil, a autora traz uma especificidade de participação da mulher na política local. A partir de uma investigação que realizou com 13 prefeitas no interior do Nordeste, definiu três situações em que tais mulheres se encontravam. Neste estudo, a autora levou em consideração as perspectivas de personalidade, situação social e estrutural do ponto de vista econômico.

Diante de uma sociedade tradicional e arraigada pelo patriarcalismo, o “chefe político local procurava criar, no interior de sua família nuclear ou extensa, uma predisposição para o desenvolvimento de carreiras políticas (...) e nem sempre os filhos destinados à política demonstram interesse ou aptidão para tais carreiras” (BLAY, 1978, p. 40). Neste caso, quando o homem não pode assumir o cargo de chefia por algum

motivo assume a esposa ou a filha a liderança da cidade, e de forma muito bem recebida. Esta mulher que assume desta forma o comando do município é intitulada pela autora de *prefeita coronel*.

Ora, na Paraíba casos como estes não são diferentes, uma das prefeitas entrevistadas cita que “entrou” na política porque seu pai não poderia mais se candidatar, e de certa maneira foi muito aceita pela população do município chegando à reeleição “facilmente”.

É importante notar que a reeleição é uma prática comum na Paraíba, é uma forma de controlar o poder nos municípios. O que faz revezar o lugar da chefia na prefeitura onde as mulheres estão também participando do jogo do poder através da continuação política do nome de família. Poucas são as mulheres que iniciaram a vida política formal através de movimentos sociais, como dito páginas atrás, muitas começaram a vida pública através do pai, do irmão ou do marido, que enquanto políticos do Município ou do Estado as impulsionaram a “entrar” na política formal, começando como primeira-dama ou apoiando nas campanhas eleitorais dos parentes.

Caso como este é o da prefeita Euda Fabiana que acompanhando seu pai na política, na época da adolescência, diz o seguinte sobre sua escolha:

Os motivos de engajar-se na política são vários: a vontade, o querer, **o pai**. O fato de ter **casado com um político**. E gostei né! Descobri que eu podia fazer algo pelas pessoas. As pessoas começavam a lhe procurar e você se sentindo útil. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

Ao dizer que estava “se sentindo útil” a prefeita tenta desvincular a relação tão somente de ligação com o pai, que a impulsionou para a política, e tenta compensar a prática de ser útil mesmo estando na política formal graças também ao pai, ou seja, de estar na política formal por causa de um parente.

Eva Blay (1978, p. 41) também relata casos de mulheres que assumiram cargos políticos contra a vontade própria somente para satisfazer o esposo, que por algum motivo não podia mais se candidatar. Este “tipo” de prefeita a autora denominou de *prefeita esposa*, aquela que “cumpre uma determinação, não discute; acata, embora se sentindo sacrificada”.

A prefeita “esposa” não decide por si mesmo seu futuro político. Mesmo que tenha vindo de uma família que sempre participara da política, acaba se decidindo por disputar a Prefeitura, dizendo que “a escolha foi dele”, isto é do marido. No futuro, não quer nenhum cargo político mesmo que este lhe seja dado por nomeação. Prefere livrar-se do fardo incômodo (BLAY, 1978, p. 41).

A exemplo desta afirmação é a narrativa de Ednacé Henrique quando diz que o esposo já não poderia mais se candidatar e cogitou o nome dela para assumir a vaga. O resultado é que a candidata, na época, foi muito bem aceita, vencendo também uma reeleição consecutiva como Prefeita. Apesar de resistir a ideia de candidatura por algum tempo acabou aceitando por influência do marido. Vejamos o que afirma a Prefeita:

Foi um projeto do meu marido eu estar aqui. Primeiro Deus, segundo o dele, por que ele tem um olhar **direcionado** para isso. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso)

Ao lembrar que o marido tem um olhar direcionado para a política, a prefeita deixa explícito que ele tem uma experiência na política formal que ela não tem. E por isso aprenderia muito com o esposo sobre “como fazer política”. Afirma que foi uma vontade divina, mas o esposo teve total influência na decisão dela em se candidatar.

A pequena burguesia e a prefeita por iniciativa própria vem da família política tradicional. Em outras palavras, as mulheres, que na convivência dos espaços burgueses, ajudaram os esposos ou os parentes em atividades comunitárias, conseguiram se candidatar e foram eleitas. Isto acontece devido à trajetória social já construída por estas mulheres ou em casos em que o marido ou o candidato aliado já não vence as eleições, as esposas se dispõem a disputar a campanha eleitoral tomando iniciativa própria sem influências do marido (BLAY, 1978):

As prefeitas provenientes da pequena burguesia, em geral, demonstram uma acentuada preocupação em atender às necessidades sanitárias, educacionais e de transporte de seus municípios. Estes, com poucos recursos, ficam na dependência de que suas dirigentes tenham prestígio junto ao governador ou que possa pelo menos viajar para a Capital do Estado a fim de conseguir que seu município seja lembrado. Não é difícil de imaginar que aquelas mais ativas ou mais influentes são as mais bem sucedidas (BLAY, 1978, p. 48).

No interior da mata paraibana, a prefeita Rosângela Leite, eleita em 2012, ao afirmar que “a campanha foi bastante acirrada que foi contra o tio que já estava há quase trinta anos no poder”, exemplifica o fato de que a candidata na época, que era filha e parente de político tradicional da região, insatisfeita com os projetos da prefeitura e dos políticos que eram seus próprios tios, enfatizou que lançou candidatura para mudar tal realidade.

As *prefeitas da pequena burguesia* ou de *iniciativa própria* tem uma grande preocupação com as condições de estruturas da cidade, o que implica um cuidado maior em instalar, por exemplo, postos de saúde, escolas públicas. Diante da dependência do município para com o Estado e a União, muitas prefeitas procuram soluções rápidas para resolver os problemas do município que governam (BLAY, 1978).

A prefeita Rosângela Leite, por exemplo, assume a “posição política” que tem em virtude da família tradicional que a gerou. Nasceu e cresceu em um reduto de parentes políticos da cidade, revela onde aprendeu o discurso de dizer que “teve a preocupação em melhorar seu município”, e assim como alguns parentes, “desejou governar a cidade onde nasceu a fim de melhorar as condições sociais da população”. Quando na verdade não houve este desejo “nato”, tendo em vista que fazia parte dos interesses de família em se instituir politicamente.

Outra prefeita que pode ser exemplo desta característica é Luzinectt Costa, eleita em 2008 e reeleita em 2012, confessa que idealizou muitos projetos sociais na cidade, especificamente para mulheres ociosas, e que a partir disso consolidou uma imagem de “cuidadora da cidade” porque procurava “soluções para os problemas locais do município”.

Outro exemplo desta imagem da *prefeita por iniciativa própria* é Pollyanna Yasnaia que apesar de ser eleita por força simbólica da ausência do esposo, que faleceu ainda no mandato, confessa que enfrentou as barreiras do preconceito e com a experiência que adquiriu na militância e na política quando o esposo era prefeito lançou candidatura própria para tentar solucionar problemas de estrutura social na cidade.

Não é nosso intuito estereotipar as prefeitas paraibanas, mas o que nos chama atenção na leitura que fazemos no cotidiano da política e da inserção das mulheres na política local é que algumas práticas atuais permanecem e se enquadram, muitas vezes, nas velhas práticas e categorias mencionadas por Eva Blay. Mesmo que aconteçam em

época e contextos diferentes, as representações destas prefeitas nos levam a tais entendimentos.

3.2 TRAJETÓRIA DAS PREFEITAS NA GESTÃO PÚBLICA: VISÕES DE MUNDO SOBRE O MUNDO DA POLÍTICA

É possível notar marcas de uma cultura tradicional no papel social do homem e da mulher na sociedade. Percebe-se, através dos argumentos das gestoras municipais, que há uma reprodução cultural do papel feminino no exercício do poder político formal.

Expressões como: “machismo”, “voz alta masculina”, “assistencialismo”, “mulher tem mais sensibilidade que o homem”; revelam que na política a distinção de lugares sociais também permeia a conduta dos indivíduos. Neste contexto, as prefeitas questionam a submissão nas quais são “colocadas” e tidas também no cotidiano da prática política local.

Pollyanna Yasnaia Werton Dutra, reeleita em 2012 ao cargo de prefeita no município de Pombal (PT), teve sua incursão política pela primeira vez em 2008 aos 30 anos de idade quando disputou o cargo de gestora pública do município. Após ficar viúva do ex-prefeito da Cidade, decide candidatar-se e é reeleita em 2012. A população da cidade durante a primeira campanha eleitoral, segundo dados do IBGE, estava estimada em 32.117, a petista foi eleita com 10.010 votos, o que corresponde à 52,12%.

Figura 1: A prefeita Pollyana Yasnaia



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=0YryWYDBG4WxwASokLPwBQ&q=prefeita+pollyanna+yanaia+-+pombal&oq=prefeita+pollyanna+yanaia+-+pombal&gs_l=psy-ab.3...1098.3700.0.3929.11.9.0.0.0.0.346.346.3-1.1.0....0...1.1.64.psy-ab..10.0.0....0.H7rC2MjHEtk#imgsrc=JOxK9PmMaTP_pM:

Formada em Medicina Veterinária e natural de Natal – RN, a prefeita participou de movimentos sociais em busca de “uma sociedade mais justa e igualitária”. A prefeita se qualifica como uma política que se preocupa com o próximo, e confessa que tem o desejo de mudança e o comprometimento social.

Sua escolha pela política partidária, especificamente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), deve-se à vontade de fazer uma “política honesta”. Na época da primeira campanha eleitoral, em 2008, “surpreendeu” o município ao sair vitoriosa, pois afirma que lutou contra os grupos fortes do poder local, mesmo sendo também uma mulher a principal adversária, Mayenne Van Bandeira (PMDB), esposa de um líder político da cidade.

Em 2012, a prefeita foi reeleita com 9.859 votos e a adversária com 9.706. A pequena diferença de votos entre as duas candidatas, na época da campanha eleitoral, conferiu uma “radicalidade” na disputa, tendo em vista o acirramento político no município. “O resultado mostrou mulheres com atuações distintas no espaço público”, afirma a prefeita. Uma pertencente a um partido cuja ideologia prega uma sociedade justa

e igualitária, o Partido dos Trabalhadores - PT; a outra pertencia a um partido de ideias conservadoras, o Partido Socialista Democrático Brasileiro - PSDB.

Figura 2: Pollyana Yasnaia em comício no ano de 2012



Fonte: www.facebook.com.br/Pollyana Dutra

Ao afirmar sua disponibilidade para falar sobre suas percepções quanto à presença das mulheres na política formal, Pollyana Yasnaia inicia sua fala antes mesmo de ser dirigida à ela qualquer pergunta. Transparece nas suas assertivas a ideia de que a mulher ainda sofre preconceitos socialmente, e que enfrentá-los a orgulha em ocupar o cargo público de prefeita.

Valores como a moral e a integridade são características que se manifestam nas falas da prefeita ao lembrar das injustiças que acontecem entre homens e mulheres. Injustiças essas de cunho machista e patriarcal. Assim relata:

(...) A minha sociedade, que eu convivi, não foi formada para isso. Não permitiu que uma mulher não chegasse nem perto de uma borracharia para olhar se o carro estava ok. Isso ai eu não entendo. (...) A gente supera tentando administrar, com um olhar clínico, de querer as coisas corretas. (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15).

Na condição de mulher, a prefeita denuncia o preconceito sofrido pelas mulheres histórica e culturalmente e faz uma associação entre os valores morais e a política, em

que esta, muitas vezes, é tida como o espaço da disputa de símbolos culturais e não de projetos de governo. Vejamos como argumenta: “(...) Esta cidade é uma cidade secular, tem mais de cem anos de existência. Cem anos sempre foi assim, o homem prevalece sobre a mulher, dá mais insegurança, inclusive para as mulheres”. Ao mencionar o machismo presente nas práticas culturais da cidade onde governa, a prefeita enfatiza que é difícil trabalhar em uma sociedade cujas práticas ainda seriam ultrapassadas, tradicionais.

Na esteira desse raciocínio, a prefeita faz menção às práticas viciosas e tradicionais do poder político da cidade, por ocasião da campanha eleitoral:

A primeira (campanha eleitoral) foi super difícil, muito difícil. A cultura da cidade machista, interior da Paraíba, a civilização das pessoas daqui que tinha tendência em votar em candidatos homens, isso fortalecia mais a campanha, as próprias mulheres não queriam votar em mulher, achavam mais seguro votar em homem. Então, eu tive mais eleitores do sexo masculino que do sexo feminino. A disputa foi cruel, por que a questão da **fala mais alta, de gritar**, de achar que consegue **tudo na força**, eu não tinha isso. E isso foi um complicador porque a outra adversária, apesar de serem duas mulheres, era o esposo que não podia por que era ficha suja e colocou ela (candidata adversária) para ter o controle na vida dela. Então, ela não tinha fala na campanha, quem falava era ele (o esposo da candidata adversária), não tinha desejo de mudança social, e sim estava lá porque o esposo colocou. Então, a disputa estava entre eu e o candidato ficha suja, então ele se sujou, jogou da mesma moeda. Eu não sei como eu ganhei. (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

Ao afirmar que sua candidatura foi clara, sem o “lado sujo” como se a corrupção fosse corriqueira na prática política formal, Pollyanna Yasnaia afirma que faz política com honestidade e justiça. Acredita que representa uma alternativa na cidade, e mesmo sendo viúva do ex-prefeito do município, se considera como uma mulher que entrou na política com méritos próprios e não porque o esposo era o prefeito da cidade antes dela ter assumido. Para que sua imagem fosse aceita de forma desvinculada da figura do ex-marido, a campanha eleitoral trabalhou *jingles* que demonstrava “independência política e capacidade de gestão”, tal como podemos observar na letra da música da primeira disputa eleitoral em 2008: “À quem Deus promete nunca vai faltar, o que Jairo fez Pollyanna vai tocar”.

Ora, a crítica às desigualdades de gênero está genericamente relacionada às fronteiras do público e do privado, a garantia da liberdade na esfera pública depende de

novas politizações da esfera privada. Além disso, a prefeita nega que “entrou” na política por influência do esposo, ex-prefeito de Pombal. Faz uma crítica em relação ao assistencialismo no município, mas contribui ao mesmo tempo para reprodução do poder quando se insere na política por força do ex-prefeito da cidade e utiliza de estratégias que a apoiaram para estar na gestão pública. A “fala mais alta”, o “gritar” e conseguir “tudo na força” são elementos da cultura de dominação de gênero. A prefeita não esconde que na região é difícil para uma mulher ser candidata ou política, a tentativa de intimidação por parte dos adversários através do grito, daquele que tem força para falar é muito comum. Uma das causas da dominação masculina que marca a fala da prefeita está explícita na citação de Luís Felipe Miguel (2014, p. 65):

(...) Não basta exigir acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. É necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades (as deles) sejam consideradas mais importantes e mais dignas que outras (as delas) e que fazem com que algumas formas de comportamento (as deles) sejam vistas como universalizáveis, enquanto outras (as delas) apareçam como inevitavelmente ligadas a uma posição social em particular.

Talvez na condição de prefeita que respondia um processo de cassação¹⁹ no Supremo Tribunal Federal (STF), acredita ser a perseguição política contra uma mulher que a faz realizar um trabalho democrático para a sociedade. Questionada sobre as dificuldades na política, assim se manifesta:

A maior dificuldade é no tocante você disputar contra um médico do SUS que fez assistencialismo dentro do hospital, dos favores perpétuos da política. Há uma grande dificuldade de disputar contra um médico do SUS que fez a cirurgia de sua mãe, já é neta e diz ‘não eu devo a ela, ele fez o parto de minha mãe’. Essa é a dificuldade, a segunda dificuldade é a questão ainda de preconceito, mulher não votar em mulher. Apesar de achar melhor, não se sente segura. (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15).

Um fato que ela nos relatou e que incomodava é o argumento dos adversários políticos sobre sua candidatura, ao afirmarem que Pollyanna Yasnaia estava na política partidária como uma continuidade do poder do esposo, que assumiu o cargo de prefeito

¹⁹ Na época da realização da entrevista, a Prefeita Pollyanna Yasnaia enfrentava processo de cassação no Supremo Tribunal Federal (STF), permanecendo no cargo público sob uma liminar da justiça. Para maiores detalhes ver em: <http://stf.jusbrasil.com.br/noticias/100311709/liminar-garante-a-prefeita-de-pombal-pb-permanencia-no-cargo>

em 2005 mas veio a falecer em 2007, vítima de acidente automobilístico, não concluindo o mandato. Pollyanna Yasnaia lançou sua candidatura um ano após o falecimento de seu esposo, afirmou ter sofrido muitos preconceitos por causa disso, pois os adversários a viam como uma mulher que representava a imagem do marido e que consequentemente não teria autonomia política. A prefeita afirma que enfrenta um processo jurídico de cassação de mandato em uma ação proposta pela adversária de forma injusta. E que diante disso não tem medo das acusações porque acredita que não cometeu nenhum crime. Embora afirme que nunca exerceu cargos políticos, a prefeita foi Secretária de Saúde do município na gestão do ex-marido quando prefeito, e afirma que foi através da área de saúde que percebeu a possibilidade de ajudar e “mudar a vida” das pessoas. Ora, com estas expressões a prefeita mostra que desde aquele momento já constituía aos poucos um capital político.

Eu exercia um cargo dentro da Prefeitura, Secretária de Saúde, e vê se era possível com o mínimo através da saúde mudar a vida das pessoas. Levar a saúde às pessoas, e incluir elas socialmente. E percebi que usando de forma benéfica o poder público ele era um instrumento de mudança social para transformar a vida das pessoas. **E isso me encantou.** (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

Imagem 3: Pollyanna Yasnaia, quando Secretária de Saúde, em campanha de conscientização contra o câncer de mama



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=0YryWYDBG4WxwASokLPwBQ&q=prefeita+pollyanna+yanaia+-+pombal&oq=prefeita+pollyanna+yanaia+-+pombal&gs_l=psy-ab.3...1098.3700.0.3929.11.9.0.0.0.346.346.3-1.1.0....0...1.1.64.psy-ab..10.0.0....0.H7rC2MjHEtk#imgrc=pJegix73ZYR-bM:

Considerando-se uma mulher guerreira e capaz para gerir as tarefas públicas, a prefeita nos disse que a política é “uma oportunidade de mudança de vida”, justamente porque é uma oportunidade de proporcionar transformações na sociedade. E que, neste contexto, a mulher tem mais capacidade por ter um olhar mais detalhado da situação que a cerca;

A capacidade é até melhor. **A mulher tem um olhar mais clínico.** Ela é mais detalhista. Ela chega num ambiente, por mais seco que seja, ela tenta dar um toque, um visual. Numa reunião, as cadeiras estão mais organizadas, as pessoas estão mais acomodadas do que no olhar do homem “que está tudo bom”. Então, eu acho que aí no tocante da administração as mulheres se elas quiserem mesmo com toda influência do Marido ela se supera. Eu acho que a gente está bem mais afim, com bem mais responsabilidade, a gente chega e deixa nossas casas de lado, e a gente vem morar dentro da gestão, e isso é um diferencial. Abraça a cidade com muito mais afim. (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

A Prefeita procura ainda realçar certos “atributos” que busca singularizar a mulher tais como: um olhar clínico para gerir processos sociais, para ajudar as pessoas; para entender melhor os problemas das pessoas. Demonstrando, com isso, capacidade de gestão. Acredita que a mulher precisa romper com os preconceitos e as antigas estruturas patriarcais da sociedade. A demarcação da diferença a que se refere é a distinção “do fazer” e “de ser” do homem e da mulher: “eu penso que a mulher é mais sensível com as causas sociais, a mulher é mais gente, fundamental a presença da mulher na política”.

As mulheres na política “mostram também que o **fazer política** encontra-se fortemente articulado **ao quem faz política**” (BARREIRA, 1998, p. 154, grifo nosso). No momento em que a prefeita acredita que a mulher faz política melhor que o homem, ela assume a tarefa de que fazer política está relacionada a um tipo de indivíduo, cuja visão seja crítica e democrática. Muito semelhante à imagem da mulher maternal que consagra o papel da esfera privada na esfera pública, discussão que veremos mais adiante.

Como afirma Irllys Barreira (1998, p. 154) essa postura civilizadora se baseia na imagem da mulher como portadora de atributos universais como democracia, igualdade, sensibilidade, altruísmo. “O espaço de apresentação das candidaturas femininas joga, portanto nessa esfera de conversão de um poder social, onde as mulheres circunscrevem

parte de sua história, em poder político explicitado na recente ocupação efetiva no âmbito dos cargos executivos”.

A prefeita acrescenta, ainda, o seguinte:

A outra coisa que eu queria deixar claro é a **nossa capacidade**, a gente tem uma capacidade de absorver o externo muito melhor, a **nossa sensibilidade** para perceber o que estão acontecendo com uma Unidade de Saúde da Família, ela é bem mais do que a capacidade do homem de se sensibilizar com a dor alheia, o sofrimento, de acolher, a ser **bem mais humano**, melhor do que o homem. E a gerencial também, estamos na condição de gerente do poder público. (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

A prefeita de Pombal nos ressaltou que existe uma diferenciação entre a conduta do homem e da mulher, acredita que diante dos preconceitos que sofre por parte dos adversários homens, principalmente, que a mulher faz a diferença, pois ela “é mais humana, sensível e capaz”.

O que faz lembrar a ideia de Irllys Barreira (1998, p. 106) quando afirma que a mulher quando na política apresenta algumas simbologias “típicas” do comportamento feminino como uma forma de diferenciar-se dos homens:

Pensar sobre a existência de uma simbologia das candidaturas femininas pressupõe também indagar se essas candidaturas trazem especificidades, sobretudo se comparadas a candidaturas masculinas. Mulheres na condição de candidatas ensejam a emergência de símbolos e estratégias discursivas ligados à moral, a ética ou valores femininos que lhe são atribuídos naturalmente tais como sensibilidade e sinceridade, entre outros. Existe, portanto, uma especificidade referida ao uso de atributos de gênero como forma de diferenciação política (BARREIRA, 1998, p. 106).

A prefeita ainda afirma um diferencial “positivo” ao apontar que deixa o ambiente do lar para “morar na gestão”, o que reforça a ideia de que estaria apta “a fazer de tudo” pelo exercício público, reforçando também que a distância da política tradicional exercida pelos homens, que é marcada muitas vezes pela desonestidade e pelo descaso público, conota de forma positiva a presença das mulheres no poder. “A socialização diferenciada porque passam as mulheres engendraria uma sensibilidade e

um julgamento moral específicos, opostos aos masculinos dominantes” (MIGUEL; BIROLI, 2011, p. 78).

A prefeita tenta representar uma totalidade de atributos positivos, além disso acredita ser uma “educadora” e “formadora” de boas condutas na sociedade a partir do cargo público que exerce. Como podemos verificar na passagem que segue:

Eu não gosto de assistencialismo que é peculiar nas prefeituras. Eu gosto de ver mulheres trabalhando com Carteira Assinada, de mulher empreendedora, **eu gosto de ver mulheres com sentimento de poder**, de conseguir resolver seus próprios problemas. Eu não gosto do assistencialismo, eu não gosto da perpetuação de benefícios assistenciais do governo. Eu gosto da liberdade das pessoas. E para dar liberdade é necessário que você organize no mínimo as estruturas para aquelas pessoas. O mínimo de pessoas morarem, quer seja uma casa, seja um Programa Federal, que você vai conseguir ver de imediato e acima de tudo a capacidade que ele tem de se libertar de tudo isso. (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

Figura 4: Pollyanna Yasnaia na campanha eleitoral de 2012



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=0YryWYDBG4WxwASokLPwBQ&q=prefeita+pollyanna+yanaia+-+pombal&oq=prefeita+pollyanna+yanaia+-+pombal&gs_l=psy-ab.3...1098.3700.0.3929.11.9.0.0.0.0.346.346.3-1.1.0....0...1.1.64.psy-ab..10.0.0....0.H7rC2MjHEtk#imgrc=pJegix73ZYR-bM:

O lugar da política, na visão da prefeita, ainda é o da condição tradicional, ou seja, a condição de quem assume o poder é o homem. “Esse confronto entre espaços de reconhecimento tem respaldo na afirmação de valores como experiência e competência em disputa contra a afirmação de valores referentes à ruptura e mudança” (BARREIRA, 2008, p. 60). A masculinização do poder significa que durante séculos os homens é quem dominavam o campo da política formal, da política partidária.

(...) O seu ambiente e as suas práticas, foram (e são) frequentados e exercitados exclusivamente por homens, a ponto de adquirirem as marcas peculiares desse grupo. Essa afirmação é válida para uma sociedade que separa homens e mulheres, institui uma divisão social/sexual do trabalho e constrói duas culturas de gênero (masculina versus feminina), como é o caso da nossa. [...] Às vezes, não é proibida a entrada das mulheres, entretanto, não é fácil permanecerem, serem aceitas, conquistarem espaços, ganharem visibilidade, serem levadas à sério e tornarem-se membros respeitados do grupo. As novatas ou estranhas, se não possuem o mesmo estilo daquele grupo, têm de apresentar qualidades excepcionais valorizadas por ele (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 38).

O apelo para ajudar a população carente, a intervenção na realidade significa uma tentativa de construir um perfil político que mobiliza o social e tenta atrair a confiança do outro. A necessidade de mostrar os feitos realizados durante a gestão comprova em parte o discurso de que as mulheres na política precisam mostrar a capacidade de gestão pública e superar os preconceitos sociais cultuados há séculos.

Segundo a prefeita o que mais lhe marcou durante os anos de gestão pública é o fato de ter se preocupado muito, no primeiro mandato, com as realizações de obras públicas, pois queria ser vista como uma boa administradora. Mas, afirma que as pessoas esquecem muito rápido das ações realizadas durante a gestão pública, se preocupando muito mais com a imagem do político que mesmo com as obras que ele realiza. No segundo mandato afirma que teve que ser mais “política”, ou seja, andar perto do povo, escutá-los, visitar a casa das pessoas, andar pelas ruas, cumprimentar as pessoas nas ruas. Só assim era vista e reconhecida como política. O que também comprova uma variável cultural presente no cotidiano das práticas políticas, ou seja, o político precisa andar nas ruas e cumprimentar “o povo” para ser aceito e bem visto na sociedade. Caso contrário, o político será mal visto por muitas pessoas, e em muitos casos não será aceito ou dificilmente será eleito.

Assim, afirmou a prefeita:

Na primeira eleição era mais centrada em administrar, na segunda eu tive que ser mais política [...]. O eleitor que estava carente disso, chegar junto. Eu achava que trazer uma escola era surpreender, que não precisava visitar cada casa. **O político não passa, não veio na minha casa.** Mesmo que a rua esteja calçada. . (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

A relação entre o representante e o representado tem fortes valores simbólicos: no interior dos Estados é mais complexo a ideia do político visitar as pessoas nas casas delas, pois geralmente o político que não fizer este tipo de atividade é considerado como um político ruim, arrogante, e que não chega perto do povo. O “verdadeiro” político nas cidades do interior deve cumprimentar o povo de perto, andar nas ruas da cidade.

A prefeita enfatiza que a falta de respeito e ética com a mulher são fortes sinalizações de violência moral que acontecem muito no campo da política. Afirma que os adversários ressaltam, por exemplo, que ela “não é capaz”, “não consegue resolver problemas políticos só quem consegue é o homem”, que “a mulher é frágil”,

que não suporta grandes problemas. Que não consegue resolver o trator quebrado. Que não vai conseguir. (...) Meus opositores, principalmente do sertão, é característica deles, é **peçoal**. As agressões são mais pessoais aqui no interior. **Chega até agredir a honra.** Sempre se a gente olhar com o olhar espiritual, sempre deixa um recado nas pessoas, positivas ou negativas. Vereadores antigos desrespeitam, **me chamam de mentirosa.** Eu me sinto mais **por ser mulher**, neste momento. **Me chamam para brigar: “venha”, tenha coragem!”** (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

Os preconceitos sofridos pela prefeita sinaliza um tempo em que a mulher política ainda suporta a condição de submissão quando estão na ação política formal ou partidária, maximizando a ideia de que existe na atualidade uma imagem negativa da representação feminina na política.

Esta realidade demonstra a exclusão feminina quando percebe a mulher como “indivíduos fracos e incapazes”. As críticas feitas à prefeita pressupõem a continuidade da ideia de que o espaço da política está para os homens e não para as mulheres, que a política é o espaço do masculino e não do feminino.

Para Lúcia Avelar (2001), uma das estudiosas sobre a participação feminina na política, muitas mulheres constroem suas imagens públicas e legitimam uma especificidade buscando diferenciar-se dos homens por meio de uma determinada singularidade, ou seja, da afirmação de que existiriam nelas certos atributos diferenciadores em relação aos homens, tais como: meiguice, afetividade, sensibilidade, eficiência, maternidade. Na fala da prefeita Pollyanna Yasnaia este discurso se faz presente e reafirma os valores de que a conduta feminina na política seria diferente da conduta masculina, pois a mulher teria mais sensibilidade para trabalhar em setores públicos, tais como os cargos executivos municipais.

O feminino se caracteriza por uma construção discursiva que se volta para o “ser mulher”, ao pioneirismo de “ser mulher política”, enquanto o discurso masculino volta-se para o discurso conservador, tal como o da força, da capacidade, da coragem (BARREIRA, 2004). Há uma preocupação, por parte da prefeita em tentar desconstruir valores negativamente estereotipados como, por exemplo: que a mulher é uma pessoa inadequada para exercer a prática política; que a mulher nasceu para ser dona de casa, que é portadora de talentos para o espaço doméstico; e que neste contexto a mulher é vista como incapaz de assumir cargos públicos, especificamente políticos.

Irlys Barreira (2008), em seu estudo específico sobre as imagens ritualizadas das mulheres em cenários eleitorais, aponta que a constituição da imagem feminina de “nós mulheres” revela o modo peculiar das mulheres fazerem política, que ao se depararem com o espaço público fazem referência à uma condição de pertencerem ao sexo feminino. Fazendo permanecer, assim, a tática da diferença entre o homem e a mulher na prática política, uma vez que a política partidária é mais forte e persistente. Para a autora a singularidade do ser mulher e a política partidária seriam dois pilares da estratégia eleitoral.

Se essa moeda de dupla face integra a agenda de todos os postulantes a cargos políticos, as candidaturas femininas acrescentam outros pressupostos de inclusão e exclusão [...], demonstrando que a “igualdade” entre os sexos pode também ser indutora da busca da diferença (BARREIRA, 2008, p. 46).

Os símbolos eleitorais que dividem os espaços na política também são responsáveis pelas identidades que vão se constituindo ao logo do processo político.

Mas os valores expressados não se restringem ao momento eleitoral, mas sim ao conjunto de circunstâncias que envolvem homens e mulheres no campo da política formal, tal como as experiências que a prefeita vivenciou enquanto gestora municipal.

Ao se discutir a importância feminina nos espaços de poder são levantadas questões que perpassam a formação dos papéis sociais moldados para o sexo masculino e o sexo feminino, muitas vezes podem estar escondidas sob a justificativa e importância da mulher na vida política. Pinheiro (2007) acredita que a ideia de defender a presença feminina na política baseia-se na lógica da *política de presença*, na crença de que as melhores representantes para a população feminina são elas próprias. Aliado a esse fato surge a percepção de que a participação feminina representaria uma “ruptura” com a política tradicional desenvolvida pelos homens, em que uma formação moral diferenciada, voltada para a ética e a honestidade, imprimiria à vida política maior respeito e credibilidade, como também incluiria na agenda política temas considerados importantes, mas negligenciados por quem já ocupa tal espaço.

As prefeitas ressaltam os problemas enfrentados desde a candidatura até a gestão pública e se consideram melhores que os homens na atuação do governo municipal. A gestão em que acreditam exercer está pautada na sensibilidade e na honestidade durante o exercício do mandato. A prefeita Euda Fabiana, por exemplo, é uma das gestoras públicas que se auto intitula “mulher de garra” apesar dos “entraves políticos” que também enfrenta.

Euda Fabiana começou na vida política partidária muito cedo, quando seu pai, Gentil Venâncio Palmeira, era vereador da cidade de Cuité nos anos 1980 e desejava continuar no poder político cogitando a filha para substituí-lo. Tendo em vista que não podia mais se candidatar, impôs à Euda Fabiana que se candidatasse para não perder a vaga na Câmara de Vereadores. Apesar de naquele momento não fazer parte dos planos dela “entrar” na política mesmo assim aceitou e diz que gostou: “Eu acho que começou tudo daí. Entrei e comecei a gostar”. O pai da Prefeita foi vereador várias vezes em Cuité e assumiu duas vezes a prefeitura da cidade, além de ter sido também vice-prefeito daquele município.

Ao ser indagada sobre o projeto de vida na gestão pública, a prefeita afirmou que estava em seus planos “ser política”, pois admirava a gestão pública do próprio pai.

Apreciava a figura dele, pois o pai sempre esteve muito presente e envolvido na política de uma forma muito ativa. Apesar de não ter tido êxito na primeira campanha eleitoral como candidata à vereadora do município, diz que a experiência foi válida por que aos poucos aprendeu a gostar de política. Apesar disso, e ainda muito jovem e sem conhecimento das estratégias políticas, obteve 255 votos.

Euda Fabiana exerceu vários cargos públicos em Cuité, tanto na gestão do pai como na do esposo: aos 19 anos de idade assumiu a Diretoria da Câmara do município entre 1989 à 1992; além disso foi Secretária de Administração do Município entre 1993 à 1996; assumiu a Chefia de Gabinete e de Infra Estrutura. Foi Primeira Dama entre 1997 e 2004 e assumiu também a Assessoria de Comunicação entre 2005 e 2008 na cidade. O fato de fazer parte de família política tradicional facilitou o acesso aos vários exercícios públicos que exerceu.

Figura 5: A prefeita Euda Fabiana



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=CIvyWbnQGIWBwgT__a SgDA&q=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&oq=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&gs_l=psy-ab.3...345429.350420.0.350684.17.14.0.0.0.0.0.0.0...0...1.1.64.psy-ab..17.0.0...0.oHK6KT6tLvo#imgcr=TktO6-dhYOqGKM:

Na primeira campanha eleitoral em 2008 já era casada e tinha um casal de filhos, assumiu o cargo de gestora no executivo municipal pela primeira vez aos 44 anos de idade. Em 2008, tentou o governo do município e saiu vitoriosa com 6.235 votos, o que corresponde à 53,93%. Momento em que concorreu com um candidato que era o tio do esposo, Péricles Venâncio. Este fazia parte do mesmo grupo político de Euda Fabiana

em anos anteriores, mas o parente havia rompido com a Coligação Partidária para lançar candidatura própria. Já na segunda campanha eleitoral, em 2012, a prefeita reelegera-se com a obtenção de 7.124 votos, o que corresponde à 57,91%. Na época, concorreu com um candidato que para ela era “forte”, um médico da região, Társio Pessoa (PSB).

A primeira disputa eleitoral para concorrer ao cargo de vereadora não oferece muitos relatos, pois ainda jovem começando na política formal, confessou que não tem muitas lembranças sobre aquele momento. Para ela as verdadeiras “batalhas eleitorais” foram as campanhas para prefeitura de Cuité. Natural daquele município e se sentindo em casa, afirmou que a campanha eleitoral de 2008 foi “pé no chão” por que estava fora do poder político municipal e ao mesmo tempo foi a campanha eleitoral que mais marcou “porque foi contra tudo e contra todos”.

Observemos o que disse a prefeita:

Enfrentamos o poder estadual, municipal e federal. Disputei com o PT. Era um tio do meu esposo o candidato que havia rompido. E era do PT. Na época veio muito a questão econômica. O governo do Estado estava todo com eles e o prefeito da cidade e todos os médicos da cidade, os “doutores” todos estavam juntos. Este prefeito que era candidato na época era aliado nosso, rompeu. [...] Ficou eu para formar a chapa de vereadores. Na época foi difícil. Mas enfrentamos todos. E foi uma vitória muito bonita. A gente estava “com o pé no chão” na época, por causa da condição financeira. Foi com a força do povo que vencemos a campanha. E Cuité só teve uma Prefeita, há 40 anos, e agora só em 2008. A prefeita era Neusa Bezerra que era a mãe do candidato que eu estava disputando na época. Tia de Oswaldo, meu esposo. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15).

As eleições sinalizam um momento em que os rivais potencializam os acontecimentos próprios da política eleitoral, aumentando os espaços da produção de sentidos, tanto positivos como negativos. Aparece uma cidade norteadada de conflitos típicos de momentos de época eleitoral, marcada pelos episódios de fatos incomuns no cotidiano da cidade, como, por exemplo: as intrigas e brigas em espaços públicos. E muitas vezes, a exemplo como este, os políticos que entram em confronto são parentes próximos. É explícito o jogo de interesses que está por trás das estratégias políticas e que a mulher acaba por sinalizar estas astúcias, da política local e do poder político familiar, ao afirmar que “entrou” na política partidária por “paixão”, “admiração”.

É notável a relação dos laços de parentescos que envolvem uma cadeia de interesses políticos, a briga de famílias consequentemente é comum em cidades interioranas onde ainda é uma realidade a disputa acirrada entre os grupos políticos com discurso fortemente tradicional em que muitas vezes caracteriza a disputa em dois lados: o lado do “bem” e do “mal”. A mulher carrega consigo o discurso da bondade, da honestidade, o que tenta transparecer o lado do “bem”, ao passo que o outro (o adversário) seria o “mal”, aquele que está acostumado com o lado sujo da política.

Somado a estes enfrentamentos, a relação entre a condição de “ser mulher” e “mulher política” se faz representar na vida da prefeita, uma vez que diz se realizar enquanto gestora do executivo municipal apesar dos preconceitos sofridos, inclusive preconceitos advindos de outras mulheres. Como podemos verificar na fala que segue:

Enquanto mulher sou muito feliz em estar fazendo pela minha cidade, como agora exercendo o segundo mandato. As pessoas diziam: ‘ah vai ganhar não, uma mulher não tem garra!’. **É pouco as mulheres que acreditaram. (...). Que não é importante a mulher andar de salto alto, maquiada.** Muita coisa por ser mulher e eu mostrei que a mulher é capaz. Que tinha sensibilidade era capaz de fazer muito mais. E depois de muito tempo eu escutei as pessoas dizendo: “trabalhou mais que seu marido, botou Bado para trás”. Hoje eu me sinto muito honrada por representar as mulheres, e ter até quase dobrado esta vitória: 1.946. Foi uma resposta do povo. Realmente foi votado pelo povo. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

A prefeita nos contou que na condição de uma “forte adversária”, ou seja, aquela que conquistava aos poucos o gosto público, era vítima de boatos e preconceitos porque usava sapatos com salto alto e andava sempre maquiada, tanto nos comícios como nas caminhadas e passeatas nas ruas. Expressões como “ela não sabe de nada, só sabe andar de salto e maquiada” eram comuns em conflitos com os adversários. Porém, a vaidade que diz ter é reflexo de um comportamento naturalizado do papel das mulheres como resultado de uma “posição social e atributo das estruturas sociais” (HTUM, 2005 *apud* MIGUEL, 2014, p. 79).

Figura 6: Euda Fabiana em campanha eleitoral



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=CIvyWbnQGIWBwgT__aSgDA&q=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&oq=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&gs_l=psy-ab.3...345429.350420.0.350684.17.14.0.0.0.0.0.0.0.0...0...1.1.64.psy-ab..17.0.0...0.oHK6KT6tLvo#imgsrc=TktO6-dhYOqGKM:

Euda Fabiana afirma ainda que a vaidade sempre lhe acompanhou nas atividades públicas, a imagem apresentada pela prefeita é fruto de uma personalidade que conquista aos poucos o público: “eu sempre andei assim e não mudei por causa da política”. E acrescentou:

Sempre fui eu mesma: sempre andei maquiada, de salto, então o que é que eu fazia: eu botava aquela blusa *Eu amo Cuité*, botava o chapéu de **guerreira**. Só que assim **eu sempre andava de salto alto, maquiada**. Quando eu ia em cima do carro: flor na cabeça, diadema com a flor . (...) Usava boné, **ficava toda escovada**. Ai eu botava algo diferente, ai o povo gostava. (...) Eu já gostava de **andar bonita e arrumada**. A imagem era bem bacana. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

Na fala da prefeita fica explícita que a imagem de beleza é utilizada contra ela por parte dos adversários. Euda Fabiana afirma que a vaidade a acompanha e faz parte da sua vida. Mas para os adversários isso seria uma ferramenta para produzir as desigualdades entre ela e o real objetivo da política, fazendo reproduzir a imagem de mulher como fútil, sem tempo e capacidade para a política. “Beleza e moda como ideologias, promoveriam a subordinação das mulheres ainda que a adesão delas próprias a esses padrões possa ser entusiástica e apaixonada” (BIROLI, 2014, p. 117).

A prefeita ao utilizar elementos simbólicos que representam a feminilidade procura coordenar o papel político que exerce, fazendo com que as alusões da condição de gênero como capital simbólico apareçam em situações que opõem o papel social de homens e mulheres. Não é à toa que defende a ideia de que quem ganha uma eleição é quem tem serviço público prestado. Acredita que ser “político bom” é aquele que cumpre o papel de gestor público.

Imagem 7: Euda Fabiana durante campanha eleitoral



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbn=isch&sa=1&ei=CIvyWbnQGIWBwgT__aSgDA&q=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&oq=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&gs_l=psy-ab.3...345429.350420.0.350684.17.14.0.0.0.0.0.0.0.0.0...1.1.64.psy-ab..17.0.0...0.oHK6KT6tLvo#imgcr=TktO6-dhYOqGKM

A vaidade como um atributo feminino é tido como um comportamento “natural” das mulheres. Ora, para conquistar os votos das mulheres de Cuité a prefeita Euda Fabiana, dentre outras estratégias, se utiliza do uso da vaidade como uso de rosas no cabelo, tiaras cor de rosa, camisas cor de rosa, maquilagem e sapatos de salto, durante e depois da campanha eleitoral. Concomitantemente tal estratégia contribui para firmar a identidade da prefeita, e por outro lado conquistar o eleitor.

Figura 8: Euda Fabiana durante comício eleitoral



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=CIvyWbnQGIWBwgT__aSgDA&q=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&oq=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&gs_l=psy-ab.3...345429.350420.0.350684.17.14.0.0.0.0.0.0.0...0...1.1.64.psy-ab..17.0.0...0.oHK6KT6tLvo#imgsrc=TktO6-dhYOqGKM:

Ao passo que assume tal comportamento na certeza que polariza as duas faces culturais, a prefeita gosta de ser vista como trabalhadora, capaz, como alguém importante pelo que faz. “O discurso que se reporta a um lugar feminino é também alusivo a imagens míticas, tais como guerreira, deusa da justiça, valente. São imagens que, transpostas para o terreno da política, funcionam como troféus” (BARREIRA, 1998, p. 152). E, além disso, mesmo que tente mostrar uma distinção feminina na política através da vaidade, se vale ao mesmo tempo para a conduta do masculino, pois comportamentos como “guerreira” e “capaz” são atributos pertencentes culturalmente ao homem e não à mulher, como defendem Irllys Barreira (2001) e Roger Gerard Swartzenberg (1978).

Figura 9: Euda Fabiana demonstrando “capacidade” de gestão



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbn=isch&sa=1&ei=CIvyWbnQGIWBwgT__aSgDA&q=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&oq=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&gs_l=psy-ab.3...345429.350420.0.350684.17.14.0.0.0.0.0.0.0.0...0...1.1.64.psy-ab..17.0.0...0.oHK6KT6tLvo#imgcr=TktO6-dhYOqGKM:

Argumentos como “quem ganha é quem tem serviço prestado” são comuns na fala da prefeita Euda Fabiana. Numa tentativa de tornar obscuro o jogo de interesses pessoais e políticos, a prefeita aciona o discurso tradicional do “ser mulher”, mas deixa transparecer as astúcias de poder. Pois, uma vez criticando determinados políticos da região fez coligação partidária com eles. Vejamos:

Concordo que quem ganha é quem tem serviço prestado [...]. E o poder econômico, lógico, ajuda né!? E você fica mais confortável. Agora quem decide realmente uma campanha é o trabalho, é o serviço prestado. Só o dinheiro não. Por que todas as duas campanhas eu disputei com o poder econômico muito grande, principalmente no primeiro mandato, eu tinha até medo e a resposta foi esta, era muito dinheiro! O PT mesmo trouxe Cássio Cunha Lima, era o governador na época. O poder estadual investiu muito. Todas as mídias, todas as pessoas que viviam finalmente, estavam todos juntos, a gente sentiu o nível da campanha. E a resposta foi o contrário, por que quem **tinha serviço prestado, quem estava junto com as pessoas éramos nós**. Não tínhamos dinheiro, não tínhamos poder econômico naquela campanha. (...) Foi uma campanha muito rica, o meu concorrente né, Tássio Pessoa, é hoje Secretário de Finanças do Estado. Na época ele era do PSB né, do 40. [...] Então o trabalho, a presença no município

conta muito hoje. (...) Eu recebi muita doação na minha campanha. **Foi uma campanha linda.** Foi com o povo mesmo. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

De forma tradicional, ao pensar a prática política, Euda Fabiana discorda do apoio econômico dado aos candidatos o que favorece uma disputa desigual. Mas contrariando o próprio argumento é a favor do benefício dado ao povo, não como uma troca de voto mas, “como uma forma de agradecimento aos eleitores”. Ora, dessa forma, a prefeita confirma as práticas tradicionais do fazer política, do assistencialismo dos grupos de interesses locais, o que talvez nos confirma a prática masculina da política. Pois, uma vez a mulher no poder público estaria reproduzindo as mesmas práticas dos homens quando assumem o poder.

Neste contexto, a prefeita continua, ao argumentar sobre o que é negativo e/ ou positivo na política:

Antes você poderia dar algo às pessoas. Eu lembro no tempo que meu pai dava um tecido, dava um chinelo, e não era proibido, quem tinha um almoço, um jantar para fazer na véspera da eleição, até forró tinha, eu me lembro bem pequenininha. Fazia um forró, matava um boi, almoçava na casa do meu avô, por exemplo, aí os outros vinham da zona rural almoçava no sítio dele, era uma coisa sadia. (...) Hoje não, foi proibido, mas não deixa de ter essa corrupção toda, a compra do voto. O eleitor chega pede, já é diferente, outro nível. **Então tudo isso ficou mais complicado, mais diferente.** (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso)

As práticas da política tradicional, pensadas pela prefeita, reproduzem as habituais práticas do poder político local. Nesta perspectiva, as estratégias de valorização do povo são acionadas, transformando a situação de agradecimento pelo “voto dado”, constituindo um espetáculo da política²⁰. Ora, o que confirma que não existe uma distinção entre o pensar e fazer política do homem e da mulher, pois pensado a política desta forma, a prefeita de Cuité estaria reproduzindo as habituais práticas políticas locais.

Ainda na segunda campanha para reeleição, a prefeita, enquanto candidata, passou por muitos constrangimentos pelo fato de não ter uma escolaridade de nível

²⁰ Ver Roger Gerard Swartzenberg (1978).

superior. Porém, se utilizando de uma performance de “mulher valente”, diz ter enfrentado os adversários numa condição de mulher indefesa, “enfrentou como podia para se defender das acusações e desmenti-los em público durante a campanha eleitoral”.

Neste sentido, aponta a prefeita o que os adversários diziam em público contra ela:

Que não tinha uma graduação que **eles eram doutores**: um era engenheiro, o segundo era advogado. O que tava apoiando o prefeito na época era médico. Os doutores, eles só falavam: é doutor Carlitos, é doutor Péricles, é doutor Jaime, é doutor, é doutor, doutor Diego era o vice, que era para me atingir. (...) **Ai eram muitos doutores que era para me atingir por que eu não tinha um Curso Superior e não era doutora**. E como era que eu iria dirigir? **Sentia um pouco, mas a gente fica triste**. Eu me sentia capaz de responder até mais do que eles, ai eu dizia: ‘Não sou doutor, mas tenho mais experiência do que eles, por que nenhum assumiu os cargos que eu já assumi, e você que mora fora, o que está fazendo aqui? Vocês vieram enganar! Não conhecem Cuité! Não conhecem a zona rural! Não conhecem os bairros! E ficam me humilhando, e ficam mostrando um Diploma, **mas eu vou ter meu povo um Diploma que jamais eles vão ter: um diploma dado por vocês!** Para mostrar que vim para trabalhar! (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

Na tentativa incessante de se defender das acusações e humilhações, Euda Fabiana mostra a capacidade de enfrentar os concorrentes, que de fato alguns não eram da cidade e eram tidos como “forasteiros”. Afirmando que não tinha medo de enfrentá-los, pois se orgulhava da autonomia que adquiriu durante a primeira gestão pública municipal.

E continua dizendo o seguinte, quando se referia aos adversários:

Você pode ter Diploma de engenheiro, de médico, do que for, **mas o diploma que o povo dá, quem vai ter sou eu**. Ai pronto... As acusações não colavam, porque eles estavam todos empregados na Prefeitura, ai eu desmentia tudinho: *E sua esposa que está com um cargo e não faz nada? E você?* (o povo) Você tem o mesmo grau de escolaridade que eu tenho, reflita! Não vote! Por quê eles só querem voto de doutor. Ai pronto, seu voto não vale de nada! Ai pronto, pêia! **Serve de que o anel no dedo e deixa acabar o hospital?** Não tá precisando de ‘doutor’ não, está precisando de quem trabalha e faça. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

As tristezas de uma candidata à prefeita foram transformadas posteriormente em alegria quando saiu vitoriosa, mas ainda fala com tristeza ao lembrar que foi considerada despreparada pelos adversários por não ter curso superior. A experiência no primeiro mandato de gestora do município favoreceu Euda Fabiana nos comportamentos e condução na política formal. A prefeita que não tinha experiência e saiu vitoriosa desde a primeira campanha em 2008, afirma que é muito difícil ser mulher política mas não é impossível. A vida privada e pública entram no mesmo jogo político, o que faz com que a mulher política tenha mais dificuldade por ficar durante muito tempo tentando se defender e mostrando qualidades que a enaltecem, quando o mais importante seriam as propostas de governo.

O discurso feminino na política como afirma Irllys Barreira (1998, p. 151) é:

Signatário de um lugar a ser construído que passa pelo enaltecimento de qualidades típicas da mulher e qualidades masculinas também presentes e, às vezes, postas como mais desenvolvidas na mulher, qualidades enfim diferenciadoras. É como se a qualidade tivesse que ser mostrada não somente nos feitos, como também no corpo, no coração e nas expressões de afeto – de corpo e alma.

Da mesma forma que as outras prefeitas entrevistadas, Euda Fabiana nos relatou ainda que teve de enfrentar intrigas por ser ex - primeira dama do município, devido seu marido ter assumido o cargo de prefeito duas vezes consecutivas em Cuité - PB. Diz que foi perdendo a paciência porque as pessoas relacionavam a sua imagem à do esposo, chegando a afirmar “Euda é Bado, Bado é Euda”. Em uma tentativa de desconstruir a imagem da candidata ao cargo de prefeita como sem autonomia e dependente do marido, que votando nela seria a mesma coisa que votar no esposo, mais conhecido como “Bado” no município e região. O esposo como não poderia mais se candidatar lançou a esposa “para ficar no lugar dele”.

A ausência de uma certa autonomia na “identidade política” provoca a sub-representação da mulher nos espaços de poder. A “entrada” da prefeita na política foi efetivada pelos laços de parentesco, ao contrário, de algumas mulheres quando conquistam o espaço público por meio de movimentos sociais. A identidade estigmatizada de “Euda é Bado” é reflexo da visão de que a mulher alcança a política partidária para fazer continuar o poder político do esposo.

Euda Fabiana não nega que aprendeu muito sobre política com a experiência do esposo. Orgulhosa de estar na política formal revela os números da última pesquisa realizada em agosto de 2015 sobre a liderança mais admirada de Cuité:

Somos nós dois, eu e ele (marido). Eu com 29% e ele com 23%. Ai ele diz “já passou de mim!””. Somos muito unidos, os dois. Ele me ajudou demais e eu ajudo ele demais. Ai pronto. Ai hoje eu pergunto, ai ele dizia: “você tá danada, aprendeu ligeiro, oh ai foi melhor do que num sei o quê”. Ai eu fui perdendo a timidez. A vivência, a vivência... (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15).

Apesar dos conflitos, Euda Fabiana se sente enaltecida e lisonjeada pela aceitação na cidade de Cuité, afirma que a presença da mulher na política é de suma importância para a sociedade porque a mulher tem contribuído muito. Acredita ser a mulher muito sensível com as causas sociais quando comparadas aos homens, capaz de realizar várias atividades ao mesmo tempo, coisa que o homem jamais conseguiria: “a mulher tem crescido muito, e tem uma contribuição muito grande, seja ela política, advogada, enfermeira. Tem avançado bastante, tem mudado muito”. (Entrevista com Euda Fabiana em 01/10/15).

Neste contexto, o conjunto de símbolos que se referem às qualidades culturais femininas e os atributos masculinos conferem a Prefeita um lugar social considerado muito importante, um lugar extraordinário. Como bem afirmou Céli Pinto (1987) ao defender a ideia de que a mulher quando na política ao se apropriar de atributos masculinos e unir com os femininos, considera o cargo que ocupa como magnífico.

Apesar de afirmar que aprendeu muito na política com os exemplos e ensinamentos do esposo, a prefeita diz que há uma diferença entre o homem e a mulher na prática política:

Eu acho que o homem, ele pensa menos. Ela pensa mais, é mais comedida. Ele executa, acredita em tudo né!? Eu tiro pelo meu (o esposo): às vezes aparece uma pessoa e conta uma história, ele acredita. Eu não! Eu penso, tenho que fiscalizar. E os homens eles acreditam em tudo. Por exemplo, se tiver um negócio para resolver hoje, o homem faz logo. Eu não! Eu prefiro esperar os 40 dias para resolver. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15).

Euda Fabiana também construiu um capital político²¹ durante sua trajetória pública:

Quando candidata à vereadora, ainda muito jovem, ainda estudante, tinha um serviço realmente prestado à comunidade. Eu atribuo ao trabalho, ao trabalho constante, atender às pessoas da zona rural, da zona urbana. [...] A vivência com as pessoas, aquela atenção. Eu atribuo à isto: a presença, ao contato. Trabalho realmente, uma dedicação toda hora. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15).

A falta de experiência política fez a prefeita “ousar” para conquistar a confiança dos cuiteenses, passou a dialogar com as pessoas nas ruas e ficar mais perto do povo:

Sofri na primeira campanha para Prefeita. O senhor lá do assentamento disse ‘oh minha fia isso não é lugar de mulher, lutar contra os doutor’. Eu disse: ‘pois vou voltar aqui e vou mostrar ao senhor que eu venho como Prefeita. Outro homem disse: ‘eu vou votar lá numa mulher!’ ‘Pois, eu vou ganhar e vou vir aqui mostrar ao senhor. E na segunda feira eu fui’. Ele disse: ‘Não, mas a senhora mostrou que sabe. Fez aqui no assentamento’. Reformei uma creche, construí uma escola, posto, estrada, tudo bem bacana. Ai eu voltei lá, tudo, ai o velhinho falou: ‘Eita **a senhora mostrou que sabe fazer**’. [...] Por quê naquele tempo eu num acreditei na senhora não. Por que o povo falava muito no doutor’. Eu sou muito da tese de que não se impõe voto. O voto é conquistado. Tem que conquistar com trabalho, lealdade. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

Euda Fabiana inicia sua “entrada” na política partidária como uma conquista e ao mesmo tempo um desafio. O fato de alguns cuiteenses não acreditarem na capacidade dela como candidata, a envaidece ao informar que venceu a campanha eleitoral para “os doutores da Cidade”. A fala “a senhora mostrou que sabe fazer” retoma ao que Irlys Barreira (1998) menciona como provações de competências, ou seja, para inserir-se na política ela teria que passar por provas de competências, que por sua vez estão relacionadas culturalmente às diferenças de sexo.

Irlys Barreira (1998, p. 107 – 108) enfatiza a ideia de que as mulheres na política fazem parte de um ritual simbólico cuja distinção entre o masculino e feminino são perceptíveis:

²¹ Ver Bourdieu (2011).

(...) As mulheres portam um capital simbólico constituído por dotes pessoais naturalizados e transformados em capital político. É possível também deduzir que as campanhas políticas ritualizam antigos conflitos da sociedade, envolvendo as lutas simbólicas entre os sexos.

A trajetória de Euda Fabiana na política, as campanhas eleitorais que participou, a diferenciação da masculina, segundo a prefeita. Pois, sua participação na política apresenta um conjunto simbólico voltado para o “mundo feminino”, justificando que não pertence ao lado “sujo” da política, sendo “portadora da verdade”, da sensibilidade.

Ora, como bem afirmou Pinheiro (2007), o discurso da sensibilidade e da verdade é comum na fala das mulheres políticas, que veem no campo do poder um espaço para expressar um diferencial positivo. Inclusive a inexperiência das mulheres na vida pública denota uma postura positiva tendo em vista que estariam afastadas da política tradicional masculina que é marcada, muitas vezes, pelas práticas desonestas e pelo descaso público. Não obstante, sabemos que tais singularidades não se aplicam. A corrupção é uma prática que pode vir a ser acionada a qualquer um dos gêneros.

Assim, como a maior parte das prefeitas, o recurso ao sentimento é explorado como forma, talvez, de firmar uma identidade política. Euda Fabiana também menciona a sensibilidade para a política, a autenticidade, a coragem, a garra, como valores imprescindíveis na sua gestão. Aciona-se o uso dos sentimentos como mérito pessoal e político para governar uma cidade.

Há prefeitas que dizem não enfrentar preconceitos na política é o caso de Luzinete Costa (PSB) de Barra de São Miguel – PB. Porém, confessa que enfrentou conflitos como calúnias e foi vista como forasteira porque não é “filha da cidade” onde é gestora, uma vez que “veio de uma região distante”. Diante disso, afirma que o trabalho justo e honesto contribuiu para que fosse “bem aceita no município”, sendo considerada “capaz e heroína” diante das circunstâncias da realidade local.

Figura 10: A prefeita Luzinectt Costa



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=a4zyWe6sFYuowASvy5TgAw&q=prefeita+luzinectt+costa+-+barra+de+são+miguel&oq=prefeita+luzinectt+costa+-+barra+de+são+miguel&gs_l=psy-ab.3...204519.215715.0.215913.41.28.0.0.0.740.2977.2-1j1j1j2j1.6.0....0...1.1.64.psy-ab..35.0.0....0.0OL-85n6vu8

Irlys Barreira (1998, p. 151) argumenta que “a participação das mulheres na política é, assim, sinalizada pela construção de um espaço de reconhecimento que demanda provas de competência e reversão de estigmas culturalmente sedimentados”. Neste sentido, Luzinectt Costa acredita que é importante demonstrar a capacidade de gerir a cidade, buscar o que interessa para o município e não se considerar uma pessoa frágil. A prefeita considera-se uma líder na cidade de Barra de São Miguel, pois acredita que conseguiu organizar a cidade e conquistar a opinião pública de forma amigável. Assim, afirma a prefeita:

Quem não pensa, quem tem muita vaidade, muita potência, muito orgulho, muitas vezes isso não é favorável na política, para a formação de aliança, para conquistar parceiros, para formador de opinião, são valores inevitáveis e você não pode ser prepotente e **você não pode se prender à fragilidade do ser mulher**. Tem umas que gostam para sentirmos pena. Não! **Eu gosto de ser líder!** Então eu ficava pela minha qualidade de fortaleza (...). Então, as pessoas dizem

que eu sou uma máquina de adquirir benefícios para o Município. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15, grifo nosso).

Luzinectt Costa nasceu em 1948 em Campo Grande, Mato Grosso. Somente depois da vida adulta foi para São Paulo em busca de novos negócios. Na capital paulistana conheceu o paraibano Francisco Costa, fazendeiro da cidade de Barra de São Miguel - PB. Ainda em São Paulo casaram e tiveram três filhos, duas meninas e um menino, este último nasceu especial, o que fez a família migrar para o interior da Paraíba que, segundo a prefeita, era um lugar melhor para cuidar do filho.

Foi em Barra de São Miguel que encontrou a “saída” para viver com o filho, que precisava de muita atenção da família, pois tornou-se um adulto dependente. Mas, como também tinha negócios em Recife, Luzinectt Costa sempre viajava entre a capital pernambucana e o interior da Paraíba. Vejamos como relata sua trajetória:

Como a gente adquiriu três mil hectares de terra aqui, trabalho, o marido fazendeiro, a gente com comércio em Recife, educando os filhos né, ele era natural daqui, consegui fazer meu filho andar com escolas, por que as escolas eram muito pouco, escolas especializadas para especiais, sabe? E depois de ter encaminhado os filhos em 1998 passei a ficar mais aqui em Barra por que eu tenho residência aqui. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

Em 2005 Luzinectt Costa assumiu o cargo de vice prefeita na gestão do cunhado, irmão do esposo. Este, quando afastado da gestão municipal por improbidade administrativa, possibilitou que ela assumisse a Prefeitura durante cinco meses. Já em 2008 Luzinectt Costa lançou candidatura própria pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, tornou-se a primeira prefeita do município de Barra de São Miguel, aos 59 anos de idade. Antes de assumir qualquer cargo público, a prefeita havia idealizado no município a Fundação Assistencial São Miguel, afirmando que o objetivo era melhorar a qualidade de vida das pessoas carentes através de doações da própria comunidade. Acredita que o trabalho realizado na Fundação a impulsionou para a política formal. Naquele momento, havia rompido a relação partidária com o cunhado, lançando-se de forma “independente” na política do município.

Evidentemente que a idealização da Fundação Assistencial São Miguel foi uma “manobra” para angariar o gosto público e se fazer aparecer na política como uma

construção da imagem pública. A intenção da prefeita está relacionado aquilo que Swartzenberg (1978) chamou de política de personagens, em que a imagem pública é a principal preocupação a fim de ganhar aceitabilidade por parte da sociedade ou público alvo.

Para Maria Helena Weber (1996) a construção da imagem é controlada pela construção diária de uma imagem que envolve vários elementos dentre eles uma postura moral e ética. Como prefeita do município Luzinectt Costa não se considera “a maior gestora”, mas sim uma “administradora”. Acredita que quem assume um cargo dessa natureza está para administrar e não para ser uma pessoa política de “holofotes”. Assim, ela se expressou:

Bom, hoje estou como política através da nomeação como Prefeita, **administradora**, administradora maior do Município, sabe como é as coisas, você sabe a vida é muito dinâmica né. Se eu vou adiante nesta carreira o futuro à Deus pertence, nesse trabalho, nessa mesa aqui, pelo trabalho empregado na minha cidade, é possa ser possível. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15, grifo nosso).

Na primeira campanha eleitoral confessa que não teve muito apoio do esposo, embora ele acreditasse em seu potencial, ao contrário dos filhos que sempre apoiaram a candidatura da mãe. Luzinectt Costa ainda afirma que fica feliz porque os filhos se orgulham e a admiram, apreciam o seu trabalho, o desenvolvimento que ela proporciona à cidade, a dedicação que tem na gestão pública. Estes são atributos positivos que somados aos resultados eleitorais os deixam orgulhosos: em 2008 a prefeita venceu as Eleições com 2.513 votos, já em 2012 foi reeleita com 3.013 votos. “(...) O bom ou o mau desempenho atua como medida de credibilidade ou descredibilidade, afirmando ou negando a capacidade de uma categoria social colocada ainda na política na condição de estreante em estado probatório” (BARREIRA, 1998, p. 153).

Sobre as campanhas eleitorais que passou, aponta que a primeira, em 2008, foi aquela que mais gostou. Por que, de fato, “era um sonho que iria realizar”. Apesar do desgaste físico e psicológico de uma campanha complicada venceu as Eleições com 68% dos votos. Acredita que na primeira disputa eleitoral o povo queria mudança, inovação, por isso pensa ter sido este o motivo da vitória nas Eleições. Atrelado a este sentimento de mudança e transformação social, diz que a política tem um significado muito importante dependendo de como é pensada:

A política é uma arma poderosa quando ela é vista da forma como ela é. O que é a política? A política é, vamos fazer uma arma para que você possa executar as coisas de forma correta, tentar dá qualidade de vida às pessoas, não é? É uma arma poderosa. É algo que se criou. Política existe, em todos os segmentos da nossa vida tem política, tem na Igreja, partidos, tem no governo, em todos as situações tem política. Que na verdade é o desenvolvimento das pessoas. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15, grifo nosso).

O argumento de que a “política é uma arma poderosa” conota a ideia de que é uma ferramenta de poder cuja extensão é avassaladora para a sociedade, podendo trazer consequências positivas ou negativas. Ou seja, é muito importante a política formal e fazer parte dela também. Ora, a figura política representa o que sente, o que lhe atribui a crença é a representação do seu sentimento. Sendo assim, o líder político obtém credibilidade pelo que é e pelas ideias que defende. Nisso, as pessoas mantêm com as figuras políticas relações de identidade, “consumindo as intenções e sentimentos que lhe são apresentados”. (CARVALHO, 2003, p, 135).

Figura 11: Luzinectt Costa em reunião com o Governo do Estado paraibano, Ricardo Coutinho



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=a4zyWe6sFYuowASvy5TgAw&q=prefeita+luzinectt+costa+-+barra+de+são+miguel&oq=prefeita+luzinectt+costa+-+barra+de+são+miguel&gs_l=psy-ab.3...204519.215715.0.215913.41.28.0.0.0.740.2977.2-1j1j1j2j1.6.0....0...1.1.64.psy-ab..35.0.0....0.0OL-85n6vu8

De modo incisivo Luzinectt Costa se mostra uma prefeita que enfrenta a realidade e afirma que a política hoje tem poucas mulheres porque elas não procuram a prática política, elas não têm interesse pela política partidária: “nós temos que despertar o interesse da mulher na política”. Enquanto considera sua atuação na gestão pública muito mais como administradora e menos política, a prefeita revela como que uma “fórmula” a aceitabilidade pública da sua pessoa enquanto gestora da cidade. Esse argumento pode ser percebido a seguir:

Eu ainda quero aparecer na administração, por que eu sou uma administradora (...). Mas Deus me deu o dom de ser política, por que aquele vem só para administrar, ele só ganha uma vez. **Você tem que dosar entre a administração e a política e se você fizer só política você também só ganha uma vez**, por que aquele que não aceitar a política assistencialista ele não vai, ele aceita o desenvolvimento. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15, grifo nosso).

A prefeita acredita que o gestor público agindo de forma “política” é, de fato, um formador de opinião, que muitas vezes se utiliza do assistencialismo para se promover. Sendo a “política” uma forma superficial de administrar a cidade e maquiagem a realidade. Assim, o administrador deve criar condições para a população, tais como: o trabalho, a saúde, a educação, ou seja, condições que conformem na dignidade humana.

A participação das mulheres na política se apresenta como uma conversão de um determinado problema social, em que os anseios do mundo privado se estendem para a esfera pública, a mulher teria o poder de cuidar do público assim como cuida da vida privada. A percepção do poder como um espaço de conflitos e divisões fornece a esta mulher o papel de tornar possível a sociedade, de melhorar as condições sociais coletivas.

As representações de que caberiam às mulheres se inserir na política para alterá-la, sendo elas consideradas “puras” para assumir cargos políticos, imobilizam inúmeras possibilidades de compreender as transformações na esfera política, impulsionadas pela entrada desse novo agente. Luana Pinheiro (2007, p. 21) assevera que não há nada que garanta que a maior presença feminina signifique maior defesa dos interesses femininos. Pelo contrário, por essa lógica ocorre a naturalização de um fenômeno que é socialmente construído e mesmo que demonstrem maior participação em áreas de maior vulnerabilidade da sociedade e aos papéis que exercem dentro da esfera privada. Isso

não significa absolutamente que exista uma espécie de “vocação inata” para a política formal.

A presença das mulheres na política “impõe limites aos acenos simultâneos de cumplicidade e adesão dirigidos à categoria mulheres. Em tais circunstâncias, prevalece a tentativa de formulação de um lugar diferenciado: a gestão da singularidade” (BARREIRA, 1998, p. 59). Ou seja, de que as mulheres teriam um modo distinto de governar quando comparadas aos homens.

Ideias como estas também podem ser percebidas na representação social da prefeita de Monteiro – PB, Ednacé Henrique, que ao colocar suas percepções sobre a política também reporta um discurso para um lugar específico do feminino na política. A trajetória que percorreu durante a vida privada coincide com o argumento de que estar na política é resultado de uma dimensão religiosa, de fé, de um modo diferente de estar e fazer política.

Natural de Central, interior da Bahia, Ednacé Henrique, mais conhecida popularmente como Edna de Monteiro, se envaidece ao afirmar que é a segunda maior garimpeira do Brasil. No interior da Bahia conviveu com as grandes plantações de feijão da família que tem tradição neste tipo de comércio. Filha de mãe paraibana e pai rio-grandense do norte, ainda pequena, foram para a Paraíba onde foi criada na cidade de Souza, Sertão do Estado.

Porém, o pai de Ednacé Henrique viveu um curto período de tempo na região baiana, aproximadamente um ano e meio, pois não se identificou com a atividade de trabalhar com a safra de feijão na região, retornando para a Paraíba. No Estado paraibano voltou a se dedicar ao garimpo, continuando um trabalho que já tinha com pedras semi preciosas. Após o falecimento do pai, Ednacé Henrique assume os negócios do garimpo e das fazendas dele, e afirma ter feito “bons negócios” tendo em vista que está “dando certo até hoje”.

Formada no Bacharelado em Direito, policial civil, foi delegada da Delegacia da Mulher em João Pessoa durante 35 anos. Antes de ser delegada foi escritã da polícia, além disso, foi também superintendente da mesma área, assumindo cargos como coordenadora adjunta e coordenadora titular. O que na visão dela foi uma grande experiência e um ensinamento muito rico para a vida.

Hoje, mãe de oito filhos e esposa de deputado estadual²², entrou na política formal aos 50 anos de idade e afirma que isto não estava no projeto de vida dela. Em outras palavras, não projetou ser mulher política. A prefeita acredita que Deus tinha este projeto na vida da família e do pai dela. A mãe era doméstica, proibida de estudar e trabalhar, mesmo assim ainda fez um Curso de magistério mas não atuou na área. Ednacé Henrique afirma que o pai era muito machista e se dedicava ao sustento da casa, na visão dele a mulher teria que ficar em casa cuidando dos oito filhos, enquanto o homem teria que sair para trabalhar. Contrariando a tradição cultural do pai, Ednacé Henrique insistiu nos estudos e negócios conquistando independência econômica e pessoal.

Figura 12: A prefeita Ednacé Henrique



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbn=isch&sa=1&ei=RY3yWeiAJoGVwAT7vKegAw&q=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&oq=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&gs_l=psy-ab.3...110831.119349.0.119617.35.23.1.0.0.0.255.255.2-1.1.0...0...1.1.64.psy-ab..33.2.257...0i8i30k1.0.cLjIPOIJINM#imgsrc=xykkekv-Y_zKUM:

A prefeita, durante a nossa conversa, insistiu na afirmação de que é uma pessoa muito espirituosa, “que trabalha o lado espiritual constantemente”, considera que os

²² Casada com João Henrique há 39 anos, um político da cidade de Monteiro que foi eleito três vezes para Deputado Estadual pelo DEM. Foi oficial reformado da Política Militar da Paraíba e também graduou - se em Direito, sendo Delegado de Homicídios em João Pessoa – PB. Informações retiradas do endereço eletrônico: <http://www.al.pb.gov.br/deputados/joao-henrique>.

valores como o sentimento e o respeito mútuo estão acima de tudo, principalmente da política em que há muita “coisa errada”.

Muito antes de ser prefeita afirma ter construído um capital político e uma imagem de uma pessoa pública, quando na fazenda da família, na cidade paraibana chamada Salgadinho, idealizou e construiu o Clube de Mães. Ao perceber que na pequena cidade do interior havia muitas mulheres ociosas, pensou em um Clube para que as mulheres daquele município se dedicassem a alguma ação social durante o tempo livre. A partir destas atividades a que se dedicava passou a ser conhecida na cidade como uma mulher muito importante para o povo:

Então o povo dizia **fala com a doutora**, fale ali com a doutora que ela resolve. Alguém por alguma necessidade vai lá que a doutora ajuda. **Eu sei que foi acontecendo e as pessoas começaram a achar que eu estava fazendo alguma coisa motivada por política**, porque, principalmente porque as pessoas queridas aparecem e ficam dizendo: **você que deveria ser a vereadora, você que deveria ser política**. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Expressões como “doutora” conota um símbolo pertinente em nossa cultura ao chamar “o outro” considerado como superior cultural, econômico e politicamente. A prefeita afirma que desde criança já gostava de ajudar as pessoas porque se sentia realizada com isso. Consequentemente afirma que nunca fez política por dinheiro, pois “tem condições financeiras suficientes para viver em paz, não precisando de se aproveitar do dinheiro público”. Aponta o seguinte:

Desde criança quando meu pai me dava dinheiro de comprar o lanche eu guardava e comprava cal (tinta branca) para nos finais de semana, eu com sete, oit anos de idade, eu ir pintar as casas das pessoas que eu achava que não tinha condições, que eu achava pobre. (...) Passou na minha cabeça que ela precisava de uma ‘cara limpa e bonita’. Como eu podia pintar, eu pegava as casas de taipa mesmo e ia pintar de cal. Mas eu achava linda, porque ficava linda e realmente né!? Ai eu sei que eu vim para São José da Batalha neste sentido e já tinha esse perfil de gostar de ajudar, de gostar de escutar. (...) Era sempre assim, eu nunca tive um olhar voltado para a política partidária. Até podia ser para as políticas públicas sociais, mas para essas daí, nunca, né. E ficava assim: “vai ser a prefeita”. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Para Irllys Barreira (2008, p. 51) este tipo de linguagem evoca uma representação voltada para o desempenho com foco em objetivos a serem alcançados. Quando a prefeita pontua “desde criança” relaciona uma ideia de que “a política fosse fruto de uma tendência revelada desde a tenra idade”. Que estava no íntimo desde sempre a preocupação com o mundo social, com as desigualdades, que existe uma vocação natural “desde criança”.

O exercício da política não se efetiva pelo uso da força é o simbólico que a substitui, atuando desta forma como elemento fundamental. O simbólico provoca a presença do poder na vida cotidiana das instituições, funcionando como forma de rememoração. O uso dos símbolos não é algo que se acrescenta na prática política, pois o real e o simbólico constituem instâncias articuladas de uma mesma totalidade, evocando uma tradição já construída desde Durkheim, segundo a qual “as crenças são partes constitutivas da vida social” (BARREIRA, 1998, p. 43).

Mostrando - se preocupada naquele tempo com a situação das pessoas da cidade de Salgadinho, especificamente no distrito chamado São José da Batalha, Ednacé Henrique afirma que não fazia parte da sua vida pensar na política formal, que o incentivo maior foi de Deus e depois do seu esposo, que enquanto político e residente da cidade de Monteiro candidatou-se a prefeito em 2004 mas não teve êxito, e anos depois, em 2008, a cogitou para candidatar-se à prefeita da cidade.

Neste ínterim de ser cogitada a aceitar a candidatura de prefeita de Monteiro em 2008, Ednacé Henrique não sabia como reagir, pois não desejava “entrar” na política. No entanto, sendo uma pessoa muito espirituosa procurou um padre da cidade para pedir ajuda:

Padre João o que é isso?: As pessoas estão confundindo os meus sentimentos, o meu jeito de ser, a minha característica não é de ser política, por que eu não suportaria. Eu gosto de fazer as minhas coisas, aquilo que eu quero e aquilo que eu gosto. Eu não gosto de ser forçada a nada e dizia que política não é legal, que tem isso, que tem aquilo, coisas que eu não poderia aceitar nunca por que não caberia no meu perfil. (...) Ai ele disse: ‘Olhe O Senhor dará o destino’. **E eu orando, teve um dia que eu comunguei, eu chorando, estavam forçando a barra mesmo.** João Henrique foi convidado para ser candidato aqui em Monteiro e ele disse: “você não quer ser, mas eu já fui convidado”. E eu dizia: “Senhor Tú já me deu a resposta”. Eu queria a forma que eu saísse, e eu saí me mostrando outra coisa. Incrível dentro de 15 dias eu obtive esta resposta. Ai pronto eu disse: “pronto eu posso trabalhar

para você” (o esposo). (...) Ai eu sei que ele veio, foram oito meses de trabalho e a gente não alcançou o objetivo em 2003. Ai quando foi em 2006 ele disse: “como é? Vamos embora da cidade? Ou você quer continuar?”. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

A prefeita não nega que resistiu a ideia de participar da política formal, que ficou angustiada com esta possibilidade, e não aceitava assumir a candidatura para a prefeitura da cidade. A “política” não era como ela almejava, imaginava, tinha algo que não concordava nem comungava, por isso que não pretendia fazer parte deste poder. Segundo a prefeita, ela mesma teve que pedir discernimento e ajuda divina para poder decidir algo, foi quando procurou o Padre da cidade e rezou muito pedindo ajuda à Deus. Vejamos na fala que segue:

Então, no dia em que ele se candidatou à deputado, as pessoas já falaram meu nome: “A Prefeita”! Ah Meu Deus o que isso em minha vida? E eu dizia: “não, não, não”. Ai a gente foi trabalhar dentre os dois anos, né! Por que é agora dois nas Eleições. E eu: “não”. **Eu faço do meu coração, dos meus sentimentos**, como até hoje eu trabalho com ele. E eu sei que terminou José Henrique lançando um nome, dizendo “não! vai ser você!”, e eu dizendo: “eu não vou!”. “A não ser que seja Nossa Senhora”. **Você vai por que é coisa divina**, o projeto é este e você não vai fugir’. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Ednacé Henrique demorou para aceitar a ideia de candidatar-se. Estava esperando um “anúncio divino”, uma revelação. E enquanto isso não acontecia, ela planejava alguns trabalhos junto com o povo, principalmente com as mulheres da cidade de Monteiro. A exemplo do Clube de Mães que criou na cidade em 2004, asseverou que este não era atividade de politicagem, era uma ação social que ela tinha o prazer de realizar de forma independente:

(...) E eu dizia: “não tem negócio de política aqui, **temos que criar um sentimento, um sentimento de amor**, de a gente querer fazer alguma coisa pelo nosso semelhante, mesmo olhar sem olhar a quem, e mesmo sem olhar àquele lotado por que eu faço por que tenho obrigação, **aprender a fazer por amor**”. Então eu inventei este trabalho de política em momento político. Então foi uns quatro meses que eu me liberei, então você **tem um olhar mais diferenciado, um olhar como ser humano**. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

A preocupação da prefeita reside no campo do indivíduo, na pessoa do ser humano. Trabalhar para criar laços afetivos era primordial para o bom desempenho do grupo, das pessoas. Ednacé Henrique não gostaria de ser vista como uma personagem da política, de um partido específico, gostaria de ser reconhecida pela atuação que exerce, como uma amiga.

Em junho de 2008 as estratégias políticas para as Eleições já tinham começado e Ednacé Henrique ainda não tinha dado uma resposta para o Partido e nem para o esposo que esperava a decisão dela. Afirma que as pessoas de Monteiro e os adversários diziam que isto era estratégia dela e do marido para causar expectativa e não gastar verbas na campanha eleitoral.

Mas, a “revelação divina” aconteceu e Ednacé Henrique aceitou a candidatura para prefeita de Monteiro, pois acredita que a resposta que recebeu foi um milagre de Deus. Vejamos o argumento da prefeita sobre isso:

Ai eu sonhei, em São Paulo, só que um sonho, só sonhando, no final, a minha Intercessora na política é Maria Aparecida, mas ficou na minha vida como Guia, Nossa Senhora da Guia. E Ela apareceu e disse: “Não, você vai ser”. Era uma senhora de cabelos brancos, e depois me entregava um santo e Ela dizia: “Você vai passar por muitas dificuldades, por muitos problemas, muita coisa, você vai passar por coisas para desistir”. Mas, Ela entrega um ramallete e dizia: “Não desista”. E sempre recebi, sempre muitas flores, e eu dizia assim: “não deve ser por causa de D. Darci, que todos os dias chegava com flores lá em casa, e eu tive o sonho e vi que realmente: estava ali o que eu iria enfrentar”. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Após revelar que teve um “sonho divino”, a prefeita afirma que aceitou ser candidata em 2008 ao cargo do executivo municipal, “mas fez tudo por sentimento e amor, e não por interesses políticos”. Aponta que por ser mulher tem mais sensibilidade de ver a coisa pública, e que as mulheres são abençoadas por Deus. “Foi um projeto de João Henrique, filho de Monteiro, eu estar aqui. Primeiro Deus, segundo o dele”, e acrescentou:

Enfrentei. E era motivo de desistir mesmo. E mesmo que já tinha um pouco de (...). Já tinha colocado a empresa de meu pai pra frente, deu tudo certo como boa administradora. Mas, o privado e o público é muito diferente, né!? É muito diferente. Mas quando entrei (No

Gabinete da Prefeitura) que eu olhei assim, eu disse: **“onde é que eu to, meu Pai Todo Poderoso? Olha onde eu estou. Que dívida é essa que eu peguei nesse município?”**. Não tinha nem Gabinete. Nem um Gabinete tinha. Aqui (Gabinete da Prefeitura) era um Museu. Ai eu falei: **“Misericórdia, por onde eu começo?”**. Acredito demais. Acredito não. **Eu tinha certeza absoluta porque tudo que aconteceu eu fiz, mas antes de tudo tinha sabedoria de Deus. Sabedoria Divina**, que me fez e me faz ultrapassar tudo, e o equilíbrio emocional, que é o meu espiritual, por isso que eu trabalho muito o meu espiritual. (...) **Eu quero que Deus me faça escutar ou ver**. Eu quero que Deus faça uma gotinha, minha parte. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Ednacé Henrique nos afirmou ser uma administradora e não uma mulher política. Muito preocupada com a “dívida” que adquiriu que é gerir o município, complementou defendendo que a administração e a gestão dizem muito de um político. Vejamos:

Eu não sou nenhuma política. Absolutamente. Por que não entra, não faz o meu perfil. **Faz o do meu esposo**, mas o meu não faz. Eu sei que quando veio para mim, **eu estou sendo uma boa administradora**, fluir, eu estou enxergando como a população diz para mim. E as coisas vão fluindo. E eu acho que é verdade, por que tudo, principalmente as mulheres. **Todos nós que somos seres humanos somos abençoados, principalmente, as mulheres. Elas são bem mais abençoadas**. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

A prática espetacular de cada figura política é neste contexto uma prática dramática (BALANDIER, 1982), isto é, um conjunto de encenações ou um jogo de encenações. Dessa forma, o sistema político espetacular insistiu mecanismos de produção de sentido influenciado pelo imaginário. “O imaginário ilumina pois o fenômeno político”. (BALANDIER, 1982, p. 07). O real é assim influenciado pelo imaginário que se tenta constituir: “todo sistema de poder é um dispositivo destinado a produzir efeitos”. O desempenho, portanto dos agentes políticos colabora para a manutenção do poder, pois “o grande ator político comanda o real através do imaginário” (BALANDIER, 1982, p. 06).

Figura 13: Ednacé Henrique comemorando com a comunidade o dia das mães



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=RY3yWeiAJoGVwAT7vKegAw&q=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&oq=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&gs_l=psy-ab.3...110831.119349.0.119617.35.23.1.0.0.0.255.255.2-1.1.0....0...1.1.64.psy-ab..33.2.257...0i8i30k1.0.cLjIPOIJINM#imgsrc=xykkekv-Y_zKUM

Nesta percepção da ação política através da fé religiosa, a imaginação concretiza o uso exacerbado dos sentimentos na política. Vejamos como menciona Ednacé Henrique:

(...) Dizem que neurônios os homens tem muito mais que as mulheres, mas parece que as mulheres tem muito mais do que os homens. Eu acho que é complicado, mais ou menos por isso. **Então minha história, o foco maior da minha política é trabalhar com os sentimentos.** Ele é o foco maior. Eu até me sinto assim: no dia em que eu não satisfaço ou não atendo, por que as pessoas às vezes buscam, eu não tenho às vezes condições, e aqui a Prefeitura não é minha. Além de ser do povo, ele é regido e fiscalizado por vários órgãos. E tem coisa que a gente não pode fazer e é ilegal. E a gente tem que legalizar, principalmente, eu que sou do Direito e a gente tem que saber até onde pode e até onde não pode. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

A sensibilidade da mulher aparece como uma qualidade fundamental para trabalhar com o que é público. As mulheres teriam características que até então os homens não teriam, como: sentimentos, afeto, honestidade. Para a prefeita a participação da mulher na política tem um diferencial, que é perceptível diante das

ações delas mesmas. Evidentemente que tal ideia entra em contradição quando trazemos à tona histórias de mulheres políticas que perderam seus cargos por improbidade administrativa, a exemplo da governadora Roseana Sarney (PMDB) no estado do Maranhão em 2009 e da prefeita Francisca Motta (PMDB) na cidade de Patos - PB em 2015, entre outros.

Ednacé Henrique se orgulha com os resultados das Eleições e coloca a espiritualidade como principal ferramenta da sua trajetória política: em 2008 foi eleita com 9.315 votos pelo PSDB, votação correspondente à 54,09 % dos votos, e foi reeleita com 9.260 votos em 2012, o que corresponde à 51,70% do votos válidos. Observemos como argumentou a prefeita:

Eu fazia a coisa acontecer, e o foco maior não tinha por onde correr: **espiritualidade**. São os meus sentimentos **como eu sei que todas as mulheres tem esse sentimento** que assim, a olho nu, toda mulher trabalha sim, e é por isso que dá certo, né?! **Por que sentimento significa o dom que Deus nos dá enquanto mulher, mãe**. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Irllys Barreira (2004) em “*A expressão dos sentimentos na política*”, enfatiza que o uso dos sentimentos no cenário eleitoral ao fazer parte da disputa simbólica inclui a atribuição de manipulação ou autenticidade entre os candidatos. A emoção faz parte das regras sociais e dos jogos políticos, este processo cede espaço para a construção de valores através de tais atributos psicológicos. As expressões e sentimentos na política constituem para Mauss (*apud* Barreira 2003) expressões da vida social, estas reveladas através do ritual. O dado declarado é a manipulação social dos sentimentos, reveladora do contexto das normas.

Podemos observar também o uso dos sentimentos na letra de música da campanha eleitoral em 2012 de Ednacé Henrique:

Eu tenho uma prefeita que não faz nada à toa/ **trabalha muito** em Monteiro e sempre ajuda as pessoas/ **ô mulher boa**/ O povo pede ela faz, **abraça qualquer pessoa**, respeita o grande e o pequeno, empregado, a patroa, ô mulher boa/ Eita que essa trabalha/ isso é 45, essa é minha prefeita, é a nossa prefeita, Edna Henrique/ O outro lado parece uma abelha, que magoa e ferroa/ é inveja e desespero/ mas a gente lhe perdoa, ô mulher boa. (Música de Campanha Eleitoral em 2012 de Ednacé Henrique, grifo nosso).

Discussão análoga a esta se relaciona a de Abu Lughod, também citada por Barreira (2003), que por sua vez considerou os sentimentos como uma naturalidade essencial à conduta humana. Os pesquisadores perceberam as emoções como um discurso que afetam a vida social. Tais emoções e sentimentos são fatos sociais que se explicitam através da linguagem. “A expressão das emoções e sentimentos que parecem à primeira vista espontâneas ou individuais circunscreve-se a um contexto cultural de referência” (BARREIRA, 2003, p, 70).

A sociedade transformada em um grande sistema psíquico, na expressão de Sennet (1999), realizaria uma travessia de códigos, emprestando credibilidade ao político pelo tipo de *homem que é* e não por ações ou programas que defende. Uma figura pública, no contexto de um espaço público esvaziado, deveria apresentar aos outros “aquilo que sente”, sendo essa representação sobre seu sentimento o móvel que suscitaria credibilidade. (BARREIRA, 2004, p, 82).

A afirmação “eu sou fã de mulher” demonstra a satisfação de Ednacé Henrique ao administrar a cidade, além disso por ser uma “mulher pública”. A prefeita ainda ressalta que existe um diferencial entre o papel político exercido pelo homem e pela mulher. Porque a mulher ela é “diferente”, assim continua:

A mulher é mais capaz que o homem. A mulher tem um outro olhar. O homem tem outra coisa, o homem é mais focado no que ele é: chefe. E chefe numa coisa só. Pronto! Eu estou aqui no escritório e minha chefe é, estar aqui, ele nunca vai pensar que tem outro. Então, a mulher ela tem isto tudo que ela faz, ela foca. **Ela faz com olhar diferenciado.** (...) A nossa fragilidade é que nós liberamos, nos chama de frágeis, mas somos pessoas mais fortes, nós somos muito mais fortes do que os homens, em todos os sentidos, por quê? Por que nós sabemos liberar, nós temos a liberdade, a verdade dentro da gente, pra gente dizer. É tanto que Maria passou a trilha Dela para salvar o Filho. Então, estamos com a verdade, **a gente não mente, o homem mente**, ele ama ama ama e engole. A gente não. A gente bota pra fora. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

À medida que Ednacé Henrique afirma que aprendia sobre política aprendia sobre si mesma, pois trabalhava com o sentimento interior. Descobria que o modo de

fazer política enquanto mulher era diferente do modo de fazer política dos homens. Para ela, as mulheres trabalham de forma sensível ao passo que os homens de forma muito racional, a ponto de não se sensibilizarem com as mazelas sociais do outro.

Durante as reuniões com o grupo político o qual trabalhava, a prefeita enfatiza que passava esses ensinamentos para os demais. Assim coloca:

Eu fazia reuniões, mas reuniões que ninguém alimentasse o que vinha de lá (adversários). Então, “tá chamando de ladrão?”. Falar de coisas que atingissem a moral? Não. O que eles (adversários) queriam é que houvesse um descontrole, mas a gente tava sempre reunido. Toda semana eu dava uma aula de, eu dizia **“minha gente o que está à frente da nossa campanha é Deus. Deus não falha com ninguém. Se eu estou aqui pela vontade Dele.** Então não vamos buscar absolutamente conflito para gerar (...). Diante do que nós estamos buscando. O adversário quer isso”. Ai eu sempre falei: “me diga uma coisa quem é sempre o adversário de Deus? Por um acaso Ele tem? Deus tem adversário?” Tem! “Ah, então quem são vocês que não possam ter pessoas que tenham controversas? Agora a gente aceita ou não, por que Jesus não aceitou. Ele não aceitou, certo? Eu também não vou aceitar. Pode vir ai o que vier, eu não vou falar o que eu posso fazer”. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Adquirindo aos poucos a imagem de “mulher do povo”, a prefeita diz que estar com as pessoas nas ruas é muito gratificante, pois passa a conhecer de perto a realidade das pessoas e da sociedade. É uma forma da população conhecer o Projeto Político e os principais objetivos que a Prefeitura tem para o município “quando se está perto da prefeita”. De modo atípico no cotidiano da sociedade, Ednacé Henrique demonstra como se aproximava das pessoas nas ruas:

Eu saía de casa em casa, **eu almoçava debaixo de pé de coco**, muito bem aceita. E quando eu terminava de falar, as pessoas diziam: “eu vou votar na senhora, que eu quero ver seu governo mesmo”. Sempre, então, “eu quero ver o seu governo”. Então, eu acho que ai já entrava abençoada, **onde eu passava só tinha oração**. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Ora, “almoçar debaixo de pé de coco” não é comum no cotidiano da sociedade de um modo geral e nem para os políticos. Ao contrário do que se diz que o faz por

sentimento, o pratica pela ação de conquistar o voto e a opinião pública. Junto a isso a ideia de mulher religiosa e de fé cristã contribui para constituir sua performance na política de Monteiro.

Figura 14: Ednacé Henrique em ação social com os moradores de Monteiro



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=RY3yWeiAJoGVwAT7vKegAw&q=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&oq=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&gs_l=psy-ab.3...110831.119349.0.119617.35.23.1.0.0.0.255.255.2-1.1.0....0...1.1.64.psy-ab..33.2.257...0i8i30k1.0.cLjIPOIJINM#imgcr=xykkekv-Y_zKUM:

Depois da vitória, na segunda campanha eleitoral, Ednacé Henrique estava decidida de que o caminho da política que havia tomado era o caminho que Deus havia preparado para ela e que não podia “falhar”. Ela continuava o que Deus havia preparado para ela e para o município de Monteiro, a confiança que conquistou foi o segredo para as duas vitórias. Lembra a prefeita:

Deus que deu a história não só a mim, mas a todas as pessoas da família (o povo). É importante que antes de tudo a gente respeite e sabe que **existe um Ser maior para direcionar** e depois eu sou assim: acho que eu sou focada numa pessoa do bem, então eu acho que uma das coisas é que flua muitas vezes as nossas conquistas. Como a gente vai. O dinheiro para mim não tem valor, o valor é o que eu tenho para seguir e não ficar com eles. (...) Então, é isso que eu acho que as coisas fluem (...). **Paz é uma coisa muito forte dentro da política que você tem que ter antes de tudo.** Tudo pra mim a única coisa que ele gera é o amor. Gera o sentimento maior. Não adianta focar em outra coisa e ficar perguntando “é isso?”. Então o que vale é a confiança, eu fico me perguntando as conquistas. Cada conquista tem a confiança. A conquista, a confiança, a conquista a confiança. E

ai vai fazer a mídia: abraço, beijo. Então, acho que isto é uma corrente. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Confiante na ação política que exerce, conjuga práticas de assistencialismo à ação política formal, que para a prefeita é uma prática inevitável devido à carência da população. Acredita que isto lhe traz a retribuição que é o reconhecimento. Enquanto mulher afirma não ter enfrentado barreiras na política, mas confessa que os adversários utilizaram de muitos julgamentos negativos contra ela. Mesmo assim, Ednacé Henrique confia na fortaleza de ser mulher e afirma que qualquer uma é forte e capaz de estar na política partidária para enfrentar as dificuldades que possam existir: “Você, você é grande. Você é forte. Mulher não precisa dizer mais nada, eu sou mulher, diga eu sou mulher e enfrenta as barreiras”.

Figura 15: Ednacé Henrique representando a capacidade da mulher em ocupar um lugar até então ocupado majoritariamente por homens



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=RY3yWeiAJoGVwAT7vKegAw&q=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&oq=prefeita+edmacé+henrique+-+monteiro&gs_l=psy-ab.3...110831.119349.0.119617.35.23.1.0.0.0.255.255.2-1.1.0...0...1.1.64.psy-ab..33.2.257...0i8i30k1.0.cLjIPOIJINM#imgsrc=xykkekv-Y_zKUM:

Como afirma Irllys Barreira (1998, p. 154): “as mulheres cumprem uma espécie de missão civilizadora, vista como crédito indispensável para o desempenho de funções

políticas”. Neste sentido, a prefeita de Monteiro diz ter uma missão para a comunidade e acredita que seu desempenho é primordial para ela mesma e para o povo.

Ednacé Henrique aponta, ainda, a importância das políticas públicas atuais para a inserção da mulher na política, parabeniza a Lei de Cotas e diz que esta é um avanço para as mulheres:

É um momento da mulher. Há um reconhecimento. Fico feliz demais assim, por que não só mulheres, à vezes não existia o estímulo para que a gente fizesse o que está acontecendo hoje. Então, tá bonito, tá bacana a nossa entrada. Somos bem recebidas, reconhecidas realmente pelos nossos parceiros, companheiro, pelos homens, pela família. Então, isso nos dá assim um gás que a gente realmente nos orgulhamos. O tempo que nós mulheres passamos cuidando da família, e hoje não, você hoje cuida de tudo. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

A prefeita define-se como uma mulher muito religiosa, várias histórias marcaram sua trajetória na política, e a fizeram cada vez mais concordar que tudo que aconteceu com ela na política formal foi uma obra divina:

Eu recebi muito Nossa Senhora Aparecida e Terço. Eu tenho Terço lá em casa, olha é uma coisa incrível. ‘Doutora’, tudo me entregava assim. E eu recebi um Amoleto, quem me deu foi um deficiente. Nossa Senhora. Que eu tinha descoberto que era Nossa Senhora Aparecida, que eu tive um sonho com Nossa Senhora da Guia, num foi? Só que minha primeira saída foi para o bairro mais pobre daqui, que é o Vila Santa Maria. Então, quando eu cheguei lá a primeira casa que eu entrei. E lá tinha um deficiente. Eu cheguei, comecei a entrar, a conversar, para verificar a oportunidade deles confiarem que eu tinha muitos projetos pra cidade e isso e aquilo outro... Terminou. Ai ele disse: “doutora, eu vou votar na senhora”. Ai eu vi quando ele fez ‘tum’ no pescoço (tirou o cordão do pescoço dele e a entregou), botou na minha mão e disse “bote na sua mão e abra só quando tiver lá fora”. Ai, quando eu fiz isso (abriu a mão) que abri, era Nossa Senhora Aparecida. Ai daí por diante eu recebi umas cinquenta à sessenta Nossa Senhora Aparecida. Cristo Redentor que coisa mais interessante. Eu tenho todos os Terços que eu recebi na primeira e segunda campanha. Eu recebia mais Imagens, Imagens desse tamanho (Grandes). Eu botei numa caixa, está tudo juntinho. A Imagem juntou, juntou, não deu nem para desfazer. Eu recebo até hoje muitas e muitas cartas, agradecendo, outras dizendo como são orgulhosos, muita coisa bacana, que motiva muito a gente em momentos assim meio fortes na vida, mas às vezes eu olho para uma carta dessa e levanto. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

Afirma que a preocupação que tem com os problemas sociais é o que a motiva continuar na política. Prefere visitar as pessoas nas suas casas para conhecer de perto as “realidades de Monteiro”:

Eu gostei mais de visitar as casas por que eu vejo os problemas. É um estudo profundo por que eu olho a Cidade e ‘eita mas está feia a praça’. E o pessoal com problema de saúde, e não tem médico e isso são coisas básicas do dia a dia. E você entra na casa de cada pessoa e foi por isso que eu não sai daqui. E teve um que fez uma pergunta: “E agora, você vai dormir agora?”. Minha cabeça no travesseiro eu não coloco por que eu andei de casa em casa ontem. (...) Eu não podia sair daqui se eu não alcançasse o objetivo. Coisas de Deus que fica dizendo assim ‘oh você tenha cuidado na sua vida’, ‘você viu, por isso que eu digo’. Aquilo que Deus Faz. Eu tenho que deixar uma gotinha nem que seja uma palavra. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/2015, grifo nosso).

A prefeita de Monteiro também deseja ser lembrada como uma mulher de coragem, honesta, verdadeira. É feliz porque trabalha a política com autoestima e espiritualidade. Acreditando que na política formal, embora não seja fácil exercer um cargo público, a mulher o exerce com uma grande diferença: a sensibilidade de perceber os problemas sociais e tentar solucioná-los.

Na fala da prefeita é possível percebermos os sentimentos na política, a evocação de elementos importantes para pensarmos uma relação entre valores morais e sentimentos na gestão pública. As lembranças de Ednacé Henrique trazem emoções de uma vida espiritual, de uma união familiar, de uma preocupação “com o outro”. Esta preocupação com o coletivo revela, na visão da prefeita, o resultado para muitas conquistas políticas, a exemplo da aceitação pública e conseqüentemente as vitórias eleitorais.

O “desapontamento” com a prática partidária faz parte da vida das prefeitas entrevistadas, a exemplo de Rosângela Leite (PSB) da cidade de Desterro, que também se diz decepcionada com a política e com a politicagem no município e região. Como as demais prefeitas, Rosângela Leite não imaginava ser representante do povo. Acredita que não é fácil ser política e muito menos “mulher política”. Afirma que não tinha ambição pelo poder local, até que seu nome foi cogitado para a disputa eleitoral em

2012, tendo em vista o capital político que construiu na cidade facilitado por fazer parte de uma família política tradicional na região.

Figura 16: A prefeita Rosângela de Fátima Leite



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=wI3yWZPVAcL8wQTXuYv4Dg&q=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&oq=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&gs_l=psy-ab.3...118465.125040.0.125686.39.21.0.0.0.0.599.1720.2-1j1j0j2.4.0....0...1.1.64.psy-ab..35.0.0....0.EGIy6WHM5Aw#imgrc=2WkunBKnLRTJRM:

Em 2012 se desvinculou da chapa política do tio, ex-prefeito da cidade, e lança candidatura própria, vencendo com 2.821 votos. Aos 51 anos de idade torna-se referência na cidade por ter sido a primeira prefeita do município de Desterro. O motivo da vitória insiste em dizer que “deve-se ao projeto de governo” que sempre idealizou, um projeto voltado exclusivamente para a população, para a cidade. Ora, certamente a prefeita se contradiz ao afirmar que não era sua pretensão estar na política formal, mas admite que seus planos sempre foi o de ajudar os desterrenses. O argumento confirma também que o papel social que a mulher assume quando está na política formal acena diversos perfis e formas, dentre eles como citado páginas atrás “ajudar o outro”.

Ser mulher política é um desafio, assevera Rosângela Leite, pois a sociedade ainda vive sob o signo do machismo e não confere credibilidade às mulheres:

Nós somos consideradas um “sexo frágil” tem momentos que eles (homens) nos afrontam não apenas como uma representante da política, mas como **uma mulher**, como pessoas frágeis, que quer manipular através da força. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

E mesmo que tenha vindo de família política, ainda revela sérios preconceitos enfrentados durante a campanha eleitoral, a exemplo de palavras desrespeitosas que muitas vezes ouviu pelas ruas da cidade. Sobre isso, a prefeita afirma o seguinte:

Eles acham que mulher é para ficar em casa e não no Gabinete, você como mulher você sabe. E são desafios, e os desafios vão sempre existir, e nós vamos conquistando nosso espaço no dia a dia, né. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

A Prefeita diz não se importar com as tentativas de intimidações dos adversários. É consciente da dificuldade de assumir um cargo público, principalmente no executivo municipal. Construiu sua identidade política no meio do povo, nas atividades de bairros, porque “gosta mesmo é de estar com as pessoas” mas de modo informal e não formal como determina a política partidária.

Figura 17: Rosângela Leite em ação social no município



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=wI3yWZPVAcL8wQTXuYv4Dg&q=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&oq=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&gs_l=psy-ab.3...118465.125040.0.125686.39.21.0.0.0.0.599.1720.2-1j1j0j2.4.0....0...1.1.64.psy-ab..35.0.0....0.EGIy6WHM5Aw#imgcr=2WkunBKnlRTJRM:

Formada em Economia e Pedagogia, exerceu a profissão de professora em escola pública, mas devido ao mandato de prefeita se afastou da sala de aula e afirmou que pretende voltar a exercer a profissão de professora. Pretende estar nos bairros perto das pessoas, é o que realmente gosta de fazer. Lembra das relações sociais que manteve nas escolas e nos bairros, antes de ser Prefeita, e que deseja exercer tais funções novamente, pois se sente mais próxima da comunidade. Sobre esta ideia, lembra o seguinte:

Eu tinha ligações com associações, eu tinha relação com movimentos da Igreja Católica, fui Presidente da Associação do São Vicente de Paula, durante muitos anos, e é um trabalho voltado totalmente para o social, para os mais carentes. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16).

A prefeita Rosângela Leite se considera uma líder comunitária devido às atividades que exerceu junto às comunidades carentes do município: foi diretora de duas escolas da cidade, foi vice diretora e coordenadora de escola. De forma empolgada nos relatou sobre as atividades que realizava com o povo e não esconde o desejo de voltar a exercê-las. As outras atividades “proporcionam sentimentos que a política não oferece,

tal como o prazer e a felicidade”. Chama atenção o fato dela afirmar que o que gosta de fazer mesmo é ser professora: “Eu gosto de ser professora”. Ora, o que revela, talvez, que o mundo da política estaria para os anseios masculinos e não femininos, estes, por sua vez, estariam mais voltados para o “cuidar do povo” e não gerir a “política formal para o povo”.

Figura 18: Rosângela Leite homenageia professores de Desterro - PB



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=wI3yWZPVAcL8wQTXuYv4Dg&q=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&oq=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&gs_l=psy-ab.3...118465.125040.0.125686.39.21.0.0.0.0.599.1720.2-1j1j0j2.4.0....0...1.1.64.psy-ab..35.0.0....0.EGIy6WHM5Aw#imgcr=2WkunBKnlRTJRM:

A “política comunitária” não se restringe apenas à um espaço de socialização, “mas é capaz de fornecer passaporte para o ingresso na política partidária” (BARREIRA, 1998, p. 172). É com base nessa classificação que a prefeita enquanto liderança tenta distinguir-se dos demais políticos, instrumentalizando-se para construir um discurso perante os seus potenciais ou efetivos liderados. Assim aponta Rosângela de Fátima:

Meu principal discurso de campanha era justamente esse: focar num projeto que nós trouxéssemos desenvolvimento para o município, progresso para o município, que as pessoas tivessem mais independência, melhor qualidade de vida. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16).

As figuras políticas populares deixam evidentes que há uma estreita relação entre a prática da cultura e da política, que é marcante surgir ou vir dos movimentos de bairros ou atividades populares evocando uma construção marcada pelo certo tipo de “transparência”. “A presença do ‘povo’ na política ou a política entre o “povo” significa tanto um encurtamento das distâncias como a transparência de um poder” (BARREIRA, 1998, p. 199).

Nesse sentido, essas falas tendem a adotar um discurso de ruptura em relação aos discursos tradicionais dos partidos políticos. A Prefeita é portadora de uma fala de inclusão/exclusão, assumindo-se representante dos que precisam de ajuda, se coloca como porta-voz dos representados, se coloca na posição de que a mulher assume uma posição subalterna na sociedade e reconhece esta situação.

Sobre o significado da política assim se expressou:

A política significa para mim o bem comum, que se trabalha o coletivo onde todas as pessoas tenham uma melhor qualidade de vida, que aquele município cresça, que ele progrida. Que ele tenha qualidade. Que as pessoas possam viver com mais dignidade, e que os direitos deles sejam assegurados por que isso é muito difícil na política. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

Rosângela Leite assume a postura de “política séria e competente”, se considera uma heroína diante dos problemas sociais e da própria politicagem que diz existir no município de Desterro – PB. Tenta fazer transparecer o bom senso, a modéstia, uma mulher comum que vê a política como algo que pode ser também comum a todos.

A imagem pública da prefeita seria constituída como uma mulher “preparada”, “exclusiva”, como mostra a música da campanha eleitoral em 2012:

Ela é preparada e sabe como fazer/ tudo vai dá certo/ nela eu espero/
Que Desterro volte a crescer/ Rosângela é aquela pessoa **especial**/
Quem conhece ela sabe seu **potencial**/ Rosângela e Joãozinho, esse é
o caminho/ Essa dupla é sensacional/ Por isso ouço nas ruas o povo
gritar que agora vai votar para mudar. (Música da Campanha Eleitoral
em 2012 de Rosângela Leite, grifo nosso).

Além disso, como as demais prefeitas diz estar preocupada com as causas sociais e com a imagem de ser uma mulher política na sociedade atual. Uma sociedade turbulenta e descrente com a política:

Infelizmente a imagem do político do Brasil está com uma imagem bastante feia, né. Então já perdeu a credibilidade. Então quando se fala nos políticos falam de maneira que nenhum político presta, houve um descrédito. Então hoje é muito difícil para nós políticos mostrar essa diferença. E no meio disso tudo existem pessoas diferentes e que tem ideais diferentes, e que lutam por uma vida diferente. Então não se pode generalizar que todos os políticos calçam 40. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

As prefeitas sinalizam um conjunto simbólico para se fazerem apresentar e representar, como uma constituição da imagem pública. Rosângela Leite pretende ser vista e aceita como aquela que também administra e cuida do serviço público.

Figura 19: A prefeita Rosângela Leite na gestão pública



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=wI3yWZPVAcL8wQTXuYv4Dg&q=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&oq=prefeita+eraosangela+de+fatima+leite+-+desterro&gs_l=psy-ab.3...118465.125040.0.125686.39.21.0.0.0.599.1720.2-1j1j0j2.4.0...0...1.1.64.psy-ab..35.0.0...0.EGIy6WHM5Aw#imgrc=2WkunBKnlRTJRM

Vejamos como afirma a prefeita:

Quando nós estudamos fora e tínhamos essa dificuldade de voltar para Desterro, então se volta para aqui você olha para seus filhos, você quer que o município cresça. Se desenvolva, que as oportunidades apareçam. É trabalho que ao longo dos tempos nós viemos e estamos a **administrar** para ver se a gente chega na metade pelo menos do que se pensa, né. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

Rosângela Leite também deixa transparecer os sentimentos presentes na prática política quando diz que “na política ainda se ver muito a ingratidão”. Pois, muitos foram os eleitores que foram ajudados por ela e que depois “a traiu”. Fato como este é uma das lembranças negativas que tem do cotidiano da política, mas que é possível superar devido ao projeto político que acredita colocar em prática. Vejamos na fala que segue:

Eu ainda aposto muito no trabalho que você tem, no projeto que ao longo dos anos vem trabalhando, por que nós ganhamos as Eleições em 2012 em cima desse projeto. E nós tínhamos um poder econômico contra muito forte, os dois irmãos em duas prefeituras para trabalhar contra a nossa chapa. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

Assim como muitas mulheres que fazem parte da política formal, Rosângela Leite diz que enfrentou alguns preconceitos por ser mulher política, mas não concorda que isto seja um motivo para entristecer uma mulher e fazê-la desistir do poder público. Ao contrário, devido às dificuldades que existem no mundo da chefia municipal enfrenta e supera os desafios “para avançar cada vez mais”. Assim lembra:

Teve momentos que nós estávamos em determinadas ruas e que passavam locutores denegrindo nossa imagem, **principalmente a minha que sou mulher**. Lembro que nós estávamos em uma rua aqui, e o locutor passava chamando palavrões, e se vestia parecido comigo, colocava peruca. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16, grifo nosso).

O fato de estar na política se cobra muito em relação aos sentimentos, momento em que qualidades da vida privada são transferidas para a vida pública: “para conquistar o eleitor o político precisa ser sincero, acima de tudo sinceridade e honestidade”.

A prefeita entende a inserção da mulher na política de forma intensa, pois para ela a mulher está politicamente em muitos espaços mesmo que não seja a política partidária, tais como: nas Secretarias do Município, na gestão escolar, entre outros. Vejamos como afirma:

Eu acho que nós temos uma participação da mulher muito grande. Eu acho que a gente não tem enquanto representatividade, formal. Prefeito, vereador. Mas a nossa participação em todas as Secretarias talvez seja maior que a do homem. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16).

E continua:

Fui diretora de duas escolas, vice, coordenadora. A nossa participação ela vai muito mais além disso aí. Não é só na representatividade, por que as mulheres trabalham fora, seja qual for o setor. E onde elas trabalham elas tem uma participação, sua opinião. Elas participam do processo de mudança. Para ser algo, para mudar, não é necessário ser representante político não. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16).

Neste contexto, a prefeita afirma que o que mais gosta do mundo da política é a informalidade, como dito páginas atrás. É a atividade de ser professora, de estar com os assistentes sociais nas ruas e nas instituições, de estar perto da população. Ao ser questionada sobre o que mais gosta da vida política formal nos respondeu:

O contato da visita. O casa a casa, o corpo a corpo, porque você conhece a pessoa, você vê o que eles pensam, o que é que eles almejam, o que eles desejam. Gostei de ouvir dos eleitores a confiança e a credibilidade que a nossa gestão passava. (Entrevista cedida em 14 de junho de 2016).

A pretensão da prefeita é voltar para a sala de aula, embora afirme que vai tentar a reeleição em 2016, o irmão que é o vice-prefeito continuará o poder político municipal quando ela não mais assumir o cargo do executivo municipal. Neste sentido, argumenta:

E na nossa administração Graças à Deus nós temos a consciência tranquila. Eu acredito que Joãozinho (irmão da prefeita) como vice – prefeito ele também tem, e faz parte da administração, ele é uma pessoa que é ouvida, uma pessoa que tem voz e vez na administração.

E se Deus quiser daqui há quatro anos ele continua na Chapa na condição de Prefeito. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/16).

A atividade da prefeita de Desterro tem como principal discurso a gestão “do novo e do velho”. A gestão nova é a dela que quebrou as barreiras do poder nas mãos de uma só pessoa no município, o seu tio. Mas essa oposição que faz confere um caminho que também levará a continuação do poder em mãos de um grupo, do qual, ela mesma faz parte, não só pelo fato de ser parente mas porque o jogo de poder a leva para tal. Imbricada nesse processo de nomeação e continuísmo do poder político local, a prefeita é dependente das astúcias políticas que faz parte, pois futuramente, está orquestrado, que quem assumirá a vaga em seu lugar é o irmão, o vice prefeito da cidade, que já está controlando o meio político através da irmã prefeita.

Ora, a prefeita é peça importante no continuísmo político da família. As astúcias do poder são camufladas com os sentimentos de que deseja realmente transformar a cidade e trazer novas opções de vida para os desterreenses. Neste aspecto, concordamos com Georges Balandier (1978, p. 5) quando afirma que “por trás de todas as formas de arranjo da sociedade e de organização dos poderes, encontra-se, sempre presente, governando dos bastidores, a ‘teatrocracia’” (p.5), ou seja, a encenação do poder por trás de toda a organização social, política e econômica da sociedade.

A política, portanto, é tomada como objeto de elaboração e reelaboração simbólica, enquanto prática que adquire significados culturais (MAGALHÃES, 1998). A participação na política constitui momentos de legitimação e construção de espaço da representação através de várias simbologias cujo significado tem relações com a cultura de cada cidade, em que as estratégias contidas nos desempenhos dos ritos como o jogo de forças políticas, as crenças e os valores locais tornam-se recursos de ocasião especial e emblemática de forma imprescindível.

O “bom político” e o “bom administrador” são atributos que o político precisa possuir para conquistar o eleitor, ou seja, para se eleger. Possuir atributos de uma “boa pessoa” é uma solução indispensável na cultura paraibana, onde a personalidade do homem público e sua vida privada têm uma importância considerável para ser motivo de discussão na escolha para gestor público.

No próximo capítulo veremos a relação dos *ethos* de virtude e competência na vida pública das prefeitas e como estes *ethos* fazem relação com o discurso maternal presente na gestão municipal. Ser “mãe do povo”, por exemplo, é um trunfo para estas gestoras, para elas a condição de ser mulher revela um modo “natural” de ser e de se sensibilizar com as causas sociais e cuidar do povo. O discurso destas mulheres valoriza o espaço da cidade como se fosse a extensão de suas casas, de sua vida privada, fazendo-as se comportar de forma solidária, afetiva, exclusiva.

CAPÍTULO IV – A ATUAÇÃO DAS PREFEITAS COMO GESTORAS PÚBLICAS

As percepções das prefeitas sobre a prática política que exercem nos revelam um conjunto simbólico que envolve a posição da mulher na sociedade, a condição da mulher política e as imagens que tentam projetar no exercício do mandato. Assim, entendemos que ao exercer o cargo público, estas mulheres paraibanas mobilizam muitas ordens típicas da condição cultural das mulheres cujas características que evocam são geralmente semelhantes.

Corroborando com o pensamento de Anne Phillips (1996 *apud* BARREIRA, 1998, p. 38) devemos “separar a política das ideias da política da presença”. Não podemos nos basear na aparência para explicar a representação de, por exemplo, “um homem negro pode representar uma mulher negra?”. E ainda acrescentamos o seguinte: uma mulher política representa todas as mulheres? Todas as mulheres políticas defendem projetos femininos? Todas as prefeitas ritualizam os mesmos discursos, as mesmas práticas?

Estas questões nos ajudam a entender que as representações não devem ser aqui entendidas pelos princípios gerais, mas pela conexão existente na cultura e nos símbolos pertinentes a cada contexto local onde as prefeitas são gestoras. Ou seja, os valores simbólicos presentes nas práticas e rituais das mulheres que ocupam cargo público dizem muito das sociabilidades às quais estão inseridas.

Vale lembrar que “os ritos de representação constituem ritos de lembrar, de afirmar e abrir espaços para a instalação de conflitos em torno da questão fundamental: a quem e em que condições é possível dar o direito de agir em nome do coletivo?” (BARREIRA, 1998, p. 40). Neste sentido, é de suma importância perceber a representação política, ou seja, entender as experiências do feminino a partir das ritualidades de suas práticas e discursos.

Ora, se o exercício da política não acontece pelo mundo da força física ela se realiza pela força simbólica (SFEZ *apud* BARREIRA, 1988). A realidade e o conjunto simbólico são partes de um todo, não existem de forma separada, pois evocam uma

prática cultural enraizada socialmente. Essa ritualidade tenta provocar, muitas vezes, a separação entre o lugar da política e o lugar privado, embora os elementos da tradição surjam nas falas das prefeitas de forma “espontânea” denunciando o ritual que as colocam na posição tradicional do ser “mulher política”.

O pertencimento ao território é fundamental para a construção da representatividade, algumas prefeitas são naturais do lugar de onde governam outras não. As prefeitas que não são naturais do município onde governam fazem questão de dizer que acolheram o povo da cidade e se preocupam com a dignidade e o futuro da população, considerando-se “filhas do município”. Assim como bem coloca a prefeita de Pombal, Pollyanna Yasnaia (PT): “tenho a mania de querer, de participar de tudo para ajudar os outros”.

Para tanto, é possível perceber de forma semelhante “qualidades femininas” que marcam a presença delas na política e que, portanto, aqui tratamos como rituais na política para se fazer apresentar: o discurso da diferença e o afeto propagado pelo sentimento materno. Estes apontam de forma semelhante a percepção e a ação destas prefeitas na política paraibana.

4.1 O *ETHOS* NA PARTICIPAÇÃO DA POLÍTICA PARTIDÁRIA

No contexto aqui estudado entendemos o *ethos* como um conjunto de costumes ou hábitos imprescindíveis no comportamento de uma determinada coletividade, neste caso o das prefeitas. Tal comportamento é característico de uma certa região ou espaço. Para esta reflexão também foi pertinente a teoria de Patrick Chareaudeau (2006) sobre os *ethos* da política. São atribuições positivas que os políticos “se vestem” na atuação ou preparação para a política formal a fim de conquistar o público eleitor.

As prefeitas revelam as ameaças e os preconceitos que enfrentam na prática da política formal, desde as campanhas eleitorais até no exercício do mandato, como dito páginas atrás. Os conflitos que enfrentam na política são entendidos como os fortes valores morais do espaço da política como espaço do masculino, cujo lugar é como se não pertencesse às mulheres e sim aos homens.

Neste sentido, para se fazerem apresentar na política formal muitas mulheres transferem práticas do espaço privado para o público, de forma consciente ou não. Sob este prisma de serem capazes de enfrentar as “barreiras” culturais dizem que são intituladas pelos eleitores, e se auto intitulam, de “guerreiras”. Como sinônimo de mulher que enfrenta os desafios, que não desiste, que vai à luta.

Ser “guerreira” constitui, neste caso, um símbolo de credibilidade. Uma representação cujo significado é positivo, no espaço público, que rendeu a uma das prefeitas tal título como reconhecimento do seu trabalho. A prefeita reeleita Euda Fabiana (PMDB) intitulada de “guerreira” pelos eleitores, condicionada pelas estratégias políticas familiares e grupos de interesses políticos, transfere o “título de guerreira” para sua única filha, considerada por ela como a futura política de Cuité. Assim ressalta: “a guerreira surgiu na reeleição, já chamam minha filha de ‘guerreirinha’. Trabalhei muito, as pessoas é quem chamavam”. Na ocasião da entrevista, ao falar de reeleição, lembra que foi bem sucedida nas duas campanhas eleitorais, tendo em vista que foi reeleita e o povo já espera que sua filha se candidate futuramente para continuar a política da mãe.

Durante a campanha eleitoral em 2012, a música de campanha eleitoral de Euda Fabiana reforça a constituição da imagem de guerreira:

A **guerreira** agora vai continuar/ com a força do povo Euda estar fazendo mais/ Ela fez e faz/ O povo vota em Euda pro trabalho não parar/ com Euda e doutor Júlio, Cuité vai continuar e fazer mais/ Ela fez e faz/ Eu quero é mais/ Vota na prefeita/ eu quero mais/ vota na **guerreira**, eu quero mais/ Eu quero mais a nossa vitória e Cuité seguindo em frente pra sempre/ O povo decidiu que quer **o lado do bem, o lado da verdade** que não persegue ninguém/ Se fizer mais/ Ela fez e faz. (Música de Campanha Eleitoral em 2012 de Euda Fabiana, grifo nosso).

Além de “guerreira”, qualidades como o “bem” e a “verdade” são ressaltadas como típicos da mulher política. Ambos corroboram para a construção de uma imagem pública positiva que se diferencia da imagem masculina, por exemplo. Pois estas representariam a honestidade, o respeito e a ética.

Por outro lado, é possível observar a existência de uma característica comum sobre a presença das mulheres na política, trata-se das qualidades culturalmente “próprias” ao universo masculino: adjetivos como guerreira, fortaleza, coragem, revelam atributos culturais do homem e não da mulher (SWARTZENBERG, 1987). Na tentativa de se revestirem com tais atributos, talvez, as mulheres tentem se projetar melhor para o mundo da política, pois uma vez aceitas pelo povo mostrariam que estavam preparadas para o espaço que a tornaria legítima governar e teriam a “capacidade de serem prefeitas”.

A titulação “guerreirinha” seria uma confirmação de prestígio pelo mandato que exerceria. Portanto, tal adjetivo confirmaria na visão da prefeita Euda Fabiana, por exemplo, a “coragem” que culturalmente é um símbolo de força restrito aos homens e não às mulheres, mas que agora uma mulher teria também tal “qualidade”.

Tais preconceitos que enfrentam permitem às prefeitas um maior impulso para discutir ou enfrentar aquilo que chamam de empecilhos na política. A prefeita Rosângela Leite lembra o seguinte:

Teve um momento que a gente tava fazendo um momento aqui na comunidade de Aparecida, eu e outra pessoa que hoje é Secretário nosso de Obras, e eles (adversários) foram para lá e nos intimidaram de forma que não deixavam que nós saíssemos da casa que nós estávamos visitando, e nos **rodearam de maneira agressiva**. E foi preciso até a gente chamar meu irmão para ele levar outras pessoas para a gente poder continuar fazendo as visitas. **Que eles estavam ameaçando. Com mulher era muito mais fácil fazer isso**, que a força física do homem é muito maior do que a nossa, não tem nem comparação né. (Grifo nosso)

Rosângela Leite demonstra indícios de discriminação que sofreu tanto nos momentos em que ainda era candidata como nos momentos de exercício do poder público. Demonstra que é capaz de superar tais preconceitos ocasionados pelos adversários, que a intitulava de “mulher frágil” e sem afinidade com a prática política.

Apesar da decisão em disputar um cargo público de gestão municipal, por influência dos companheiros ou familiares, pleiteou o cargo demonstrando uma superação da presença em um espaço de poder ocupado majoritariamente por homens. Pois, declara enfrentamento ao poder masculino predominante na política da cidade, e

que culturalmente apenas homens assumiram a prefeitura do município antes dela, sendo a primeira a ocupar o cargo.

Da mesma forma acontece com a gestora municipal Euda Fabiana que ao mencionar que sofreu muitos preconceitos não “desanimou”, pois quanto mais superava os desafios mais tinha vontade de vencê-los: “Eles desrespeitam de todo jeito. O desrespeito era nos comícios. Diziam que eu não tinha graduação, que eles eram doutores”. Na tentativa de minimizar a imagem pública da mulher política que não tem diploma, os políticos e “doutores” do município se valeu da velha prática política do assistencialismo ou clientelismo através do poder de imagem de dominador para coagir os eleitores através de trocas de favores e passar a mensagem de que os melhores representantes da política seriam eles mesmos e não a adversária que “sequer tem um diploma e não é doutora”.

Percebe-se que para cada região, através de um contexto sociocultural específico, é revelada nos discursos das prefeitas uma competição que girava em torno da capacidade de liderança. O ser “doutor”, por exemplo, é cogitado pelos adversários como uma qualidade indispensável para o candidato ser eleito. Em algumas cidades do Estado paraibano, principalmente no interior, a figura do “doutor” simboliza a imagem do poder tradicional e comando da região. Mas, “falar a verdade, ter um passado limpo, ser dedicada e estar presente” são alguns dos discursos da prefeita como uma espécie de “armadura” utilizada no combate político.

“A inexperiência política pode, assim, tornar-se virtude”, pois a não prática nos âmbitos do poder colocam a mulher, muitas vezes, em um patamar distante das espúrias do poderio político formal (BARREIRA, 1998, p. 106). Ou seja, uma vez não tendo experiência na política formal ou partidária, isto se revelaria como um atributo positivo, pois uma vez as mulheres não tendo “conhecimento” da gestão pública poderia demonstrar que não pertencia às astúcias da política tal como a corrupção, por exemplo.

Muitas vezes a falta de uma extensa participação ou experiência na política formal pode surgir como um fenômeno positivo para as mulheres. A prefeita reeleita, Pollyanna Yasnaia, evidencia a imagem do político como personagem importante do poder. Aquele que carrega uma bateria de valores morais, culturais, religiosos, e é visto

pelos eleitores de forma diferente, como um “salvador”. Ao se referir a si própria como figura pública, diz o seguinte:

[...] Muitos veem você **como um artista**. Guarda sua foto em casa na moldura, ela beija, coloca o santinho perto, faz como se você fosse **uma pessoa muito querida**. A minha foto junto com a de um santo, junto com a família. No guarda – roupa ele (eleitor) coloca a foto, quer dizer ele idealiza muito como artista. Quando você chega junto dele (eleitor) é uma honra, um prestígio.

Para Patrick Charaudeau (2006) a palavra que o (a) político (a) pronuncia deve ser entendida pelo que ele (a) diz ou não. Deve ser compreendida como uma estratégia, pois as maneiras de ser determinam as ideias, os comportamentos. Para isso, muitas vezes o político assume um determinado *ethos* para se fazer representar.

O *ethos* político é resultado de uma alquimia complexa feita de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de declarações verbais, tudo relacionado às expectativas vagas dos cidadãos por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos a essas maneiras de ser. Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o *outro* e o *terceiro* ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o *si* procura endossar essa imagem ideal; o *outro* se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência (CHARAUDEAU, 2006, p. 137).

Assim, a imagem da prefeita comparada a um artista, ou seja, como uma pessoa muito importante, diferente dos demais indivíduos, nos faz remeter ao *ethos* de competência, este seria capaz de proporcionar tal qualidade. “Às vezes, o próprio político que evidencia em suas declarações as características de seu percurso para invocar esse *ethos* de ‘competência’: herança, estudos, funções exercidas, experiências adquiridas” (CHARAUDEAU, 2006, p. 124).

A presença das mulheres na política está submetida a vários rituais que se revelam por meio de símbolos, geralmente, dotados de características “naturalizadas” por elas mesmas e tendo como reciprocidade o comportamento das pessoas nas ruas. A exemplo da prefeita Luzinectt Costa quando relaciona a sua gestão como prefeita ao *ethos* de seriedade. Esse *ethos* é construído a partir de vários elementos, sejam expressões corporais, comportamentos que

revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue-frio diante da adversidade, não se entregar a acessos de cólera nem mostrar que é contida (na verdade calculada) com objetivos táticos; índices que demonstram grande energia e capacidade de trabalho, onipresença em todas as linhas de frente da vida política e social, particularmente junto àqueles que sofrem (CHARAUDEAU, 2006, p. 120).

Luzinectt Costa menciona o plano de atividades que pretende realizar, os programas que almeja, o que nos revela um sentimento de enfrentamento dentro de uma mesma dinâmica de valoração da gestão pública. A prefeita evoca, concomitantemente, a união da coletividade para o bem comum, marcando suas expressões pela constituição de um imaginário coletivo, que diante da realidade de crise em que se encontra o país e o município é necessário determinado controle e cuidado no modo de fazer política.

Para isso, na visão da prefeita também é necessário que o político tenha virtude para assumir o cargo público, assim como ela própria em algumas declarações enfatiza: “Pelo que você pressentiu eu sou muito desenrolada, dinâmica. Ai, então, eu não podia ver tantos desmandos, tanta coisa desmantelada”.

O *ethos* de virtude é igualmente necessário ao político, pois se supõe que ele, como representante do povo, é quem dá o exemplo. Esse *ethos* exige que o político demonstre sinceridade e fidelidade, a que se deve acrescentar uma imagem de honestidade pessoal (CHARAUDEAU, 2006, p. 122).

Ao lembrar “eu tenho o cuidado, eu tenho a sensibilidade”, a prefeita Luzinectt Costa demonstra a virtude e a tentativa de fidelidade para com a gestão municipal, acrescenta-se neste sentido uma honestidade pessoal que deve anteceder a prática política.

Dizer o que se pensa, ter uma vida transparente (nada ter a esconder), não ter participado de negócios escusos e mostrar que seu engajamento político não foi motivado por uma ambição pessoal. Essa honestidade pode igualmente exprimir-se em relação aos adversários em termos de *lealdade*: aquele que combate seu oponente sem jamais desferir golpes baixos e que, em caso de derrota, é capaz de reconhecer a validade do julgamento do outro e mesmo seus próprios erros (CHARAUDEAU, 2006, p. 123).

Nesta performance, em que Luzinectt Costa também se aproxima ao *ethos* de competência, deixa clara a tentativa de que “os políticos devem mostrar que conhecem todas as engrenagens da vida política e que sabem agir de maneira eficaz” (CHARAUDEAU, 2006, p. 124). A prefeita, em muitos momentos durante a sua fala, justifica suas ações sociais e públicas declarando “inocência” enquanto gestora, mesmo que perguntas sobre gestão pública especificamente sobre ações de governo não tenham sido feitas ou cogitadas durante a entrevista. Ao mencionarmos as qualidades que a identificam como prefeita, sugere um *ethos* de competência: “Vivo na cidade, vivo a comunidade, sou a delegada, a polícia, o padre, o médico, a enfermeira, o psicólogo, portas abertas. (...) Mas você se mostra amiga, parceira, dedicada”.

Ora, por que é o padre? O médico? A política? O psicólogo? Não se trata de ser apenas a prefeita? Assumindo todos estes postos não estaria assumindo a postura de uma prefeita de assistencialismo social para angariar eleitores de uma forma mais fácil e rápida? Não estaria sendo tradicional em suas práticas e entrando em contradição com o que diz e defende? Agindo desta forma, a prefeita marca sua trajetória de gestora pública municipal com as práticas da política masculinizada da região, tendo em vista que em busca de conquistar as pessoas da cidade de uma maneira mais simples e barata tenta conquistá-las pelas astúcias do poder político formal.

Patrick Charaudeau (2006) sobre o *ethos* de competência diz o seguinte:

O *ethos* de competência exige de seu possuidor, ao mesmo tempo, saber a habilidade: ele deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos, obtendo resultados positivos (CHARAUDEAU, 2006, p. 124).

Como afirma Patrick Charaudeau (2006) é pela visão de conjunto que se pode creditar competência ou não ao político. Questionada sobre como gostaria de ser reconhecida pelos seus eleitores a prefeita assevera: “Como amiga, irmã amiga. Apesar de que no começo fui vista como forasteira. Por que vim de fora, não fui filha da cidade, mas agora sou vista como irmã, companheira, que é a forma do meu comprometimento”.

A representação simbólica presente nesta fala nos leva a perceber os valores que conformam a valorização do ser político em determinado contexto social e local, ou seja, a moral que eiva o cotidiano da prática política. Assim, a prefeita continua dizendo o seguinte:

Eu tenho muito respeito pelas pessoas. Muito respeito. Eu tenho um principio de vida que é interessante, eu faço para você o que eu não gostaria de receber, posso estar muito irritada mas não faço, por que a “roda gira”. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

Ao mencionar a “roda gira” é o mesmo que dizer “a gente não sabe o dia de amanhã”: hoje prefeita, amanhã não se sabe. As pessoas são interdependentes, por isso que as relações sociais são muito importantes para que um indivíduo possa se manter em uma determinada posição social, principalmente a posição social de poder. Para isso, alimentar a relação com os eleitores ou com o povo é uma tarefa pertinente para a execução do poder político e a permanência nele. Segundo a prefeita, o prestígio conquistado como prefeita “amiga do povo” garantiu através da “transparência” o equilíbrio na aceitação de sua imagem política.

A proximidade com as pessoas nas ruas, sejam elas jovens, crianças ou adultos, é um dos símbolos relevantes em que a prefeita também comunga com as visões de mundo da população e conhece a realidade de perto dentro do seu contexto. Neste sentido, a ação política é simbólica, pois é através da cultura, da rede de significados, em que esta política se concretiza. A política deve ser entendida como fenômenos “mais amplos e profundos do que as instituições formais destinadas à regulamentá-los” (GEERTZ, 1989, 211).

Nesta aproximação com o povo, a política utiliza de alguns recursos simbólicos e conquista, muitas vezes, a atenção do outro, a exemplo do sentimento. Este passa a ser um dos principais elementos em comum das prefeitas paraibanas aqui estudadas e passa a ser um eixo de relações que se mantém atualizado durante a gestão pública.

Mesmo sem ser questionada sobre tal atitude a prefeita se sente à vontade para falar dos seus sentimentos enquanto pessoa, enquanto mulher, mas também enquanto prefeita. Tudo isso perpassa nas intenções da prefeita que não deseja separar o “ser

humano” do “ser político”, a ponto de não se considerar uma mulher política mas sim uma administradora:

Em certas situações não digo nem que sou Prefeita. Me qualifico como administradora. No passado a prefeitura era usada com muito poder, eu não, administradora. Eu estou aqui. Tem gente que até fala: “e ai num vai ter reeleição não?”. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

E complementa:

(...) Minha abertura é falar, é convencer, é reunir. É dizer “me ajude, vamos pensar juntos”. Aqui não tem palavra de rei não. Se eu perceber que eu estou errada, eu volto atrás imediatamente. Peço desculpas, parabenizo, e peço desculpas, quando eu erro eu peço desculpas. E quando faz certo eu parabenizo, e faço com que as pessoas vejam isso também. Por que aquela pessoa também se sente valorizada. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

Neste sentido, Luzinectt Costa se enaltece enquanto mulher política e não esconde a vaidade de ter sido responsável por angariar grande parte dos votos da cidade para o candidato a governador²³, Ricardo Coutinho, no ano de 2012 na Paraíba, pelo mesmo partido (PSB) do qual faz parte:

Eu sou muito presente na comunidade. Ninguém faz o que fiz, ninguém dá a um governador quase 100%, 80% de votos. Eu digo a você que as atitudes falam por nós. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

Embora afirme que não é uma pessoa política mas sim uma administradora, deixa claro a vaidade de pertencer ao Partido Socialista Brasileiro – PSB, e conseqüentemente ter apoiado o governador do estado bem como ter sido responsável pelo grande número de votos que ele teve da população de Barra de São Miguel. Neste momento, a prefeita está sendo uma política e não uma administradora, como ressalta.

²³ Ricardo Coutinho é um político paraibano filiado ao PSB. Foi vereador de João Pessoa (1993-1999), deputado estadual (1999-2004) e prefeito da capital paraibana por duas vezes, sendo eleito pela 1ª vez em 2004 e reeleito em 2008. Foi eleito Governador da Paraíba em 2010 com 1.079.164 votos (53,70% dos votos válidos). Em 2014, é reeleito com 1.125.956 votos (52,61% dos votos válidos).

Figura 20: Visita do Governador Ricardo Coutinho na cidade de Barra de São Miguel



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=wY7yWa7RBcmxwATOuJToBw&q=prefeita+luzinectt+costa+&oq=prefeita+luzinectt+costa+&gs_l=psy-ab.3...14577.14577.0.15378.1.1.0.0.0.214.214.2-1.1.0....0...1.1.64.psy-ab..0.0.0....0.HQNYRxWoHTc#imgsrc=jOlydVjJDamq_M:

No contexto de falar sobre a presença da mulher na política, concorda com as ideias de que as mulheres precisam “se mostrar mais” e perder o medo de entrar na política formal: “Nós temos que despertar o interesse da mulher na política. Elas não se impõem, não se arriscam. Por que?”.

E continua afirmando:

A mulher, você sabe Eu disse até no Palácio do Planalto em uma reunião, num Curso que fizemos lá, fui escolhida para representar as mulheres e disse até destinada à nós: “nós somos a executora do lar, o orçamento do lá vem para nós, para nossas mãos”. Então, muitas vezes, a mulher deixa de comer uma mistura, deixa de comer para dar ao filho, muitas vezes os maridos estão no trabalho e ela fica para esperar ele chegar. Então, isto a história já conta das nossas qualidades de mulher. Você está entendendo? E às vezes, aqui, já ocorreu a prefeita deixar (deixar de receber o salário do mês), e a prefeita é a última a receber o seu salário. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

Ora, essa experiência das prefeitas concerne àquilo que está organizado socialmente, principalmente ao governo do espaço público. O que define a característica das prefeitas é partilha da esfera privada (instância cidadã) com a esfera pública (ideal de sociedade). Os sentimentos de cidadania são propostos pelas prefeitas, a idealização de uma sociedade resulta em conflitos.

(...) O objeto de busca da ação política é um “bem soberano” que une essas duas instâncias em um pacto de reconhecimento de um “ideal social” que é preciso querer atingir e para cuja obtenção é preciso dar-se os meios. A tarefa do discurso político é, portanto, determinar, de acordo com seu propósito, esse ideal dos fins como busca universal das sociedades (CHARAUDEAU, 2006, p. 189).

As representações simbólicas, portanto, aqui explicitadas nos ajudam a interpretar a realidade e as atribuições de suas significações. Tais significados são entendidos a partir do conjunto de crenças, de conhecimentos e comportamentos, produzidos e compartilhados por estas prefeitas. Este grupo social permite ritualidades e projeções de signos que dizem muito sobre sua vivência no espaço público.

4.2 O DISCURSO MATERNAL NA PRÁTICA POLÍTICA

As prefeitas enfatizam um cotidiano cuja política deve ser feita “junto com o povo”, uma proximidade entre fazer política e os espaços da comunidade. A atividade da política se confunde com as preocupações pessoais, como se a família fosse estendida para a própria sociedade. A visão de ser “mulher política” não seria àquela dos gabinetes, da burocracia tão somente, mas uma política que está nas ruas, próximo da população, ouvindo as pessoas, estando com o povo.

Quando as prefeitas lembram que “fazer política na condição de mulher é ver a sociedade como seus filhos”, por que “ser mulher é ter naturalmente a percepção e o cuidado de ser mãe”, trata-se de um ritual presente na cultura da sociedade. É reproduzida, neste contexto, a ideia de que a mulher política atua diferentemente do homem político. Tal construção de representação se faz nos ritos construídos e concretizados culturalmente, e que combina as posições sociais que cada indivíduo

ocupa na sociedade. Tal noção se vê naturalizada nos discursos das prefeitas, de que a mulher naturalmente nasceu para o cuidar. O componente que “naturaliza” a percepção destas mulheres sobre o papel da política está atribuído ao desejo do “vigiar”. A abordagem feita pelas prefeitas leva aos distintos papéis sociais de homens e mulheres, como menciona Luís Felipe Miguel (2001):

A mulher é vista como agente de uma “política do desvelo” oposta à “política de interesses” porque é característica sua preocupar-se mais com aqueles que a cercam do que consigo própria. Está subjacente, neste argumento, a negação do direito da mulher a possuir interesses próprios, uma negação imposta pela sociedade patriarcal, emblematizada na figura da mãe que se sacrifica pelos filhos (MIGUEL, 2001, p. 262).

Vejamos o que diz a prefeita Ednacé Henrique ao falar sobre como gostaria de ser vista pelas pessoas da cidade onde é gestora:

Gosto de ser vista pelos meus eleitores como **mulher**. E na figura que ele me tem na maioria de **mãe**, porque o lado **materno** prevalece sempre! Por que **nós somos muito mais humanas** e de que nós viemos para fazer a história diferente, e nós já estamos fazendo e vamos continuar lutando para que nós possamos continuar essa **diferença**. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 28/11/15, grifo nosso).

Figura 21: Ednacé Henrique cercada por mães e crianças durante ação social



Fonte: www.facebook.com.br/edancehenrique

Luís Felipe Miguel (2014) ao trazer à tona a discussão do “pensamento maternal” ou “política do desvelo” como uma característica da atuação da mulher na política corrobora com a ideia de que a “cultura feminina” contribui para o exercício do “cuidar”, quando as mulheres estão ocupando cargos públicos. Assim, menciona o autor:

(...) Por estarem acostumadas a cuidar dos outros e a velar pelos mais indefesos, quando não pelo desejo de legar um mundo mais seguro para seus filhos. Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão (MIGUEL, 2014, p. 69).

Também chama atenção a fala de Pollyanna Yasnaia, prefeita reeleita de Pombal, ao mencionar a posição da mulher na política exemplificando sua própria experiência:

A capacidade de guerreira dela (a mulher) é demais. A mulher executa ações ao mesmo tempo. Os maridos dizem: “deixem os filhos crescerem, vá agora não”. **A mulher acolhe melhor.** Ouve. Executa mais que o homem, de **cuidar da cidade.** (...) A política tem a capacidade que a mulher fique mais visível, de elevar a mulher para patamar bem maior. (...) **Quanto mais conhecimento ela tem, mais ela consegue chegar perto da política.** Mulheres analfabetas que não tinham acesso à educação, ela pode ter até vontade, mas não sabe como chegar. (Entrevista realizada com Pollyanna Yasnaia em 09/09/15, grifo nosso).

A fala da Prefeita enfatiza o papel social das mulheres nas posições “subalternas do cuidar” durante o exercício do poder político, mas que isso é resultado da sociedade o qual fora educada. As preocupações relacionadas à conjuntura social estariam restritas em “ajudar o outro”, em exercer o “papel de mãe do povo”, o que reforça a ideia da atividade do mundo doméstico sendo estendido para o mundo público. Algo como que as mulheres levassem consigo na prática da política formal as práticas do mundo privado. Mas ao mesmo tempo a prefeita destaca a ideia de que o conhecimento garante às mulheres uma posição “melhor” na sociedade, e que inclusive para que chegue a conquistar espaços como a política ela teria que buscar conhecimentos. Não que isto interfira na capacidade da mulher, mas que os acessos aos âmbitos de poder, sem “conhecimento”, tornam-se mais difíceis, principalmente para elas.

Figura 22: Pollyana Yasnaia emocionada ao receber flores de eleitores



Fonte: www.facebook.com.br/Pollyanna Dutra

Por outro lado, e neste mesmo sentido, a fala de outra prefeita corrobora com esta mesma ideia ao lembrar da primeira campanha eleitoral, tendo em vista que foi reeleita consecutivamente para o governo municipal. Ao trazer à tona as lembranças da primeira campanha não esconde o desejo de chorar: “tudo isso dá saudade, dá vontade de chorar quando lembro”. E continua, afirmando sobre a percepção que tem sobre a mulher na política. Assim, afirma Euda Fabiana (PMDB):

A mulher pensa mais. Ela é **mais sensível, comedida, mais cuidadosa.** (...) A mulher aproveita mais o seu tempo, tudo. (...) O pessoal dizia que ‘eu não ia ser prefeita’, que eu ‘iria ser laranja’, que é meu marido que iria ser prefeito. E, logo logo, todo mundo viu que eu era diferente: a gestão é minha. Ele (o marido) respeita e ajuda. (Entrevista realizada com Euda Fabiana em 01/10/15, grifo nosso).

Figura 23: Euda Fabiana simbolizando afeto aos eleitores



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=CIvyWbnQGIWBwgT__aSgDA&q=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&oq=prefeita+euda+fabiana+-+cuité&gs_l=psy-ab.3...345429.350420.0.350684.17.14.0.0.0.0.0..0.0....0...1.1.64.psy-ab..17.0.0....0.oHK6KT6tLvo#imgsrc=TktO6-dhYOqGKM:

Alice Costa (1998) também nos ajuda a entender que a participação da mulher na política formal apresenta algumas características ou marcas culturais, em que a grande maioria não consegue se desvincular do mundo doméstico, trazendo para o mundo público, que é a política, elementos do mundo privado, como a sensibilidade, a visão cuidadora. Seria uma atuação que revela a cultura da condição subalterna e desigual, em que a mulher ficaria na plataforma do sentimento e da sensibilidade mesmo ocupando um cargo público.

Sobre esta diferença entre a conduta feminina e a masculina ressaltada pelas próprias prefeitas, na tentativa de mostrarem determinadas distinções em relação aos homens, trata-se de uma relação entre a condição feminina e os valores humanos reafirmados. As mulheres estariam procurando cristalizar determinados valores aos padrões existentes já legitimados na memória cultural (BARREIRA, 2008). “Trata-se de realizar uma das regras básicas do processo simbólico que consiste na busca de definir fronteiras e simultaneamente colocar-se como expressão de uma totalidade” (SFEZ, 1998 *apud* BARREIRA, 2008, p. 71). Frases como “a mulher pensa mais”, “é mais sensível”, “acolhe melhor”, aparecem como uma soma ao conjunto de valores sociais já pré - definidos na sociedade.

A presença da mulher na política, de fato, evoca um conjunto de signos cujo lugar está sendo construído, “que passa pelo enaltecimento de “qualidades típicas” da mulher e qualidades masculinas também presentes e, às vezes, posicionadas como sendo desenvolvidas na mulher, qualidades, enfim diferenciadoras” (BARREIRA, 2008, p. 72).

De fato, é como se as qualidades da mulher tivessem que ser reveladas, não apenas através das suas obras, mas de seus sentimentos, do afeto. “É a junção de códigos referentes a qualidades femininas e códigos referentes a atributos masculinos que conferem a essas mulheres um lugar considerado por elas próprias como sendo ‘excepcional’” (PINTO, 1987 *apud* BARREIRA, 2008, p. 72).

Sobre a presença de mulheres em espaços de poder político formal, Ana Alice Costa (1998, p. 89) afirma que o acesso ao legislativo municipal, por exemplo, é o caminho mais “fácil” para as mulheres participarem da política, seria o espaço de maior acesso:

Na prática os municípios são os espaços onde as mulheres se destacam um pouco mais na sua atividade política formal. Isso é resultado, em grande parte, das facilidades que a mulher encontra para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos, já que as mulheres, ao atuarem na esfera pública não conseguem livrar-se de seus labores domésticos (COSTA, 1998, p. 89).

A autora acredita que é no espaço da política local que as mulheres conciliam as atividades domésticas como o cuidar dos filhos, da casa e do esposo. Pois o poder municipal tem uma estrutura menor quando comparado à de cargos federais, por exemplo, em que a mulher tende a se deslocar do lar, da cidade onde mora, para outras localidades. Assim, permanecer no âmbito da política na mesma cidade onde mora sua família não favorece a mulher que precisa se distanciar do espaço do lar para ser política em outra localidade, longe da família.

Lúcia Avelar (2001) também comunga com a ideia de que as mulheres estão mais presentes na política formal dos municípios porque elas estariam onde estão suas famílias, não precisando migrar para outras localidades e ter que ficar longe dos “afazeres” domésticos, da casa, dos filhos, do marido. A autora em o *Segundo Eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil* (1987) afirma que estar na política é

um papel muito complexo por que exige muito do indivíduo, o que não seria fácil para as mulheres tendo em vista sua função social no âmbito doméstico. Assim, afirma a autora:

Sob a ótica da motivação, deve –se considerar que o desempenho de papéis políticos é altamente exigente em atividades públicas (...). A quantidade de tempo demandada por qualquer ação pública é muitas vezes maior do que a exigida por qualquer trabalho de natureza privada. O envolvimento político supõe a desistência de alguns interesses de caráter pessoal, em vista do tempo necessário para a ação. Um balanço dos interesses envolvidos de um e de outro lado nesta situação é, entre outros fatores, o que levam indivíduos assumirem ou não papéis políticos (AVELAR, 1987, p. 37).

A mulher ao atuar na política formal se revela através de duas performances: o de “mãe”, a mulher protetora; ou o de “mulher valente”, aquela que enfrenta com coragem, com audácia a realidade que lhe aparece (SWARTZENBERG, 1978). Róger Gerard Swartzenberg (1978, p. 95) nos mostra o modelo materno de autoridade, cuja “imagem materna é dupla, o que favorece na ambiguidade um certo retorno ao matriarcado”.

Temos, em primeiro lugar, a imagem materna como antítese da imagem paterna. O modelo paterno é o modelo machista. Valoriza as qualidades viris: a autoridade, a energia, a afirmação agressiva do eu. O pai decide, determina, proíbe. Ao contrário, observa Gérard Mendel, “O impulso libidinal para a mãe, considerada como fonte de vida, de amor, de calor, alimento, satisfações sensoriais diversas e a resposta gratificante das mães a essas necessidades desejos são interiorizados, personificados e unificados no inconsciente numa imagem de mãe bondosa” (SWARTZENBERG, 1978, p. 95).

E ainda acrescenta:

(...) Fazendo-se passar por mulher dominadora, mulher forte, mulher de ferro, sucedâneas do homem de pulso. Chegando quase a parecer transformadas em “travestis” políticos, imitando grosseiramente as atitudes machistas; outro, o da **mulher maternal, protetora**, é a **“imagem de Maria**, a **“Boa Mãe”**, **“Mãe Misericordiosa**. É a imagem da **“Mãe pátria”** (SWARTZENBERG, 1978, p. 95).

A mulher que na política representa a imagem da boa mãe, lembra o autor, está remetendo sua imagem para a “Mãe Misericórdia”, para a “mãe-pátria”. Sem ter a pretensão de ser categórica, mas lembra uma prefeita da mata paraibana quando na sua condição de tornar-se prefeita pensou em “um sentimento de mudança muito grande, desejo de chegar lá e fazer”.

Esse argumento de Roger Gerard (1978) pode ser associado à fala de Ednacé Henrique ao comentar sobre o próprio cotidiano enquanto gestora, remetendo à figura de uma “mãe pátria”, que não tem tempo para si pois seu tempo está dedicado apenas para o povo, a preocupação é “com o público”, aos problemas da sociedade. Vejamos o que disse a prefeita:

O tempo que nós mulheres passamos cuidando da família, e hoje não, você hoje cuida de tudo. Dá assim um leque, uma abertura, que a gente acha que nem adoce, né. Todo mundo diz: ‘durma’. Não! Eu tenho obrigação para fazer. Não! **Eu tenho muita coisa ainda a fazer.** (Entrevista cedida em 28 de novembro de 2015, grifo nosso).

A fala remete à imagem da mãe que protege os seus filhos, a sua família, que seria o povo da cidade. Essa imagem política “personifica a gentileza, a solicitude” (SWARTZENBERG, 1978, p. 96). A sociedade seria a extensão de sua casa, a extensão de sua própria família. “A preocupação do povo” agora passaria a ser preocupação da prefeita também, pois ela estaria ali para cuidar, para resolver os problemas da sociedade.

As mulheres “entrariam” na política a fim de serem vistas e ouvidas, tentando romper os estereótipos de incapacidade feminina para com as atividades da política formal, mostrando capacidade para o exercício do mandato público.

Na realidade, a construção de símbolos e estratégias discursivas, que acontece por ocasião de candidaturas femininas, é reveladora de que as mulheres não entram na vida política de forma silenciosa. Ao contrário, ritualizam essa entrada, seja comemorando a capacidade de “romper barreiras”, seja enfatizando sua capacidade para o exercício da função em reação aos preconceitos historicamente arraigados, que associam negativamente gênero feminino e desempenho político (BARREIRA, 1998, p. 106).

Neste sentido, é possível observar diante das falas das prefeitas entrevistadas que a prática política feminina é portadora de vários rituais simbólicos. As prefeitas “entram” na política formal ritualizando valores culturalmente femininos e predominantemente masculinos, carregando práticas e discursos que as caracterizam diferentes e inferiores das ações masculinas. Como podemos perceber ainda na fala de Ednacé Henrique:

Quando eu enfrentei um cargo público, eu enfrentei a função de gerente, **eu queria executar bem feito**, as ações serem bem feitas, entrar a imagem de estar na coisa pública e **exercer com muita responsabilidade**. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 28/11/2015, grifo nosso).

A prefeita lembra que ao estar na política é necessário mostrar capacidade, como se fosse uma capacidade “extra” por estar ocupando um cargo político, e porque está exercendo tal cargo é merecedora de confiança e não pode “falhar”. Na condição de representante do povo deseja proporcionar uma vida mais digna para a população, e consequentemente ser reconhecida por este trabalho. Na condição de mulher deveria compensar com muitas ações públicas para não decepcionar o povo da cidade. “Parece que elas precisam justificar o gosto pela política como algo que independe de uma escolha, e, mesmo quando há escolha, é preciso saber se existe o ‘dom’ para que se obtenha sucesso” (RABAY, 2012, 81).

Ora, se a intenção de “cuidadora da sociedade” se inclui na tarefa de representar a coletividade, a prefeita traz a herança de que ao protagonizar um cargo de gestão precisa mostrar que tem capacidade para administrar o que é público. Assim, o conjunto simbólico que norteia a vida da mulher política vai enaltecer ou não a presença dela na prática formal.

Pensar na mulher política é perceber as particularidades existentes em suas práticas, que por sua vez nos revelam que tal participação enseja a necessidade de discursos relacionados à moral, à valores éticos, à sensibilidade, à sinceridade, à flexibilidade. Como mostra a prefeita Ednacé Henrique (PSDB) quando indica as preocupações que tem com a sociedade onde é gestora:

Eu sempre dizia que **ia trabalhar por eles** (o povo), ter dedicação. Que podiam contar comigo, as portas estavam abertas para resolver e

amenizar a situação de cada um quando eu fosse procurada. Minha preocupação é trabalhar pela educação, saúde, bem estar. Cultura, trabalho, acima de tudo trabalho. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 28/11/2015, grifo nosso).

A fala parece-nos apontar a perspectiva de mulher portadora de valores imprescindíveis na cultura local, o que a tornaria capaz de vencer e conquistar o seu eleitor, além de superar as críticas dos adversários. Tais atributos positivos que menciona, tais como o trabalho e a dedicação na gestão pública, servem como essencialidades para a prática política formal. “As mulheres aparecem, assim, como guardiãs ou reservatórios de uma moral coletiva” (BARREIRA, 1998, p. 106).

Vejamos o que diz a prefeita Rosângela Leite (PSB) sobre a posição dela ao ocupar um cargo público de gestão municipal:

Eu acho que é uma conquista hoje a inserção da mulher na política, e uma dificuldade muito grande de chegar. (...) A nossa sociedade é muito machista mas eu acho importante a participação da mulher. Por que eu vejo justamente **a nossa parte maternal** que sobressai do homem, nós somos mais humanos, **mais mães**. Então nós vemos com outros olhos os problemas, e nós vemos com **olhos de mulheres**, com **olhos de mãe**. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/2016, grifo nosso).

A prefeita enaltece a presença da mulher na política enquanto mãe, transfere a responsabilidade que seria do espaço público para o espaço privado. E continua, afirmando o seguinte:

A mulher que governa é totalmente diferente da do homem. Nós temos a **visão maternal**. **Nós vemos com muito mais sensibilidade** os problemas. E nós temos a habilidade que poucos homens têm, nós fazemos muita coisa ao mesmo tempo. (Entrevista realizada com Rosângela Leite em 14/06/2016, grifo nosso).

Figura 24: Rosângela Leite em ação social



Fonte:

https://www.google.com.br/search?biw=1366&bih=658&tbm=isch&sa=1&ei=0o7yWbzqF8uywASOtZ2YDA&q=prefeita+rosangela+de+fatima+leite&oq=prefeita+rosangela+de+fatima+leite&gs_l=psy-ab.12...125448.131569.0.133407.28.14.0.0.0.0.0.0.0....0...1.1.64.psy-ab..28.0.0....0.6CNmRC0W76I

Ao mesmo tempo em que a prefeita critica a sociedade como machista entra em contradição ao dizer que concorda com a ideia de que o tempo da mulher participar da política formal é “agora mesmo”, pois as mulheres muitas vezes teriam a intenção de ultrapassar o que não lhe era de direito ou deveres, “passar na frente das coisas”. Observemos em uma de suas afirmações:

O crescimento da participação da mulher na política formal não foi lento, tudo ao seu tempo. Não adianta você querer ultrapassar o tempo, ele vem de acordo com esse tempo. (Entrevista cedida em 14 de junho de 2016).

A imagem maternal na política como afirma Róger Gerard Swartzzenberg (1978, p. 96) é dupla. Ao passo que existe a imagem da boa mãe, da mãe cuidadora, existe a mãe dádiosa, frustadora. “O poder da mãe é a capacidade de proporcionar satisfação ao Isto e ao Eu, mas é igualmente, por conseguinte, a aptidão a recusá-las. A imagem materna é o dom, mas também recusa, frustração, até castração. É particularmente a mãe arcaica”.

A autoridade maternal se faz muitas vezes heroica, dominadora ou coercitiva. Na condição de mulheres políticas tentam transformar as características “negativas” em “positivas”, colocando geralmente as qualidades morais e éticas acima das qualidades da política formal. “É possível dizer que o feminino comporta uma série de atribuições e designações úteis tanto à construção de uma ideia de ruptura como às tentativas de

estabelecer valores de conservação referentes à pátria, família etc” (RIVIERE, 1988 *apud* BARREIRA, 1998, p. 108).

O discurso das prefeitas paraibanas sobre a mulher maternal na política é uma de suas principais características. Sua atuação na esfera pública ainda não conseguiu romper as determinações do mundo doméstico, de suas responsabilidades familiares e de componente “maternal” (COSTA, 1998, p. 88). O que talvez revele a cultura predominante da atuação da mulher na sociedade enquanto detentora de valores do espaço doméstico.

A dupla jornada está presente também na vida das mulheres, que exercem cargos públicos, militam em partidos ou sindicatos, atuam no parlamento etc. Para elas, muitas vezes, a atividade política vem a constituir-se em uma jornada a mais de trabalho além das duas que já tem (COSTA, 1998, p. 89).

A esfera estadual e federal seria um espaço, dentre outros fatores, mais complicado para a entrada das mulheres na política, pois exigiria delas vários deslocamentos que não estão acostumadas, como por exemplo: sair de suas cidades, abandonar o lar, a família, para se dedicar à gestão pública. A presença delas na política torna-se, portanto, muitas vezes mínima devido a estes fatores, continuando a esfera política um espaço cujo poder de decisão é maior por parte dos homens.

Glória Rabay e Maria Eulina (2010, p. 33) ressaltam a diferença de acesso nas vias de poder e que o lado materno influencia nesta “distinção” da vida da mulher e do homem:

(...) As mulheres não possuem as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social. A política é uma instituição corporativa de representação de interesses, com normas próprias de recrutamento e de treinamento político. Além disso, diferentemente do homem, os ciclos de vida da mulher segmentam a sua vida, em particular, com o advento da maternidade.

Para algumas prefeitas, o município tem o sentido da extensão do lar, onde as lutas diárias, as atividades do dia a dia, refletem o bom funcionamento da casa, em que ela está comandando. Como enfatiza a prefeita Ednacé Henrique (PSDB):

Tem prefeito demais que a gente vê que desenvolve, que faz a coisa acontecer, quando acontece, acontece de dentro de nossa casa. Não é obrigado eu ter um emprego, não é obrigado meu filho ter um emprego, não. Ela acontece se o poder público está bem. Se está bem minha casa, o poder público está bem. É verdade, e acredito eu, eu chamo e chamo minha família, aqui eu chamo os 35 mil habitantes de minha família, minha grande família que a gente tem que ter cuidado, no caso eu tinha que orar. Então é preciso, eu acredito demais que os jovens tenham esta conscientização. Se o poder público está parado, a casa dele também tá. Por quê? Por que **a cidade num todo é a casa de cada um**. A gente tem a nossa pequena casa, mas **a nossa comunidade é a grande casa**. (Entrevista cedida em 28 de novembro de 2015, grifo nosso).

A cultura do feminino na política valoriza o espaço da cidade como seu *habitat*, principalmente o cotidiano com as pessoas do município, seus problemas, suas necessidades, as condições de vida (MASSOLO *apud* COSTA, 1998). Nesse espaço, cabe à elas organizar as “peças”, perguntar ao outro, ajudar a população.

Neste íterim, alguns autores (MIGUEL; BIROLI, 2011) nomeiam a participação da mulher na política de “política do desvelo” ou “pensamento maternal”, como citado anteriormente, momento em que as mulheres trazem consigo a característica do “cuidar”, se comportando na política de forma solidária, afetiva, o que as levam a buscar áreas sociais como saúde, educação, meio ambiente (MIGUEL; BIROLI, 2011, p.80). Na prática política, as candidaturas femininas tentam se mostrar diferentes das candidaturas masculinas, tanto no discurso como na construção de outros elementos que constituem a imagem pública delas, e neste conjunto elementos da cultura são pertinentemente explorados.

Essa é uma característica geral da participação política da mulher. Sua atuação na esfera pública ainda não conseguiu romper as determinações do mundo doméstico, de suas responsabilidades familiares e de seu componente “**maternal**”. (...) Uma atuação que expressa uma espécie de cultura constituída com base na desigualdade e na condição subalterna (COSTA, 1998, p. 88, grifo da autora).

As características da participação da mulher na política como o “lado maternal” representa um elemento do campo do feminino na política que faz parte das estruturas de poder formal. A presença destas mulheres no campo da política possibilita mudanças, apesar de grande parte transitar nas estratégias de grupo de família para poder “inserir-se” na política formal dos seus municípios.

A prefeita Lucinect Costa também deixa transparecer a imagem de “mãezona” do povo, das crianças, dos menos favorecidos. A prefeita vê como um privilégio o fato das crianças se aproximarem dela, “as manifestações das pessoas nas ruas para elogiá-la a faz se sentir bem”:

As coisas vêm para você e você tem que abraçá-las e você tem que dá vida como uma criança. (...) Criança é o meu xodó. (...) Eu jamais tratei mal uma criança. Sabe por quê? Ela nunca vai esquecer o que você fez com ela. Passa o tempo, vem o tempo, então toda a minha caminhada (...). Invade, por que há um respeito, há um compromisso, há um carinho já de base. Onde eu passo: “Luci!, Luci!”. Com aquelas mãozinhas estendidas né? E você sempre que possível bem presente. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

Figura 25: Luzinectt Costa cercada por crianças em evento na Cidade de Barra de São Miguel



Fonte: www.facebook.com.br/luzinecttcosta

As afirmações da Prefeita reeleita apresenta um conjunto simbólico para o reconhecimento político e pessoal, as características como autenticidade, sinceridade, credibilidade se opõem à mentira, à inveja. A sensibilidade presente simboliza também o desempenho de uma boa gestora, que tem sentimentos, emoções, e está preparada e madura para “cuidar” do povo.

A presença feminina possibilitaria a superação da “política de interesses”, egoísta e masculina, colocando em seu lugar o

desprendimento, o zelo pelos outros, a tolerância e a sensibilidade. O central, nesta corrente, é a revalorização da esfera familiar, vista como o espaço de realização dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoístas. Com efeito, a moral feminina diferenciada, voltada para a manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado concreto com os necessitados, manifestar-se-ia, em primeiro lugar, no papel de mãe de família. Responsáveis pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral, que transportariam também para outras atividades (MIGUEL, 2001, p. 260).

A dimensão das emoções na política não está separada do mundo dos anseios e das estratégias de apropriação que comunga com determinados valores. O fato de abrir mão do próprio salário, por exemplo, denuncia o sentimento exacerbado da “líder mãe”, aquela que se preocupa com os seus filhos e doa para eles o que lhes pertence.

Vejamos como continua a fala da prefeita Luzinectt Costa:

Já teve situação que a prefeita não recebeu, por que o salário da prefeita, ela é um pouco maior do que o dos outros, então o dela dá para pagar mais pessoas. Mas, vai primeiro o deles. Então, **é essa sensibilidade que nós mulheres temos**. E executa. Temos defeito? Temos. Ninguém é perfeito. (...) Tem uns prefeitos que são comprometidos, tem outros prefeitos que não são comprometidos. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15).

A prefeita tenta instituir um “clima de parceria com a sociedade”, promovendo momentos oportunos no município a partir de uma “ordem natural” de fazer política. Como podemos verificar, inclusive na fala em que ressalta, que não foi difícil ganhar as eleições devido às suas qualidades enquanto indivíduo:

Aqui não foi difícil ganhar. Por quê? Aqui tinha **práticas humanas**. (...) O compromisso, o respeito com as pessoas. Então, nessa medida que você trabalha com as pessoas. (...) É muito melhor você ter o compromisso, chamar para conversar, pedir um tempo e depois você volta a fazê-lo de que perder a paciência e dizer eu sou “ponta”. Então, não dá para ser assim. (Entrevista realizada com Luzinectt Costa em 16/10/15, grifo nosso).

Talvez possamos afirmar que existe uma estreita relação entre a moral do mundo da política e os valores do mundo privado, o que nos permite entender que esta

afinidade é capaz de desenhar a conduta desta mulher, na política local, caracterizando a forma como a gestora municipal age e pensa a gestão pública.

A prefeita Ednacé Henrique construiu um capital simbólico daquela “que ajuda o povo” desde o primeiro mandato, através de projetos com as associações de bairro e com as Igrejas do município de Monteiro. As ações sociais que promove constitui sua imagem como uma mulher de ação, a dinâmica dos projetos sociais que assume ganha projeção na cidade e fortalece a imagem positiva de “Edna de Monteiro”, como passou a ser conhecida.

(...) Com uma presença feminina mais expressiva nas esferas de poder, haveria o abrandamento do caráter agressivo da atividade política, que é visto como sendo inerentemente masculino. As mulheres trariam para a política uma valorização da solidariedade e da compaixão, além da busca genuína pela paz; áreas hoje desprezadas nos embates políticos, como amparo social, saúde, educação ou meio ambiente, ganhariam atenção renovada (MIGUEL, 2001, p. 261).

Vejamos o que diz a prefeita Ednacé Henrique sobre os projetos que exerce com o povo nas ruas:

Toda quarta feira desde o primeiro mandato, desde 2009, toda quarta feira eu entrego frango caipira, eu fiz um projeto para cada associação, Clubes de Mães, para as Igrejas Verbo da Vida, Assembleia de Deus, a Católica, é tudo. Toda quarta feira a gente dá. Eu trago leite. Agora há pouco eu trouxe duas toneladas de feijão de Goiás. Graças Á Deus, Pai Todo Poderoso que botou em minhas mãos. Ontem mesmo tava todo mundo (funcionários da prefeitura) ensacando esse feijão. Tava toda uma equipe lá iniciando para começar entregando por que é muito feijão pra dar. Dou cinco quilos para cada família. Para eu doar para mais de dez mil pessoas eles estão me oferecendo mais coisas. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15).

Neste contexto, ainda relata:

Então, assim, eu tenho cuidado na parte de alimentação deles, dentro de casa, por que a criança sai de dentro de casa na sexta-feira. Na sexta feira ele sai com a merendinha dele para passar sábado e domingo. Isso num vai para o índice não. Mas, meu problema não é ter índice não, meu problema é eu cumprir com a parte que realmente cada um, cada gestor tem. Que é principalmente a parte nutricional. Então eu vou saber, por que eu tenho certeza, por que **eu vou de casa**

em casa, eu ando. Sei quem tá desempregado, quem vive de bico. (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso).

Feliz por ser mulher política e atuar na área social da cidade de forma muito pessoal em comunhão com a comunidade local, tem o prazer de trabalhar com as mulheres. Com orgulho diz que iniciou o Clube de Mães em Monteiro em 2006 com a participação de 500 mulheres, em 2015 este número já estava com aproximadamente 5000 mulheres, moradoras tanto da cidade como do campo.

Afirma veemente que a melhor maneira de chegar perto da população é com o sentimento:

Nós fazemos o acompanhamento, mas o acompanhamento do beijo, do abraço. Fulano ali tá com um problema a filha não pode ir nem lá para dar um banho. Fulaninho ali tá passando necessidade, o que a senhora tem a comprar. Tá um lixo. Pois, vamos lá fazer limpeza na casa. Isso foi um acompanhamento, num foi hoje não. Nós somos vigilantes certo? (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso).

Ednacé Henrique vê a prática política com significados relacionados à emoção. Diz ter um estilo de trabalhar na política de forma diferente, quando recebe alguma denúncia, por exemplo, que alguém está sendo maltratado ela mesma “intercede” como uma protetora, ou seja, ela vai e resolve a situação:

(...) **Então, eu sai, eu já sai de meia noite. Eu já bati de casa em casa de meia noite para saber se era verdade.** (...) **Eu estou aqui por amor.** Eu vim atrás por que me disseram e eu vim mesmo. Num fui eu que criei o problema não. (...) Eu já tirei gente de dentro do guarda roupa trancado. **Eu tenho uma visão muito diferenciada do problema político.** (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso).

Ednacé Henrique apesar de afirmar que o marido influenciou no fato de estar na política formal, pois foi para Monteiro em 2003 quando o esposo decide ingressar na política, não aceita ser tida como alguém que teve o cargo de prefeita por herança familiar, como dito páginas atrás. Consciente da sua função de gestora pública e da carreira política que construiu sente que é detentora de sua própria imagem enquanto mulher política. Embora admire o esposo, reconhece que aprendeu muito na vida

enquanto esposa de político, e agora enquanto prefeita. Sendo muito feliz pelo que faz se considera responsável pela condição social da população, chegando ao ponto de dizer que se considera uma mãe para o povo.

No sentido de ajudar outras pessoas que trabalham na gestão municipal, tenta concretizar a imagem de “mãe do povo”. Conscientizando cada um sobre o papel social que exerce e da importância da capacitação pessoal e profissional de cada um deles no trabalho da política, para assim “não ficarem dependendo de práticas clientelistas”. Ora, argumentando dessa forma, a prefeita deixa implícito que no seu governo não há práticas clientelistas, não há favores políticos. Quando na verdade existe sim através de ações que promove, todas as semanas nos bairros carentes, ao entregar alimentos para os menos favorecidos.

Assim relata:

Então, eu sou muito feliz. Eu invisto muito na busca disso, né. (...) Eu junto a turma e vou pesado mesmo: Vocês querem o quê? Viver num mundo de político? Emprego de político? Pra ficar no pé de político? Que entra um e depois vocês ficam na rua da amargura. Por que quando a gente sai de uma coisa boa pra ir pra outra coisa boa é bom, agora quando não é, é ruim, viu minha filha, cuide da vida. **Então sou muito mãe.** (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso).

Enquanto prefeita reeleita tem certeza que o trabalho que exerce é primordial para o município em que é gestora:

Num adianta você criar uma Secretaria, uma Delegacia da Mulher e não fazer nada. Para mim, eu prefiro uma atitude, uma ação do que mesmo ter um nome. **É bom que as pessoas conheçam e gostem do meu trabalho,** é bom que tenham conhecimento. Então, fazer a mídia e a mídia do meu esposo, **eu prefiro a mídia da minha Cidade. Eu quero ver o povo feliz. Um povo que se sinta bem e tenha um orgulho da Cidade.** (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso).

A mídia a que se refere está relacionada às ações projetadas da prática política que exerce, acredita que a principal propaganda ou mídia é a ação pública que beneficia a população. Não é à toa que gosta de ser vista pelas pessoas da cidade como uma pessoa do povo, pois no futuro não deseja ser reconhecida como ex-prefeita, mas como uma pessoa amiga.

A prefeita acrescenta o seguinte:

Uma coisa eu tenho certeza que eu sempre gostei de fazer o bem. E não fazer o mal à ninguém. Então, Deus não botou o Filho Dele aqui para fazer o mal. Eu mesmo não tenho vergonha de seguir este pensamento, essa trajetória, (...). Nós não somos perfeitos. Nós erramos muito. Então, isso é uma coisa que me marca e gosto de dizer também. Eu sou muito mais você sair de casa em casa. Eu sou muito de fazer a coisa pra coletivo. **Se está bem minha casa, o poder público está bem.** É verdade, e acredito eu, eu chamo e chamo minha família, aqui **eu chamo os 35 mil habitantes de minha família,** minha grande família que a gente tem que ter cuidado, no caso eu tinha que orar. (...) Se o poder público está parado, a casa dele também tá. Por quê? Por que a cidade num todo é a casa de cada um. A gente tem a nossa pequena casa, mas a nossa comunidade é a grande casa. (...) Nós estamos tomando de conta de um bem maior, que é tomar conta de uma cidade, de uma população, a história de uma população (...). Deus Deu Ao Filho Dele para tomar conta de várias comunidades, cada uma toma conta daquela multidão, para escutar, fazer o melhor, fazer o bem, essa coisa toda. Por isso, que eu acho que a gente tem que tá focado sempre para isso. **Tem que ser mãe mesmo para poder fazer a coisa do jeito que ela é.** (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso).

E continua:

Eu me sinto fazendo assim, eu acho que só **mãe** (...) Eu tenho que compreender, eu quero compreender tudo. E quero saber. **Só uma mãe tem esse poder,** né verdade? Eu me sinto. Talvez os filhos não queiram a mãe. (...) Já chegou gente aqui chamando **de mãezinha, outro de mainha.** (Entrevista realizada com Ednacé Henrique em 16/11/15, grifo nosso).

Irlys Barreira (2004, p. 68) ao investigar o uso dos sentimentos na política afirma que:

As percepções das emoções e sentimentos como parte das regras sociais e jogos políticos evita pensá-los como matérias substantivas da natureza humana, atentando para os seus significados e formas de expressão, construídos e/ou incorporados à disputa eleitoral. Trata-se de uma porta de entrada para entender questões mais amplas tais como: a expressão e classificação dos sentimentos na política, bem como o papel dos chamados atributos psicológicos na construção de valores associados aos políticos.

Nesse contexto, a prefeita tenta passar uma imagem do manejo dos sentimentos como uma dimensão associada à imagem dela ao cargo de prefeita. As recordações da

infância, a biografia revelada, o compromisso com o outro, torna-se uma eficácia simbólica dos sentimentos relacionados à sua imagem enquanto mulher política. O que nos permite entender que a relação entre o plano dos sentimentos e a ordem social é também um modo peculiar de fazer política. A prefeita na sua fala acredita que elementos da vida pública e privada se perpassam, considerando a sociedade como sua grande família, que precisa da sua presença nas ruas e na política, pois considera-se uma “grande mãe” do povo.

Mesmo que de forma temporal, os sentimentos expressos demarcam um espaço social da vida pública da prefeita, pois ao mencionar os conflitos e a necessidade de solidariedade materializa a dimensão sociocultural a qual está inserida. Tais anseios são desenhados em contextos sociais e culturais específicos.

A “história vivida” e a “história contada” de Ednacé Henrique sugere que a sua vida seja lembrada com veracidade. A religião e a fé em Deus permite ser o ícone da sua entrada na política, foi por este motivo que a prefeita diz ter aceito o “chamado divino” para governar uma cidade.

Nisto, continua o reconhecimento da sensibilidade como um atributo das mulheres. Porém, é sabido que sensibilidade também faz parte dos discursos de homens e mulheres como um “valor positivo” para o personagem perceber os problemas sociais.

Se antes o perfil deste político era a firmeza, a autoridade (e todos os outros atributos atribuídos em nossa sociedade, ao masculino), hoje neste perfil, que inclui agora também a presença das mulheres, a ‘sensibilidade’, a ‘ética’ da preocupação pelos outros, começam a ser vistas como posturas necessárias, no exercício do poder. Esta seria uma das “diferenças valorizadas”, na participação da mulher na política (GROSSI; MIGUEL, 2001, p. 193).

Como nos lembra Luís Felipe Miguel (2001) o discurso da “política maternal” sugere uma transformação na atividade política e merece uma relevante reflexão, porém concomitantemente parece cristalizar a distinção do trabalho político ao naturalizar o “papel do cuidar” como próprio das mulheres enquanto que as atividades destinadas aos homens seriam socialmente mais valorizadas ao passo que estariam destinadas à burocracia.

Segundo o autor, as mulheres, neste caso, entrariam na política para transformar a “política dura” em “política leve”. Esta seria uma das vantagens da entrada delas no âmbito de poder, o que contribui para serem bem aceitas pela sociedade. A partir de uma determinada “sensibilidade” que os homens não teriam, as mulheres cristalizariam suas imagens como capazes de organizar o que é público da mesma forma que são capazes de gerir o que é privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre a presença da mulher na política têm crescido nos últimos anos, o que há décadas estava “escondido” e camuflado pelas forças dominantes hoje ganha impulso cada maior nas universidades brasileiras e estrangeiras através de grupos de estudos e pesquisa científica: o conhecimento sobre a participação das mulheres na política.

O conhecimento científico atual se depara com um arsenal de publicações sobre os diversos temas que envolvem a posição social e cultural da mulher, tais como: a história do feminismo; os movimentos feministas; lideranças femininas, ou seja, histórias das mulheres que doaram suas vidas por uma coletividade menos injusta e desigual, percebendo que a essência da vida ultrapassa mesmo a condição social de sexo.

Diante destes estudos, foi possível afirmar que as mulheres foram tidas como submissas e sub-representadas social, cultural e historicamente. Foram consideradas incapazes de decidir por si mesmas e ocupar espaços tidos como de privilégios na sociedade, tal como o de “poder”. Ora, qual seria a justificativa para tanta omissão sobre a importância das mulheres na história no Brasil e no mundo? E por que tanto silêncio na reflexão sobre a presença delas na política ou outros segmentos da sociedade? Não seriam tais estudos sobre estas temáticas também importantes?

As linhas de pensamento sobre a presença das mulheres na política partidária se mostram restritas ao discurso da (des) igualdade de gênero. A partir de dados quantitativos as investigações revelam a pequena inserção das mulheres no campo de poder da sociedade. Neste contexto, poucos são os estudos no Brasil, por exemplo, que buscam saber das próprias mulheres políticas o motivo de suas inserções e o que pensam sobre a política partidária as quais estão inseridas. Além disso, ainda são mínimos os estudos que buscam os interesses das mulheres pela política formal e o que pensam ou tentam representar quando estão no campo de poder. Tais percepções ainda não são exploradas como deveriam na pesquisa acadêmica. Da mesma forma, poucos são os estudos sobre a participação das mulheres no governo municipal, grande parte

das investigações se dedicam às análises da inserção de mulheres no poder legislativo, especificamente por meios de dados oficiais em uma abordagem quantitativa.

Talvez seja pequena a quantidade de pesquisas acadêmicas sobre a visão das mulheres sobre a política, a exemplo de prefeitas dos municípios, devido à dificuldade de chegar até estas mulheres, cujo alcance ou acesso é bastante difícil, por diversos motivos. Pois, muitas prefeitas encontram-se no reduto do poder local “presas” aos grupos políticos e interesses particulares de família. Para falar o que pensam sobre a atividade pública ou sobre sua participação na política formal é desfavorecê-las em um campo de forças desiguais. Neste sentido, os estudos sobre as representações de mulheres na política deixam a desejar sobre a importância delas mesmas na política partidária.

Assim, a presente pesquisa sinalizou para entendermos a representação política das mulheres a partir de suas percepções sobre a prática política e a condição de ser mulher política enquanto gestora municipal. Para isso, cinco prefeitas foram selecionadas de forma aleatória com base na lista disponível no endereço eletrônico do Supremo Tribunal Eleitoral – STE. Neste sentido, vale salientar que são poucos os trabalhos realizados na Paraíba especificamente sobre *a mulher no poder municipal*. A ausência de estudos como este tema tem dificultado em parte a investigação sobre mulheres políticas no Estado. Os dados históricos são mínimos, mas não impossíveis para compreendermos a reprodução cultural da prática política local.

A pesquisa, neste contexto, insistiu em compreender a ideia de que a presença da mulher neste espaço de poder, na Paraíba, reproduz a prática masculinizada da política, uma vez que as práticas tradicionais exercidas pelos “donos do poder”²⁴ são reproduzidas por estas mulheres: a exemplo do assistencialismo social; do uso da “fé religiosa”; da imagem da “mãe pátria”; isto para angariar votos e fazer perpetuar o poder de família no grupo político do município e região. Tais práticas corroboram para a reprodução de estruturas de poder político e econômico que se constituíram historicamente no Estado e agora se vê reproduzida na atualidade a partir, também, da “entrada” das mulheres na política.

²⁴ Ver Ana Alice Costa (1998).

Constatou-se, portanto, que tais prefeitas paraibanas ao concentrarem o poder de família passam a ser conhecidas e reconhecidas enquanto pessoa pública. Não negam que estão na política pela força do parentesco, mas admitem que têm capacidade de gerir uma cidade depois da experiência adquirida. Tal constatação só nos foi possível graças às entrevistas que fizemos com as prefeitas, sendo quatro reeleitas (2008 – 2012) e uma eleita (2012).

A presença destas mulheres nas prefeituras ainda perpetua antigas estruturas sociais e de poder, além disso tal “inserção” continua mantendo estas mulheres na condição de subordinadas. Isto acontece quando elas não conseguem se desprender dos interesses privados dos seus parentes ou grupos políticos, tendo em vista que estão atreladas a discursos e práticas que reproduzem a dependência feminina às astúcias masculinas. O acesso aos canais de poder é resultado de acordos político e doméstico, tais como a aceitação do pedido do esposo, do pai, ou de um jogo de interesse por parte do irmão.

As realidades mencionadas por estas prefeitas demonstram que a presença delas na política está entrelaçada com o jogo de forças da cultura da política local, ao tentar mostrar identidade própria elas acabam reproduzindo o poder masculinizado. Pois, os diversos tipos de rituais os quais fazem parte correspondem ao jogo de forças que as conquistam e as prendem no âmbito do poder formal. “Existe, assim, uma ritualidade de lugares do feminino na política, condicionada ao jogo de forças em disputa” (BARREIRA, 1998, p. 108). O cenário político paraibano coloca cada prefeita em um contexto social, político e cultural muito parecido, estas mulheres comungam com práticas culturais semelhantes. A exemplo do uso do afeto que chama atenção pelo que significa culturalmente: como o carinho, o sentimento, o ser mãe.

Por outro lado, neste jogo do poder são exaltados os valores símbolos da sociedade quando a presença da mulher na política “parece incomodar”. Existe nos municípios paraibanos um discurso permanente por parte dos adversários (homens e mulheres) que tentam desconstruir a imagem da mulher política ao reproduzir a ideia da incapacidade feminina para a gestão pública, principalmente ao mencionar que estão na política por causa do esposo ou do pai político.

Apesar de mostrarem “bravura” a noção de fragilidade da mulher política está presente em todas as falas das prefeitas. Culturalmente está arraigada a ideia de que o homem domina a prática política e o que há é um jogo de forças dominantes durante décadas na região paraibana. Há muitas contradições no mundo das prefeitas, pois o discurso que defendem, enquanto gestoras municipais, a colocam em uma posição social que precisam provar uma certa eficácia e capacidade para governar uma cidade. Quando na realidade, muitas vezes, estão ocupando o cargo de prefeitas para continuar o poderio político da família.

É possível afirmar que as mulheres políticas que entrevistamos defendem os significados de uma experiência variada do mundo público e privado, induzindo atributos positivos para se fazerem merecer estar na política. As percepções delas nos leva a crer que apesar das “conquistas” grande parte “entrou” na política pela via dos laços de parentesco, estratégia familiar, e não porque efetivamente desejaram atuar na vida pública. Mas uma vez estando na vida partidária, afirmam que passaram a gostar da política e a maioria deseja continuar neste campo do poder. A partir dos dados empíricos pode-se perceber a herança familiar como um elemento importante na inserção das mulheres na política do interior da Paraíba. Porém, esta herança “pode ser apropriada de maneiras distintas, conforme os contextos históricos ou espaciais de referência” (BARREIRA, 2008, p. 119). Entretanto, ao admitir que estariam na política para cumprir o desejo de um familiar, admitem ao mesmo tempo capacidade para disputar uma eleição e gerir uma cidade.

Embora tenham acontecido muitas conquistas no Brasil como o voto feminino, a Lei de Cotas para maior presença das mulheres na política, movimentos sociais e outras formas de lutas, não significa dizer que as prefeitas paraibanas se inseriram nos espaços de poder pelas causas femininas, pela igualdade de direitos ou de gênero. E apesar disso a presença delas na política ainda é muito tímida quando comparada à masculina.

Na Paraíba, a mulher é convocada à candidatar-se ao cargo de prefeita para substituir um parente, que impossibilitado de concorrer ao cargo público, aceita que a esposa, ou a irmã, ou a filha o substitua. Casos como esses mostram a estrutura política formal que insere as mulheres nas prefeituras paraibanas. Esta participação tem ocorrido em momentos de conflito político/partidário ou de crises dos grupos políticos

dominantes. As mulheres são chamadas a participarem do jogo político, e isto ocorre principalmente nas cidades do interior.

Dentre as prefeitas entrevistadas nenhuma delas havia exercido outro cargo público antes de serem prefeitas, mas haviam exercido outros cargos públicos como secretária, coordenação de programas sociais, coordenação escolar. Segundo Ana Alice (1998, p. 158) “esse é um ‘costume’ que vem desde o período colonial no Brasil. O controle do poder local é a garantia não só de uma base eleitoral, instrumento de intercâmbio na negociação das regalias, cargos, recursos financeiros no âmbito estatal e federal”.

Segundo as prefeitas, elas entraram na política formal com o objetivo de ajudar a comunidade onde nasceram e cresceram e não apenas por que seus parentes assim o desejaram. E aquelas que governam a cidade, mas cuja naturalidade é de outro estado, afirmam que passaram a gostar do município e da população, momento em que teve vontade de “mudança social”. A vontade de melhorar as condições de vida, a saúde, a educação da população é um motivo forte na visão de todas elas. Poucas ou quase nenhuma mostraram interesse pelas políticas públicas para mulheres, pela criação de projetos a fim de defenderem direitos sociais, embora afirmem que no governo local há projetos voltados para as mulheres, apesar de serem poucos. Assim como afirma Glória Rabay e Eulina Carvalho (2010, p. 39):

(...) O ingresso de algumas mulheres na política não significa que elas tenham abraçado a causa feminista, isto é, a luta por igualdade de direitos e equidade de gênero. [...] Ademais, a participação social e política da população feminina tampouco tem resultado, necessariamente, em ganhos em sua liberdade pessoal.

Quanto às suas atuações, as prefeitas afirmam ter consciência da dependência política e pessoal em relação aos grupos ou parentes responsáveis em “inserir-las” na política, mas ao mesmo tempo têm um pensamento muito singular sobre si mesmas, enquanto mulher política, pois afirmam que estão na política por mérito próprio apesar da ajuda dos parentes. As prefeitas falaram dos projetos políticos, das construções realizadas na gestão como obras, programas de governo executados, como um objetivo pessoal e ético que o cargo lhes exige. Fizeram questão de deixar clara a preocupação com a educação da população, com a saúde do povo, com o desenvolvimento da cidade.

A reação política das mulheres estaria voltada para a ação social, a preocupação com a população revela, para elas, a conduta política que assumiram. Neste sentido, a reprodução do clientelismo aparece como uma prática inevitável na prática política das mulheres, uma prática tradicional de se fazer política.

Um das características que as prefeitas tentam mostrar é a *gestão da diferença*²⁵, ou seja, ao desempenho que têm em relação ao papel de prefeita da cidade, embora não escondam a autoridade de grupos fortes e de homens tradicionais que tentam comandar a região. Como afirma a prefeita Pollyanna Yasnaia na época em que era candidata: “Eu não estava se sentindo segura por que era uma mulher e por que o candidato de oposição era médico ginecologista e fazia os partos. Pensa! Tradição e clientelismo dele”. É difícil lutar contra as práticas tradicionais existentes nos municípios, tendo em vista o clientelismo presente nas instituições públicas, a exemplo dos hospitais, em que um dos candidatos adversário era um médico que trocava votos por partos de mulheres grávidas. A intenção era gerar uma grande quantidade de eleitoras atuais e futuros, pois a “boa intenção” do médico seria disseminada para os familiares e amigos das “pacientes-eleitoras”.

Ao lado de valores mais generalizados como a igualdade, a mudança, a justiça, a coletividade, há outros que as prefeitas ressaltam e que reproduzem a masculinização do poder, tais como: a obediência, a dependência e a relevância do papel maternal na política. “Assim, a participação política seria mais condizente com valores inerentes aos papéis sociais masculinos, cujo conteúdo é voltado para atividades de realização e desempenho” (AVELAR, 1987, p. 43).

Diante dessas tendências percebemos que as mulheres políticas tendem a estar mais relacionadas à valores tradicionais femininos como a *emoção*, a *sensibilidade* e os *valores religiosos*. O que nos leva a entender que reproduzem um determinado conservadorismo a partir do momento que apoiam o *status quo* e continuam valores conservadores do papel social feminino como diferente do masculino.

O uso dos sentimentos é uma das estratégias políticas das prefeitas. A exemplo de valores morais pertinentes na sociedade, como a relação entre religião e política. O

²⁵ Ver Irllys Barreira (1998).

sentimento de fé religiosa aparece como um valor moral imprescindível na prática das mulheres.

Na raiz desta discussão encontra-se, de fato, a ínfima interdependência entre atitudes políticas e valores que, por si, são de caráter mais permanente no conjunto do sistema de crenças dos indivíduos. Quer-se com isso dizer que, no complexo de fatores que estruturam as atitudes políticas, encontram-se valores referidos ao universo social, econômico, estético, político e, finalmente, ao universo religioso. Este, numa sociedade de tradição católica, como é o caso da sociedade brasileira, forma o núcleo das “verdades” individuais para a grande maioria da população, que estão na raiz de praticamente todas as atitudes e comportamentos dos cidadãos (AVELAR, 1987, p. 77).

Há uma influência de valores religiosos e tradicionais no posicionamento político das prefeitas, que ajudam a tentar entender os obstáculos que enfrentam no cotidiano da política. A identificação com os valores afetivos é mais presente quando são mencionadas as atitudes de força e transformação social, o ser mulher, o ser mulher cuidadora.

O conceito de participação política é complexo e, em geral, é definido a partir de um conjunto de ações dos cidadãos no exercício das reivindicações de seus direitos e no desempenho das responsabilidades cívicas. Contudo, os direitos, embora constituam instrumentos dos grupos de menor poder na sociedade, são de fato limitados pelas próprias condições estruturais destes grupos. (...) Os indivíduos cujos papéis sociais são estruturados diferentemente se encontram em situação de desigualdade que, no caso da mulher, conduz a outras formas de participação política, nem sempre incluídas no âmbito do conceito (AVELAR, 1987, p. 85-86).

Sobretudo, é inegável a atuação das mulheres na política como uma conquista. É relevante entender que a participação das prefeitas paraibanas encontra obstáculos de natureza sexista, o que impede de participarem de maneira independente na organização partidária de suas respectivas cidades. Neste sentido, a maior parte das entrevistadas lamenta a pouca presença das mulheres nos âmbitos de poder, acreditam que é preciso uma maior consciência delas mesmas e possibilidades para que conheçam seus direitos civis e a política formal. Só assim, poderia haver uma maior inserção e interesse na política partidária.

Embora sejam empenhadas a executar suas atividades enquanto gestoras municipais, as prefeitas se apoiam em grupos políticos e interesses partidários e/ou coligações as quais estão relacionadas, como já mencionado. O que confirma nossas hipóteses de que embora as mulheres tenham conquistado os espaços de poder político, ainda continuam “presas” às astúcias do poder masculino, desde a sua inserção na política até a execução das suas tarefas, interiorizando a tarefa dominante que a cultura masculina lhe impõe. Sendo assim, continuam um poder masculinizado apesar de suas atuações e conquistas no espaço público.

Com esta afirmação não pretendemos assumir a ideia de que as prefeitas não têm autonomia para agir na política formal, que não são sujeitos de seus pensamentos e de suas ações, que não são sujeitos ativos na história da política local. Mas, pretendemos sim, afirmar sua dependência dentro de um contexto social, político e cultural local, de que muitas quando conquistam o espaço de poder, o conquista seguindo a ordem estruturada do poder masculinizado.

Acreditamos que houve, sim, uma conquista das mulheres nas últimas décadas em vários segmentos da sociedade, seja de direitos civis, políticos, pessoais, profissionais, tanto a nível nacional, estadual e municipal. É inegável que muitas transformaram a sociedade ao transformar-se a si mesma. Tais mudanças também aconteceram a nível de suas próprias mentalidades e percepções sobre o mundo da política.

(...) A mulher constrói sua nova identidade pessoal e social, liberando-se de estruturas de constrangimento social e político. Essas são mudanças na produção de vida material, provocando mudanças no campo dos valores, com impacto positivo na representação da mulher política (MORAIS, 2008, p. 9).

É inegável que as mulheres na atualidade têm mais oportunidade de participar de novas relações sociais, redefinir a própria identidade e posição social. A presença delas na política, ou como bem afirma Lúcia Avelar (2001) na elite política, alarga certamente os direitos civis, humanos, políticos, tanto no âmbito da política formal como informal.

No caso das prefeitas entrevistadas apenas uma revela o sentimento de revolução social, de luta, demonstrando uma certa “maturidade” para aquilo que seria uma sociedade democrática e igualitária como resultado do conflito, onde homens e

mulheres fossem tratados de forma semelhante e onde não houvesse desigualdade social. Pollyanna Yasnaia diz ter participado de movimentos sociais no município, e ao levantar a bandeira do Partido dos Trabalhadores acentua a imagem de “independência” na conquista do espaço de poder.

A dimensão simbólica presente nas falas das prefeitas significa que tais mulheres estão em um espaço que ainda está em construção, cuja busca pela legitimidade, credibilidade e reconhecimento é permanente. A situação de cada prefeita é específica em sua região, porém todas elas têm emblemas em comum. Como afirma Irllys Barreira (2008) sobre a atuação das mulheres na política

é assim condicionada pela construção de um espaço de reconhecimento que demanda provas de competência e reversão de estigmas culturalmente sedimentados. Nessa perspectiva, são acionadas estratégias de valorização, transformando o “negativo” em “positivo” (BARREIRA, 2008, p. 72).

As mulheres quando “entram” na política tentam desconstruir atributos que culturalmente são “negativos”, e além disso tentam demonstrar capacidade para a gestão pública. Sobre esta desconstrução estão relacionados os valores históricos que ainda predominam sobre a condição social da mulher. As memórias das prefeitas nos levam a levantar categorias valorativas como símbolo maternal, *ethos* da competência na política e conjunto simbólico familiar. Não temos a pretensão de limitar a presença das mulheres nas prefeituras paraibanas por estas “classificações”, mas sim compreender e interpretar o que as percepções delas descortinam sobre a mulher na política e sobre elas mesmas enquanto prefeitas.

Sobretudo, tais prefeitas acabam por simbolizar a extensão do espaço doméstico no exercício da vida pública, a família e o afeto são os principais símbolos que apareceram de forma hegemônica nas falas das gestoras municipais. Desejam ser percebidas como mulheres confiáveis, sinceras, honestas, sensíveis às causas humanas e sociais. Logo, comprometidas e corajosas para se manterem na política. Neste caso, ao negarem o despreparo para o campo da política, estas mulheres indicam transformações simbólicas neste campo do poder.

As particularidades do feminino na política, tal como as características domésticas, se mostram de forma mais clara devido à dicotomia entre os sexos em “uma

espécie de divisão vertical do poder formal”. Quanto mais os cargos públicos centralizados menos mulheres na política, pois “as mulheres tendem a ocupar, em maior número, os postos mais baixos na hierarquia estatal” (COSTA, 1998, p. 89).

Não temos a intenção de afirmar que todas as mulheres ou prefeitas têm o mesmo pensamento, interesses idênticos. Pois, os indivíduos ocupam diferentes posições enquanto sujeitos sociais, políticos, cujos pensamentos estão relacionados ao contexto social os quais viveram e/ou conviveram.

(...) Pertencer a um grupo não significa expressar as suas demandas. Mulheres candidatas não precisam ter comprometimento com a questão feminina, e muitas vezes não têm. (...) As mulheres podem discordar, como de fato o fazem, sobre quais são os seus verdadeiros interesses ou quais as medidas políticas que devem apoiar (MIGUEL, 2001, p. 264).

Tomar como objeto de estudo e ferramenta de análise *mulheres políticas* é pensá-las como produto de um conjunto símbolo capaz de produzir significados e interpretações, é um desafio diante do contexto social, político e cultural que a sociedade de um modo geral apresenta. A questão de valores, o perfil de cada prefeita, a apresentação do significado da política para cada uma delas são elementos imprescindíveis neste estudo.

Apesar disso, não devemos deixar de considerar que estas prefeitas tiveram significativas transformações no modo de pensar e de se relacionar. Elas sabem que têm potencial para desenvolver projetos sociais e discursos próprios, conseqüentemente têm consciência sobre uma nova posição social que ocupam, e se propõe a construir uma nova realidade e combater outras. Apesar de reconhecerem as gritantes dificuldades que se têm para chegar aos âmbitos de poder e ter voz ativa para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 51, n 4, 2008, p. 895 a 939.

ALVES, José Estácio Diniz; PINTO, Celi Regina Jardim; JORDÃO, Fátima. (Orgs.) **Mulheres nas eleições 2010**. São Paulo: ABCP/ Secretaria de políticas para as Mulheres, 2012.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n° 24, p. 193-215, jun. 2005.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n° 2, p. 23 – 59, dezembro de 2009.

_____. Ações afirmativas como estratégias políticas feministas. IN: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

_____. **Por que as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil?** Disponível em: < <http://www.cfemea.org> >. Acessado em 20 de junho de 2016.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. **As mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: UNESP, 2001.

BALANDIER, Georges. **O poder em cena**. Brasília: Universidade de Brasília: 1982.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

_____. **Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais**. Campinas-SP, Pontes Editores, 2008.

BARREIRA, Irllys. A expressão dos sentimentos na política. IN: TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar. (Orgs.). **Espaços e tempos da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2004.

BARBOSA, Anna Cristina Freire. **Mulheres na política:** sociabilidade e exercício do poder. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaispoliticafeeminismo.pdf>>. Acessado em 10 de março de 2015.

BARBOSA, Claudia de Faria. **Presença feminina na política:** cidadania e os espaços “público e privado”. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaispoliticafeeminismo.pdf>>. Acessado em 10 de março de 2015.

BATISTA, Camila Lima. **Análise histórica sob os direitos políticos das mulheres no Brasil.** Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaispoliticafeeminismo.pdf>>. Acessado em 10 de março de 2015.

BERNARDI, Jorge Luiz. Vereadoras de Curitiba: poder familiar e cotas de gênero. *IN:* OLIVEIRA, Ricardo Costa. (Org.). **Nepotismo, parentesco e mulheres.** Curitiba: RMEditores, 2016.

BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. *IN:* MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política.** São Paulo: Boitempo, 2014.

BLAY, Eva Alterman. **As prefeitas:** a participação política da mulher no Brasil. São Paulo: Humanitas, 1978.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

_____. **A dominação masculina.** Tradução Maria Helena Kuhner. 10 ed. Rido de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.) **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Editora 34, 2002.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. *IN:* **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 07 a 60.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro Direitos das mulheres e injustiça dos homens de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História,** Dez 2011, vol.30, no.2, p.196-213. ISSN 0101-9074

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. A nova estética do espetáculo político. *IN:* XIMENES, Tereza. (org.). **Novos paradigmas e realidade brasileira.** Belém: UFPA/ NAEA, 2003.

CASTRO, Angelo; ALBERTON, Mirele; EGGERT, Edla. **Nísia Floresta a mulher que ousou desafiar sua época:** Feminismo e Educação. VIII Congresso

Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero, abril de 2010. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/artigos%20em%20pdf/Luciana_Martins.pdf>. Acessado em: 20 de janeiro de 2015.

CASTRO, Luciana Martins. **A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista**. Dossiê História e Educação, v 7, n 10. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/artigos%20em%20pdf/Luciana_Martins.pdf> Acessado em: 20 de janeiro de 2015.

COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. *IN: Revista dimensões*, v 23, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/search/authors/view?firstName=Carolina%20Marra%20Sim%C3%B5es&middleName=&lastName=Coelho&affiliation=&country=>>. Acessado em: 23 de fevereiro de 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo, Contexto, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Thiago Cortez. Cotas de participação e eleições no Brasil. *IN: PAIVA, Denise. (Org.) Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas do poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/ UFBA – Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista gênero*, v 14, 2013. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>>. Acessado em: 05 de janeiro de 2016.

COSTA, Ana Alice Alcântara; Cecília Maria B. Sardenberg. (Orgs.) **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DELGADO, Maria Berenice Godinho. Mais mulheres na direção da CUT. *Revista de Estudos Feministas*, v. 4, n. 1, p. 138 – 147, Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ; PPCIS/ UERJ, 1996.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Redistribuição e reconhecimento de gênero na perspectiva de Axer Honeneth e Nancy Fraser. *IN: Saberes em perspectiva*, Jequié, v. 2, n. 2, jan./abr.2012.p.93-107.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1983.

FERREIRA, Maria Mary. (Org.) **Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA, 2012.

FRANCO, Stella Scatena; PRADO, Maria Lúgia. Participação feminina no debate público brasileiro. *IN*: PINSKY, Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

FONSECA, Denise Pini Rosalem da. **Feminização do poder**: considerações iniciais. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaispoliticafeinismo.pdf>. Acessado em 10 de março de 2015.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011.

_____. **Breve histórico do movimento feminista no Brasil**. Disponível em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2015/08/Capitulo-brasil-historia-do-feminismo.pdf>. Acessado em: janeiro de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Tatau. Ação afirmativa no Partido dos Trabalhadores. **Revista de Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 148 – 157, Rio de Janeiro: IFCS/ UFRJ; PPCIS/ UERJ, 1996.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record Ltda, 2013.

GOMES, Wilson da Silva. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

GOTLIB, Nádia Batella. A literatura feita por mulheres no Brasil. *IN*: MUZART, Zahide (Org.). **A mulher na literatura**, n. 9, Boletim do GT, Anpoll. UFSC, 2000/2002, p. 102-135.

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *In*: **Estudos feministas**. Ano 9,2 semestre 2001.p.167-206.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

_____. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850 – 1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. Honra e distinção das famílias. *IN*: PINSKY, Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

JUCOVSKY, Vera Lúcia R. S. **Representação política da mulher**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

LACERDA, Marina Basso. **Pensamento político brasileiro e o contrato sexual**. Disponível em: <<http://>>

<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/anais/anaispoliticafeinismo.pdf>. Acessado em 10 de março de 2015.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de antropologia da política**. Campina Grande, EDUEPB, 2011.

MACHADO, Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES Maria Lúcia da Silva Nunes. (Orgs.) **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O povo sabe votar: uma visão antropológica do voto**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia cultural: iniciação, teoria e temas**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MENDONÇA, Kátia. **A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; FLÁVIA, Biroli. **Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia**. São Paulo: Unesp, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; FLÁVIA, Biroli. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n.20, p. 115 – 134, jun. 2003.

_____. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. *IN: Estudos feministas*, Ano 9,2. Semestre 2001.p.253-267.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro**. Brasília: CFEMEA, 2000.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Caderno de Pesquisas**, São Paulo, n. 117, 2002. Disponível em: Acesso em: 03 jan. 2016.

MORAIS, Fernanda Beatriz Caricari de. **As mulheres na política brasileira: um estudo sob a perspectiva sistêmico – funcional**. (Dissertação de Mestrado) Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/linguistica-aplicada-e-estudos-da-linguagem#>. Acessado em 20 de junho de 2016.

MOREIRA, Lourdes Carmo. **As mulheres nos espaços de decisão política: há mulheres nos espaços de decisão política?** Niterói, 2009. p. 8. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br>>. Acesso em: 29 de dezembro de 2015.

NICOLAU, Jairo. **A participação eleitoral no Brasil**. Disponível em: <http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/Nicolau26.pdf> . Acessado em: 30 de

junho de 2015.

OKIN, Susan Moller. O multiculturalismo é ruim para as mulheres? *IN: Revista Brasileira de Ciência Política*, n 4, Brasília, julho-dezembro de 2010. p. 355-374.

OLIVEIRA, Ricardo Costa. **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: RMEditores, 2016.

PAIVA, Denise. (Org.) **Mulheres, política e poder**. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. (Orgs.) **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. *IN: GADET F.; HAK T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1993.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim; MORITZ, Maria Freitas. A tímida presença da mulher na política brasileira: Eleições municipais em Porto Alegre (2008). *IN: Revista Brasileira de Ciência Política*, n.2, Brasília, julho-sezembro de 2009. P.61-87.

PINTO, Céli Regina Jardim. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. *IN: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PITANGUY, Jacqueline. Gênero, cidadania e direitos humanos. *IN: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs.). Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

PRÁ, Jussara Reis. Reflexões sobre gênero, mulheres e política. *IN: PAIVA, Denise. (Org.) Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na**

Paraíba: História de vida e luta. João Pessoa: Editora Universidade da UFPB. 2010.

_____. Mulheres na Política - As Filhas Herdeiras e a Força do Nome da Família. *IN:* FERREIRA, Maria Mary. (Org.). **Gênero, Política e Poder:** participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís: EDUFMA, 2012, v. 1, p. 63-88.

RIBEIRO, Maltide. O feminismo em novas rotas e visões. **Rev. Estudos Feministas.** Dez 2006, vol.14, no.3, p.801-811. ISSN 0104-026X.

ROCHA, Maria Beatriz Pires. **O movimento de mulheres em interlocução com o Governo Federal na construção de políticas públicas para mulheres no Brasil (2002 – 2006).** (Dissertação de Mestrado) Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos-graduacao/mestrado-e-doutorado/linguistica-aplicada-e-estudos-da-linguagem#>. Acessado em 20 de junho de 2016.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Publicado originalmente em Sgnis: **Journal of women in culture na society.** Spring, 1980. Vol.5, n.3:389-417. Tradução de Cláudia Fonseca.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *IN:* **Estudos feministas.** Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004.p.35-50.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista.** Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6875>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2015.

SENADO FEDERAL. **Projeto de lei da Câmara nº. 109,** de 15 de março de 1995. Disponível em: <<http://www.senadofederal.gov.br>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2016.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo.** Rio de Janeiro: Difel, 1978.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *IN:* **Educação e Sociedade.** Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

_____. O enigma da igualdade. *IN:* **Estudos feministas.** Florianópolis, 13(1): 216, janeiro/abril/2005. p. 11 a 30.

SCOTT, Ana Silva. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *IN:* PINSKY, Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

SOARES, VERA. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** Disponível em: < http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf>. Acesso em: 02 de março de 2015.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. *IN:* PINSKY, Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2013.

SOUSA, Lia Gomes Pinto de; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira; LOPES, Maria Margaret. **Bertha Lutz**: uma trajetória feminista e científica. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0579.pdf>. Acessado em: 22 de janeiro de 2015.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

_____. **Mulheres políticas: participação política e poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Mórias. Petrópolis: Vozes, 2007.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia (especialização) apresentada no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo. Brasília, 2008.

VIEGAS, Manuel Leite; FARIAS, Sérgio. **As mulheres na política**. Brasília, 1999.

WEBER, Maria Helena. Mídia e eleições: relações (mal) ditas. *IN*: Neto, Antônio Fausto; Pinto, Milton José (Orgs.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.tre-pb.jus.br>

<http://www.ste.jus.br>

<http://www.spm.gov.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>

<http://www.cepal.org>

<http://feminismo.org.br/dialogo-mulheres-em-movimento-direitos-e-novos-rumos/>

<http://www.vermelho.org.br/>

<http://www.onumulheres.org.br>

<http://www.abong.org.br>

<http://www.fundosocialelas.org>

<http://www.cfemea.org.br>

<http://feminismo.org.br>

<http://cunhanfeminista.org.br>